



Tiago Manuel Teixeira de Sá Balão

INTIMIDADE E SATISFAÇÃO NA CONJUGALIDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

2012

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Intimidade e Satisfação na Conjugalidade

Dissertação apresentada pelo aluno Tiago Manuel Teixeira de Sá Balão na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Psicologia no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, na área da Psicologia Clínica e da Saúde, sob orientação do Professor Doutor Carlos Gonçalves.

Julho 2012

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar e compreender a percepção subjetiva quanto à intimidade e à satisfação conjugal de indivíduos que, através de configurações formais (e.g., casamento religioso) ou informais (e.g., união de facto), vivenciam relações conjugais heterossexuais (cujos relacionamentos acontecem em regime de coabitação). Este tem também o objetivo de analisar e de compreender as inter-relações das dimensões da intimidade com as da satisfação conjugal. Foram inquiridos 191 casais ($N= 382$) com as idades dos seus membros a variarem entre os 21 e os 82 anos ($M = 41.24$; $DP = 12.48$) e a duração da relação conjugal a estar compreendida entre 1 e 60 anos. Estes responderam livre e individualmente a um questionário sociodemográfico, à *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC) (Narciso & Costa, 1996) e à *Escala de Dimensões da Intimidade* (EDI) (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006). Os resultados desta investigação demonstraram o seguinte: os níveis de satisfação conjugal e os fatores propiciadores da construção da intimidade tendem a diminuir na linha de tempo da relação conjugal a partir dos 11 anos de relação, mas com maior ênfase no período que vai até aos 3 anos de duração da relação conjugal comparativamente com as fases posteriores; os indivíduos com habilitações literárias de nível superior (ensino superior) tendem a encontrar-se mais satisfeitos com e na relação e apresentam mais condições para encetar relações de maior intimidade comparativamente com os indivíduos que têm habilitações literárias até ao ensino secundário (inclusive); os indivíduos que optaram por concretizar a sua relação conjugal por vias formais (e.g., casamento religioso) não se diferenciam na linha do tempo no que concerne à satisfação conjugal e à capacidade de construir relacionamentos íntimos mais plenos comparativamente com aqueles que optaram por construir a sua relação por vias informais (e.g., união de facto); análises correlacionais e de regressão múltipla permitem dizer que uma relação mais íntima tende a ser uma relação mais satisfeita e gera mais satisfação para os seus membros. Esta investigação aponta para a importância de uma maior e melhor transmissão de conhecimentos sobre o processo relacional conjugal para com a sociedade em geral e para com os casais em particular. É, assim, necessária a responsabilização dos intervenientes profissionais, dos investigadores e também dos próprios membros do casal, em que os dois primeiros devem centrar mais as suas intervenções e investigações nas idiossincrasias das relações e dos indivíduos nas relações, e em que os terceiros têm que estar mais abertos à aprendizagem para que possam investir autónoma, crítica e continuamente na reconstrução da relação ao longo do ciclo vital, para que o futuro da mesma caminhe para níveis mais elevados de satisfação conjugal e para uma maior capacidade do casal viver relacionamentos mais íntimos.

Palavras-chave: conjugalidade, satisfação conjugal, intimidade, amor, funcionamento conjugal, interdependência, dependência

Abstract

The present study intended to analyze and understand the subjective perception concerning the intimacy and marital satisfaction of individuals who, through formal configurations (e.g., religious marriage) or informal (e.g., common law), experience heterosexual marital relationships (whose relationships occur in basis of cohabiting policy). This study also intended to analyze and understand the inter-relationships of the dimension of the intimacy with conjugal satisfaction. 191 couples were enquired ($N = 382$) between 21 and 82 years old ($M = 41.24$; $DP = 12.48$) and lasting of marital relationship between 1 to 60 years. They all answered free and individually to a socio-demographic questionnaire, to the *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC) (Narciso & Costa, 1996) and to the *Escala de Dimensões da Intimidade* (EDI) (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006). The results of this investigation revealed the following: the levels of marital satisfaction and the factors propitiatory to the building of the intimacy tend to decrease along the line of time of the marital relationship after 11 years of relationship, but with bigger emphasis during the period that goes up to three years of the marital relationship comparatively to the subsequent phases; the individuals with higher levels of education (university) tend to feel more pleased with and within the relationship and present more conditions to initiate relationships of higher intimacy comparatively to the individuals whose academic qualifications don't go beyond high school (inclusively); the individuals who opted to formalize their marital relationship according to the formal way (e.g., religious matrimony) don't show differences in the line of time relatively to marital satisfaction and capacity to build more fulfilling intimate relationships comparatively to those who opted to build their relationship on informal ways (e.g., common law); correlated analysis and of multiple regression allow us to state that a more intimate relationship tends to be a more satisfying relationship and generates more satisfaction to its elements. This investigation points to the importance of a bigger and better transmission of knowledge about the marital relational process to the society in general and the married couples in particular. Thus, it is necessary the co-responsabilization of the professional intervenient and investigators in order to concentrate more their interventions and investigations in the idiosyncrasies of the relationships and the individuals in their relationships as well as the members of the couples themselves in order to turn them more open-minded to knowledge so that they may invest in an autonomous, critical and continuous way in the reconstruction of their relationship along the vital cycle to achieve higher levels of marital satisfaction in the future and a stronger capacity among the couples to live more intimate relationships.

Key words: conjugality; marital satisfaction, intimacy, love, marital behavior, interdependency, dependency

Résumé

La présente étude a l'objectif d'analyser et de comprendre la perception subjective de l'intimité et de la satisfaction conjugale des individus qui, par le biais de paramètres formels (p. ex., le mariage religieux) ou informels (p. ex., union libre), expérimentent des relations conjugales hétérosexuelles (dont les relations se produisent sur la cohabitation). Elle a aussi l'objectif d'analyser et de comprendre les interrelations des dimensions de l'intimité avec celles de la satisfaction conjugale. 191 couples (N=382) ont été enquêtés, étant l'âge de leurs membres située entre 21 et 82 ans (M=41.24; DP=12.48) et la durée de la relation conjugale entre 1 et 60 ans. Ces couples ont répondu librement et individuellement à un questionnaire sociodémographique, à la *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC) (Narciso & Costa, 1996) et à la *Escala de Dimensões da Intimidade* (EDI) (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006). Les résultats de cette enquête ont révélé ce qui suit: les niveaux de la satisfaction conjugale et les facteurs bénéfiques de la construction de l'intimité ont tendance à diminuer tout au long de la relation conjugale à partir des 11 ans de relation, mais surtout dans la période qui va jusqu'à 3 ans de durée de la relation conjugale, en comparaison avec les stades ultérieurs; les individus qui ont des qualifications de niveau supérieur (l'enseignement supérieur) ont tendance à se trouver plus satisfaits avec et dans la relation et présentent des plus de conditions à s'engager dans des relations d'intimité plus grandes par rapport aux individus qui ont seulement des études lycéales; les individus qui ont choisi de faire leur relation conjugale par les voies formelles (p. ex., le mariage religieux) ne diffèrent pas, en ce qui concerne la satisfaction conjugale et leur capacité de construire des relations intimes plus satisfaisantes, de ceux qui ont choisi de construire leur relation par des moyens non officiels (p. ex., union libre); les analyses de corrélation et regression multiple permettent de dire qu'une relation plus intime a tendance à être une relation plus satisfaite et elle est à l'origine de plus de satisfaction pour leurs membres. Cette enquête met en relief l'importance d'une plus grande et meilleure transmission de connaissances sur le processus relationnel conjugal envers la société en général et envers les couples en particulier. Il faut, donc, la corresponsabilité des intervenants professionnels, des chercheurs et des membres du couple eux-mêmes, où les deux premiers doivent centrer leurs interventions et les recherches dans les idiosyncrasies des relations et des individus dans les relations, et où les troisièmes doivent être plus ouverts à l'apprentissage, pour qu'ils puissent investir, par eux-mêmes, d'une façon critique et continuée dans la reconstruction de la relation tout au long du cycle de vie, afin que l'avenir de la même avance au plus haut niveau de satisfaction conjugale et à une plus grande capacité du couple de vivre des relations plus intimes.

Mots clés: conjugalité, satisfaction conjugale, intimité, amour, fonctionnement conjugal, interdépendance, dépendance

Agradecimentos

A construção desta dissertação de mestrado passou por várias etapas e por vários acontecimentos marcantes da minha vida. Ao longo deste percurso passaram (e ficaram) muitas pessoas a quem eu tenho que estar imensamente grato, pois ajudaram-me a enfrentar e a superar os desafios que me foram aparecendo. Assim, quero agradecer e dedicar este trabalho de uma forma especial a todas elas.

Rita, obrigado por tudo o que tens feito por mim e por nós. A tua inteligência, força, determinação e persistência são fontes de inspiração para mim. Obrigado também pelo amor e carinho que deste (e que ainda dás) aos frutos do nosso amor (Victor Hugo e Catarina/Emanuel) que sempre estarão presentes na nossa vida, por mais que estejam fisicamente distantes. É também para eles que dedico especialmente esta dissertação de mestrado. Que a força do nosso amor (aliada à saudável e desafiante construção diária da nossa relação) continue a superar tudo o que parece ser impossível de vencer.

Agradeço o apoio e o amor dos elementos da minha família que me puseram no mundo, os meus pais. Não esquecendo a minha irmã com quem partilhei (e partilho) muitos e bons momentos da minha vida. Todavia, destacarei o amor incondicional da minha mãe (para além do forte apoio e incentivo para a elaboração deste trabalho), sentimento que, por si só, tem uma força inimaginável, levando a que mais facilmente se consiga encarar o futuro com um enorme sorriso, acreditando sempre que o “mundo das pessoas” é um mundo muito prodigioso.

Agradeço o apoio e a orientação do Professor Doutor Carlos Gonçalves, um orientador e um ser humano de excelência. Tenho que estar grato pela sua disponibilidade, pelo seu interesse e pela sua perspicácia, características que convergem com um sentido de humanidade exímio.

Agradeço ao Professor Doutor Joaquim Luís Coimbra pelos ensinamentos ao longo das reuniões (conjuntas) de mestrado e também pelos ensinamentos do passado (nas várias aulas do MIP); à Doutora Paula Oliveira pelas preciosas dicas ao nível da estatística; e a todos os restantes Professores, Professoras e Investigadores que influencia(ra)m o meu percurso pessoal, académico e profissional.

Agradeço à (psicóloga) Dra. Magda, pelo excelente trabalho que tem vindo a construir comigo e também pela pessoa extraordinária que é; ao Dr. Luís Matos Lima, do Hospital de São João, e a toda a sua equipa e restantes profissionais que cuidaram de mim quando mais precisei (e que ainda cuidam); aos profissionais de saúde que são meus amigos e familiares e que estiverem e estão sempre comigo, num apoio incansável, principalmente o meu primo Rúben e a minha amiga Mariana.

Agradeço aos amigos e às amigas da FPCEUP que têm um coração gigante e uma mente brilhante: Ana Sofia, Andreia, Bruno, Cláudia, Diana, Goretti, Inês, Joana, Liliana, Margarida, Natália, Paulo, Rita, Sara, Sérgio, Simão, Vera, Verónica, entre outros igualmente importantes. Vocês estão todos no meu coração.

Agradeço a outros familiares e amigos de outros contextos que estão sempre presentes e me fazem acreditar no poder da amizade: Álvaro, Amílcar, André, Daniel, Elsa, Gabriel, Helena, Joana, Nuno, Pedro, Olinda, Rui, Susana, entre outros também importantes.

Obrigado a todas as pessoas que amavelmente se disponibilizaram para responder aos questionários e às que me ajudaram na distribuição dos mesmos.

Obrigado ainda a todos aqueles e todas aquelas que não foram mencionados/as, mas que certamente sabem o quanto eu estou grato por fazerem parte da minha vida.

Lista de Abreviaturas e Símbolos

cf.	Confrontar
cit. in	Citado por
DP	Desvio Padrão
e.g.	Por exemplo (<i>exempli gratia</i>)
EQP	Eta quadrado parcial
et al.	Do latim <i>et alii</i> , que significa “e outros”
F	<i>F</i> de <i>Fisher</i>
ibidem	Na mesma obra
M	Média simples, averiguação aritmética
MANOVA	Multivariate Analysis of Variance
n	Número de casos (subamostra, geralmente)
N	Número total de casos
ns	Estatisticamente não significativo
p	Nível de significância
PASW	<i>Predictive Analytics Software</i>
r	Correlação do momento-produto de <i>Pearson</i>
R	Correlação Múltipla
R²	Correlação Múltipla ao quadrado
t	Distribuição do <i>t de student's</i>
α	Índice de consistência interna de <i>Cronbach</i>
β	Apresenta o poder estatístico

Índice

Introdução	6
-------------------------	----------

Capítulo I. Enquadramento teórico

Contextualização e conceptualização teórica da problemática	9
1. Conjugalidade	9
2. Satisfação conjugal	15
3. Intimidade	23

Capítulo II. Metodologia

1. Objeto e objetivos de investigação	33
2. Hipóteses e questões de investigação	34
3. Amostra	40
3.1 Técnica de amostragem e procedimentos da recolha e tratamento dos dados	40
3.2 Caracterização da amostra	41
4. Instrumentos	43
4.1 Questionário sociodemográfico	43
4.2 Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)	43
4.3 Escala de Dimensões da Intimidade (EDI)	45

Capítulo III. Apresentação e discussão dos resultados

1. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal ao longo do ciclo vital do casal	49
2. Análise das diferenças de género e nível de escolaridade na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”	54
3. Análise das associações entre a dimensão “interdependência” da intimidade e as várias áreas e dimensões da satisfação conjugal	58

4. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal quanto às configurações da relação conjugal	63
4.1 Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal global comparando os grupos “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”	64
4.2 Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal global comparando os grupos “união de facto e casamento civil” e “casamento religioso” dentro de cada um dos seguintes períodos de duração da relação: “até 3 anos” e “4 a 11 anos”	66
5. Análise das diferenças ao nível da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, entre os indivíduos que vivem configurações diferenciadas da relação conjugal: “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”	67
6. Análise das diferenças de género associadas ao nível de escolaridade na avaliação da satisfação conjugal global	68
7. Análise das diferenças na avaliação da intimidade, nomeadamente nas dimensões “interdependência” e “dependência”, ao longo do ciclo vital do casal	71
 Capítulo IV. Considerações finais e implicações para a intervenção	75
O passado e o futuro	82
A investigação e o investigador	84
 Referências Bibliográficas	85

Anexos

Anexo 1 – Caracterização da amostra

Anexo 2 – Folha de instruções e instrumentos de recolha de dados

Anexo 3 – Quadros de análise 2, 4, 6.1, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19 e 20

Índice de Quadros

- Quadro 1. Caraterização da amostra
- Quadro 2. Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos: Diferenças relativamente às várias etapas do ciclo vital do casal
- Quadro 3. Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças de género e ao nível da escolaridade
- Quadro 4. Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças de género
- Quadro 5. Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças ao nível da escolaridade
- Quadro 6. Correlações entre as dimensões da intimidade e as dimensões da satisfação conjugal
- Quadro 6.1. Correlações entre as dimensões da intimidade e as dimensões e áreas da satisfação conjugal
- Quadro 7. Análises de regressão múltipla: Predição de satisfação conjugal global a partir das dimensões “interdependência” e “dependência” da intimidade
- Quadro 8. Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “amor” da satisfação conjugal a partir das dimensões “interdependência” e “dependência” da intimidade
- Quadro 9. Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal a partir das dimensões “interdependência” e “dependência” da intimidade

- Quadro 10. Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “interdependência” da intimidade a partir das dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal
- Quadro 11. Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “dependência” da intimidade a partir das dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal
- Quadro 12. Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “interdependência” da intimidade a partir das áreas correspondentes às dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal
- Quadro 13. Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “dependência” da intimidade a partir das áreas correspondentes às dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal
- Quadro 14. Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos: Diferenças entre as várias configurações da relação conjugal
- Quadro 15. Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos no período de duração da relação “até 3 anos”: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal
- Quadro 16. Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos no período de duração da relação “4 a 11 anos”: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal
- Quadro 17. Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal
- Quadro 18. Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos: Diferenças de género e ao nível da escolaridade

Quadro 19. Resultados da avaliação da satisfação conjugal global inter-grupos:
Diferenças de género

Quadro 20. Resultados da avaliação da satisfação conjugal global inter-grupos:
Diferenças ao nível da escolaridade

Quadro 21. Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças
relativamente às várias etapas do ciclo vital do casal

Introdução

O indivíduo é um ser único que se co-constrói num mundo de relações, as suas e as dos outros. No emaranhado de relações que existem (tipos e número de relações), há aquelas que têm (ou devem ter) um significado especial para nós: as relações interpessoais. Estas últimas assumem várias formas e daí influenciarem diferentemente a maneira como cada um encara o presente, significa o passado e projeta o futuro. No entanto, não é possível vivermos direta e diariamente com todas as pessoas que existem no mundo, por isso temos que fazer uma seleção daquelas que vão estar perto de nós (ou sermos selecionados), assim como vamos assumir uma maior ou menor regularidade presencial dessas pessoas na nossa vida. Normalmente, numa fase inicial os pais assumem-se como as figuras centrais nas nossas vidas, mas a partir de um determinado momento sentimos a necessidade de dar um pouco de nós a um ser desconhecido (pelo menos, mais do que aos pais) e daí surgem as relações de namoro (maioritariamente provenientes dos laços de amizade que se criam) que por norma evoluem para o que se pode chamar de relação conjugal, onde se buscam momentos de grande intimidade com vista à satisfação conjugal.

Ao longo dos tempos as dinâmicas conjugais sofreram uma evolução consequente das mudanças histórico-sócio-culturais do conceito de indivíduo e de sociedade (imposto e/ou construído), quer do ponto de vista teórico, quer num âmbito prático. Se durante longos tempos se viveu sob um conceito de dominância dos indivíduos do sexo masculino perante os do sexo feminino, novos tempos surgiram em que as mulheres começaram (e começam) a assumir-se como merecedoras de igual destaque, isto é, de uma equidade individual, relacional e societária em termos de poder. Porém, simultaneamente a estas conquistas, o mundo em termos globais também sofreu grandes alterações de fundo, nomeadamente a mudança para uma era dominada pelo individualismo (em que o Homem, por ventura, se esqueceu das vantagens da sociabilidade, que tanto o ajudou no combate à sobrevivência) e por uma visão consumista (que tendencialmente leva a uma contínua frustração). Estas mudanças globais naturalmente foram-se generalizando para as rotinas diárias de pensamento e de atuação, sendo consolidadas pela forte “ajuda” dos meios influentes de opinião, e tiverem (e têm) um impacto direto nas relações e na forma de (vi)vê-las. Assim, será interessante perceber “como andam as relações” nestes tempos com tantas mudanças num tão curto espaço de tempo.

No seguimento da linha de pensamento até aqui construída, com o intuito de contribuir para a compreensão da influência de determinadas variáveis sobre os indivíduos que

optaram por entrar no jogo complexo e dinâmico das relações interpessoais mais profundas do ponto de vista psicológico, isto é, as relações conjugais, optar-se-á por explorar, interpretar e analisar os contributos e as consequências de dois submundos: a satisfação conjugal e a intimidade na conjugalidade. Para tal, assumir-se-ão posições devidamente fundamentadas para que o trabalho não se fique pelo reflexivo, mas também para que possa alcançar o objetivo central de qualquer trabalho científico: contribuir de forma séria, cuidada e fundamentada para a comunidade científica, que, por sua vez, gerará contributos diretos à sociedade, em geral, e aos profissionais que lidam com estas temáticas e/ou problemáticas nos seus espaços de trabalho, em particular. Perante isto, no primeiro capítulo proceder-se-á a uma contextualização e conceptualização teórica de três pilares de sustentação desta investigação: conjugalidade, satisfação conjugal e intimidade. No segundo capítulo, referente à metodologia, definir-se-ão os objetivos, lançar-se-ão as hipóteses e as questões de investigação, caracterizar-se-á a amostra e enquadrar-se-ão e justificar-se-ão os instrumentos utilizados. No terceiro capítulo, apresentar-se-ão e discutir-se-ão os resultados. No capítulo final, o quarto, apresentar-se-ão as considerações finais, as implicações para a intervenção e ainda levantar-se-ão algumas questões para futuras investigações.

Capítulo I

Enquadramento teórico

Capítulo I. Contextualização e conceptualização teórica da problemática

1. Conjugalidade

“A conjugalidade tem sido referida na investigação como geradora de bem-estar...”

(Oliveira, 2005, p.64)

“... o tempo atravessando a relação, a relação atravessando tempos. Metamorfoses na configuração, sentimentos de fundo em relevo, as ‘explosões’ irrompendo intermitentes, o tempo incluindo passado, presente e futuro, o ‘nós’ emergindo para além do ‘eu’ e do ‘tu’, tornando-se essência.” (Narciso, 2002, p.53)

Os trajetos dos indivíduos são fortemente impregnados pela conjugalidade (Aboim, 2006). As exigências da sociedade contemporânea levam a que o “outro conjugal” seja um elemento essencial para o indivíduo, através da relação entre ambos os membros do casal, permitindo a construção da sua autenticidade e da sua autorreferência (Singly, 1993, 1996; cit. in Aboim, 2006). A união dessas duas partes chama-se “formação do casal” (Minuchin, 1981; cit. in Relvas, 2006), sendo considerada a primeira etapa do ciclo vital da família (*ibidem*). Relva (2006) defende que esta etapa corresponde ao nascimento da família nuclear, pois, segundo uma visão sistémica, ela é uma família nova, dado que surge um novo sistema com “uma identidade específica do casal” (Lopes, 2008), formada pelo culminar de experiências relacionais vivenciadas pelos dois, sem a perda da sua própria identidade, a identidade individual (*ibidem*). É, pois, através e pelo processo relacional que emerge uma nova unidade familiar e que essa nova estrutura/organização tem uma autonomia e identidade próprias (Minuchin, 1981; cit. in Relvas, 2006).

Face à consideração da “formação do casal” como primeira etapa do ciclo vital da família, há algumas visões (aparentemente) divergentes. Por exemplo, McGoldrick e Carter (1982; cit. in Relvas, 2006) defendem que a primeira etapa é o “jovem adulto independente”, correspondendo ao “estádio entre famílias” (*between families*). Face a esta (aparente) divergência, Relvas (2006) posiciona-se sob os (dois) seguintes ângulos de visão: por um lado, compreende e aceita a importância desta tarefa desenvolvimental,

“uma vez que só o jovem adulto emocionalmente diferenciado será capaz de escolher adequadamente um parceiro e de com ele encetar relações de desejável maturidade necessárias à boa evolução da nova família” (*ibidem*, p.43); por outro lado, não lhe parece que tal argumentação possa ser suficiente para que esta etapa seja considerada a primeira no ciclo vital da família, defendendo, como já foi referido, a “formação do casal” como a primeira.

Apesar da consideração do início de um novo ciclo ou de uma nova família aquando da “formação do casal”, não se pode esquecer que a família não surge do nada (Costa, 2010; Relvas, 2006), porque dois indivíduos quando se juntam transportam consigo uma carga geracional/familiar muito grande, o que faz com que o indivíduo ao juntar-se ao outro, “para além de se unir a um parceiro, une-se também à respetiva família de origem” (Relvas, 2006, p.66). Num sentido convergente, Whitaker (s/ data; cit. in Gameiro, 2007) referiu que esta união de dois indivíduos “é o encontro de dois enviados familiares que se vão degladiar em torno da construção de um novo sistema familiar” (p.13). Por isto, facilmente se percebe McGoldrick e Carter (1982) (cit. in Relvas, 2006) quando propõe para este estágio do ciclo vital a denominação “junção de famílias” (*joining families*). Fica, assim, visível que nos primeiros passos da conjugalidade já há em cada membro do casal um conjunto complexo de expectativas, assim como uma variedade de exigências de ambas as famílias.

Relativamente ao marco indicador do início da construção da nova família ou do novo sistema ou, ainda, da conjugalidade, há visões diferentes. A data do casamento como um marco ou o início da coabitação são alguns exemplos (Aboim, 2006). É também um facto que quando as pessoas se casam, uma grande parte opta por morar junto, como apresenta Aboim (2006) num estudo realizado: “cerca de 84% dos casais inquiridos começaram a viver debaixo do mesmo teto no dia do seu casamento” (p.98). Mesmo assim, há uma percentagem que opta por não seguir esse caminho e a questão que se levanta é a seguinte: só quando (e se) optarem por se juntarem num espaço para os dois pode dizer-se que a conjugalidade começa? Há autores que não concordam com o foco excessivo (e, por vezes, exclusivo) na coabitação como marco inicial da conjugalidade (e.g., Singly, 1996; cit. in Aboim, 2006), salientando como fatores mais importantes o estilo de relação a dois e a sua durabilidade no tempo, por exemplo (*ibidem*). Porém, apesar de alguma divergência (ou não total concordância), parece que a coabitação é um fator importante na definição de conjugalidade, independentemente da união se dar por vias formais ou informais, principalmente se tivermos em consideração que quando cada qual vive para seu lado, sem

responsabilidades comuns derivadas da coabitação (como na relação de namoro), ambos basicamente procuram organizar as suas vidas de modo a puderem estar o máximo de tempo juntos, ou como diz Relvas (2006) “livre um para o outro” (p.55). É precisamente pela importância das diferenças existentes entre uma relação de namoro ou sem partilha do mesmo teto e uma relação conjugal (que pressupõe uma partilha diária de responsabilidades originadas pela vida em conjunto) que a aceitação do início da conjugalidade deve reportar-se ao início da coabitação. É nesta ótica que Aboim (2006) diz que “é o ato de partilhar o mesmo teto que define a conjugalidade” (p.97), pois há que saber distinguir o “fazer juntos” do “estar juntos” (Singly, 2000). Este ato de partilha do mesmo teto gera integração conjugal e socialização, tornando-se, dessa forma, um elemento central da vida a dois (*ibidem*). Mas, mais do que um momento, é importante encarar este início como um processo, pelo que, como refere Relvas (2006), “o que está em questão é assumir o desejo de viverem juntos, a criação de um lar e de um modelo relacional próprio” (p. 51), pois verdadeiramente “o casal surge quando dois indivíduos se comprometem numa relação que pretendem se prolongue no tempo” (*ibidem*, p. 51). Para clarificar, é importante referir que na fase de namoro (isto é, sem partilha do mesmo teto) há uma vivência muito centrada neles próprios, sendo que o “outro” é o centro da existência (Relvas, 2006), havendo um “nós” refletido num “eu + tu” e não num “eu + tu + nós”. Com a mudança para uma vida “debaixo do mesmo teto”, quer pela via formal mais habitual (o casamento), quer por uma via informal (como a união de facto), há uma alteração significativa do antigo mundo (o do namoro) “enganador, artificial e ilusório” (*ibidem*, p.56), pois emergem fatores até então esquecidos, como a família, os amigos pessoais, os projetos profissionais e outros compromissos que vão abanar a estrutura que está a ser criada. Por isto, parece que a definição de conjugalidade fica mais sólida com o conceito de coabitação (isto é, habitar sob o mesmo teto), salientando porém uma noção dinâmica de coabitação (e não estática), isto é, é fundamental simultaneamente coabitar e conviver.

Para além do que já foi referido, há ainda outras questões que se levantam para complexificar ainda mais a definição de conjugalidade, sendo de especial destaque a emergência de novas formas de conjugalidade. Durante muitos anos a conjugalidade era vista como sinónimo de casamento, mas os novos tempos trouxeram novas formas, menos formais e mais descentralizadas das instituições. Segundo Aboim (2006), “entre 1991 e 2001 as situações de conjugalidade informal quase duplicam, crescendo, nestes dez anos, a um ritmo bastante superior ao do casamento” (p.74). Na mesma linha, Leite (2003; cit. in

Aboim, 2006) afirma que no presente a tendência de uma vida conjugal é numa base mais informal (e com poucos filhos). Já anteriormente Kaufman (1993; cit. in Aboim, 2006) tinha referido que nas últimas décadas tem havido “uma generalização crescente do casal formado à *‘petit pas’* em substituição do formato linear e formal de entrada na instituição matrimonial” (p.91). Portanto, pelo crescente número de casos, parece óbvia a necessidade de encarar estas novas formas (menos formais) como semelhantes ao casamento, do ponto de vista da construção de uma conjugalidade, não descartando, porém, as diferenças que existem e que devem ser exploradas e compreendidas, nomeadamente no seio de investigações científicas.

Segundo Aboim (2006), a crescente informalização da conjugalidade indicia uma gradual passagem “do casamento como instituição para formas conjugais orientadas para o bem-estar emocional, a realização individual e a paridade entre indivíduos” (p.92). Desta última afirmação é útil clarificar os seguintes (dois) aspetos: a paridade entre indivíduos e a realização individual. Quanto ao primeiro, é importante (re)lembrar que a necessidade e/ou a emergência de uma paridade entre os indivíduos está associada às mudanças históricas verificadas no papel da mulher e, conseqüentemente, do homem. Noutros tempos não era socialmente aceite esta visão de paridade (ou nem sequer era questionada), mas nos últimos anos tem-se verificado um aumento do trabalho profissional feminino (incluindo a ocupação de cargos hierarquicamente mais elevados) e um número crescente de mulheres no ensino superior, o que leva a uma maior (capacidade de) autonomia que, por sua vez, tem levado a mudanças práticas e simbólicas muito acentuadas na vida privada, logo na formação do casal e na vivência a dois (Aboim, 2006), indo de encontro a uma maior igualdade no seio do casal e da mulher na sociedade. O segundo aspeto, a realização individual, pode parecer paradoxal no meio de uma construção do “nós”. Este (aparente) paradoxo é relatado por Singly (2000b; cit. in Aboim, 2006) quando refere que “os indivíduos são ‘livres em conjunto’ (*libres ensemble*)” (p.48), ou seja, confrontam-se com uma “dupla vida” (*ibidem*), intitulada de “paradoxo do individualismo contemporâneo” (*ibidem*), em que há uma vontade dos indivíduos terem, simultaneamente, uma vida conjugal (estar com o outro) e uma vida pessoal (estar a sós). Da vontade passa-se à ação e aí, já numa construção conjugal (isto é, na envolvimento conjugal), chamar-se-á de “paradoxo conjugal contemporâneo” (Gucht, 1994; Neyrand, 2002; cit. in Aboim, 2006, p.47) em que “por um lado, o casal tende a cimentar-se (pelo menos idealmente) em torno dos afetos” (Aboim, 2006, p.47) e “por outro lado, a individualidade torna-se também crescentemente importante, convidando ao investimento em si como pessoa,

independentemente do casal ou da família” (*ibidem*). Para a desconstrução deste paradoxo, que só o é verdadeiramente se tivermos uma visão bipolar dos fenômenos da vida, encontra-se a seguinte afirmação de Virginia Satir (1991; cit. in Relvas, 2006): “todo o par tem três partes: tu, eu e nós” (p.54) – ou “1+1=3” (Caillé, 1991; cit. in Ribeiro & Costa, 2001/2002, p.197) – e “cada uma delas com vida própria” (Satir, 1991; cit. in Relvas, 2006, p.54), mas com um grau de interdependência elevado. Daqui resulta um sentimento de pertença (pelo “nós”) e um sentimento de autoestima individual (o “eu” e o “tu”), ambos compatíveis. Esta visão, contudo, talvez se espelhe numa grande parte das outras relações interpessoais – de notar que as relações de conjugalidade são um tipo muito específico de relações interpessoais –, pois “cada um de nós, em cada fase do desenvolvimento humano, está constantemente a negociar o ponto de equilíbrio entre estar unido aos outros e ser autónomo” (Ribeiro & Costa, 2001/2002, p.197). Convém referir, no entanto, que na formação do casal o sentimento de pertença (e de complementaridade) cresce tendencialmente face à individualidade que sofre alguma perda (Relvas, 2006), enquanto numa relação não conjugal tal fenómeno é menos suscetível de acontecer. Aliás, há uma grande probabilidade de acontecer o contrário nas relações em geral, se nos guiarmos pela tendência da “nova” sociedade, como refere Bauman (2008) na seguinte afirmação: “todos nós . . . tendemos a ser contadores de histórias compulsivos e encontramos poucos ou nenhum tópico mais interessante que nós mesmos para as nossas histórias” (p.17). De notar que o investimento crescente no sentimento de pertença (um trabalho conjunto com o objetivo de aumentar a sensação de conforto, união e satisfação conjugal) traduzir-se-á inevitavelmente no bem-estar dos seus próprios sistemas pessoais (Oliveira, 2005), o que indica que a perda de investimento direto na individualidade acontece realmente, mas de uma forma indireta a construção da relação produz ganhos na individualidade. Porém, o processo de construção do sentimento de pertença na conjugalidade não é simples, pois requer “negociação e estabelecimento de normas” (Minuchin, 1981; cit. in Relvas, 2006, p.55). Esta necessidade surge aquando da transição da individualidade para a formação do casal, “a fim de se definir uma estrutura base das interações conjugais que integre e articule as normas herdadas de cada família de origem, bem como as expectativas e valores de cada um dos indivíduos” (*ibidem*). É um processo nunca acabado, pese embora a fase inicial seja o momento mais relevante para o bem-estar presente e futuro da relação conjugal (Minuchin, 1981; cit. in Relvas, 2006). Através deste processo contínuo e dinâmico vão surgindo ajustamentos necessários do casal na construção de uma vida em comum. Demasiado espaço para a individualidade trairia

indiferença, demasiado espaço do “nós” poderia levar ao sufocamento (Singly, 2000), por isso deve sempre encontrar-se pontos de equilíbrio ao longo da construção relacional.

Em suma, os casais iniciam a criação da conjugalidade com três elementos fundamentais: “eu”, “tu” e “nós”. Esses três elementos possuem identidades próprias (que se inter-relacionam) e dentro de cada uma delas os indivíduos não se podem esquecer de três instrumentos fundamentais de articulação: autonomia, partilha e negociação (Alarcão, 2006). Por toda esta complexa dinâmica no decorrer da construção deste tipo de relações mais facilmente se compreende que “a conjugalidade não é só um lugar de produção de afetos” (Aboim, 2006, p.169), pois “nela se produzem também recursos materiais, trajetórias sociais e rotinas de funcionamento quotidiano” (*ibidem*). Também ficou evidente que a coabitação é um conceito central na definição da conjugalidade (partindo do princípio que a convivência não é descurada), oferecendo ao indivíduo uma oportunidade de se desdobrar, tornando-se menos egocêntrico, e também de se ajustar nos espaços e nos tempos decorrentes da relação e da coabitação. Já dizia Sampaio (2011) que “é seguro que uma relação de partilha recíproca traz mais contributos para o autoconhecimento e para a autoestima do que acontece quando se vive de forma egocêntrica...” (p.57). Por último, torna-se visível a necessidade de um maior foco de investigação nas mudanças sociais para uma melhor definição deste complexo conceito, especialmente quando se tem em consideração as inúmeras mudanças nas últimas décadas dos contextos nos quais as pessoas mantêm as suas relações conjugais (Casper & Cohen, 2000; Milão & Peters, 2003; cit. in Lachance-Grzela & Bouchard, 2009), que vão muito mais além do que foi já dito. Independentemente das mudanças, a conjugalidade continua a desempenhar um papel de relevo na vida da maioria dos indivíduos adultos, sendo a satisfação com a relação um dos seus componentes mais importantes (Lopes, 2008; Silva, 2010), pelo que se torna absolutamente relevante aceder à perceção que os sujeitos têm relativamente à relação conjugal, nomeadamente no que se refere à sua satisfação. Para tal, seguidamente proceder-se-á a uma revisão e análise da complexidade do constructo “satisfação conjugal”.

2. Satisfação conjugal

“...eles não ‘se dão apenas bem’, eles também apoiam as esperanças e aspirações um do outro e criam um sentido de objetivo comum na sua vida a dois” (Gameiro, 2007, p.46).

Nos primeiros anos de investigação sobre esta temática utilizaram-se diferentes termos (por vezes, encarando-os como sinónimos) para avaliar a perceção das pessoas acerca da qualidade das suas relações conjugais, tais como: sucesso conjugal, estabilidade conjugal, felicidade conjugal, ajustamento conjugal, qualidade conjugal e satisfação conjugal (Heyman, Sayers, & Bellack, 1994; cit. in Graham, Diebels & Barnow, 2011; Li & Fung, 2011). Atualmente, neste campo de estudo, dá-se preferência ao termo “satisfação conjugal” face a outros termos, pelo destaque da natureza subjetiva do constructo (Li & Fung, 2011).

A satisfação conjugal trata-se de uma avaliação pessoal e subjetiva da conjugalidade (Arrindell, Boelens, & Lambert, 1983, cit. in Kunaszk, 2009; Thompson, 1988, cit. in Narciso, 1994/1995; Narciso & Costa, 1996). Atentando que *facere satis* é a origem da palavra “satisfação”, que significa “fazer o suficiente”, compreende-se “o forte componente avaliativo, subjetivo e pessoal subjacente a este conceito” (Narciso & Costa, 2001/2002). Segundo Narciso e Costa (1996), a satisfação conjugal pode dividir-se em duas dimensões: amor e funcionalidade conjugal. O amor refere-se aos sentimentos que ambos nutrem pela relação e/ou pelo outro tendo em consideração a paixão, intimidade e investimento/compromisso (componentes essenciais do amor) e a funcionalidade conjugal ou funcionamento refere-se ao modo de organização e regulação face às relações no(s) sistema(s) conjugal e/ou familiar e extra-familiar (*ibidem*). As autoras supracitadas definem para cada dimensão cinco áreas da vida conjugal. Relativamente ao amor, são as seguintes: os sentimentos e a expressão de sentimentos (e.g., sentimentos que cada um nutre pelo outro); a sexualidade (e.g., desejo sexual de cada um pelo outro); a intimidade emocional (e.g., apoio emocional mútuo); a continuidade da relação (e.g., projetos para o futuro); e as características físicas e psicológicas (e.g., opinião que cada um tem sobre o aspeto físico do outro). Relativamente à funcionalidade conjugal, são as seguintes: funções (e.g., gestão financeira); tempos livres (e.g., quantidade e qualidade dos tempos livres); autonomia/privacidade (e.g., autonomia e privacidade de cada um); comunicação e conflitos (e.g., resolução de conflitos); e relações extra-familiares (e.g., relações com os

amigos). Esta divisão pretendeu ajudar na criação de um instrumento de avaliação da satisfação nas áreas da vida conjugal (*Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal*), na tentativa de colmatar algumas dificuldades e limitações de estudos anteriores sobre esta temática. Narciso e Costa (2001/2002) consideram, ainda, que os fatores intervenientes na satisfação conjugal podem dividir-se em centrípetos, centrífugos e de tempo ou percurso de vida. Nos “centrípetos” há o enquadramento dos processos operativos (e.g., comunicação e conflitos), afetivos (e.g., compromisso e intimidade) e cognitivos (e.g., expectativas e perceções), nos “centrífugos” há os fatores contextuais, pessoais e demográficos (Lopes, 2008; Narciso & Costa, 2001/2002), e o “tempo” ou “percurso de vida” está relacionado com a evolução da relação conjugal ao longo do tempo, ou seja, as várias fases por que os casais passam, pois, como refere Narciso (1994/1995), o desenvolvimento da conjugalidade passa por um processo “onde de uma forma complexa se regulam proximidades e distâncias, encontros e desencontros, movimentos, gestos, sinais irrefutáveis de que a ‘dança’ existe” (p. 129). De facto, a avaliação da satisfação num casal pode sofrer várias oscilações ao longo do tempo, em consonância com as transformações da relação conjugal ao longo do ciclo de vida familiar (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt & Sharlin, 2004), ou como Narciso e Costa (2001/2002) explanam: é um processo evolutivo (não linear) de desenvolvimento circular onde se verifica um jogo dinâmico entre satisfação e insatisfação. Essa não linearidade neste processo é gerada por inúmeros fatores, indo desde os intra e interpessoais até aos micro e macroambientais (Bradbury et al., 2000; cit. in Li & Fung, 2011). Mais especificamente, algumas das variáveis influentes são: características de personalidade, valores, necessidades e momento do ciclo de vida familiar, consenso, ajustamento conjugal, coesão, felicidade do casal, expressão do afeto, comunicação entre o casal, (re)solução de problemas, redes sociais do casal, saúde, religião (e sua prática), situação/nível socioeconómico, tempo/duração do casamento/união de facto, idades dos elementos do casal, (des)emprego, sexo, idade ao casar ou juntar-se, presença de filhos, número de filhos, relação com os pais, relação dos pais, experiências/existência de relações conjugais anteriores, conjuntura económica e políticas governamentais (Bradbury et al., 2000; cit. in Li & Fung, 2011; Dela Coleta, 1989; Olson, 2000; Sharlin, Kaslow & Hammerschmidt, 2000; Spanier & Lewis, 1980; cit. in Norgren et al., 2004; Norgren et al., 2004). Estas variáveis são algumas das quais muitos autores reconhecem como variáveis que interferem na satisfação conjugal, trazendo, assim, uma maior complexidade para este fenómeno e permitindo também constatar o jogo dinâmico entre as duas dimensões de satisfação conjugal: a satisfação e a insatisfação.

Pode dizer-se, então, que a satisfação conjugal depende da satisfação das expectativas que se criam relativamente a si próprio e ao outro na relação (Bornstein, 1992; cit. in Relvas, 2006), do impacto dessas expectativas no quotidiano e na gestão e vivência do mesmo, das características pessoais/individuais de cada membro do casal (no sentido de poderem construir uma relação a dois), da vivência e partilha dos afetos, das competências pessoais e relacionais (adquiridas/construídas pelo percurso individual e pelo percurso do casal), das aprendizagens externas e das (eventuais) influências de amigos e familiares. É um conjunto grande e complexo de fatores que interferem na avaliação subjetiva da conjugalidade, isto é, na satisfação conjugal. Como já foi referido anteriormente, “a conjugalidade não é só um lugar de produção de afetos” (Aboim, 2006, p.169), por isso há que considerar outros aspetos para a avaliação da satisfação conjugal, embora alguns estudos indiquem que a dimensão amor é a mais preponderante quanto a uma avaliação positiva da conjugalidade (Narciso & Costa, 1996; Norgren et al., 2004), nomeadamente as áreas relacionadas com a paixão e com a intimidade (Narciso & Costa, 1996). Inclusivamente, a longo prazo o amor parece melhorar a vida dos indivíduos, estando positivamente associado com a satisfação conjugal, a saúde mental e o bem-estar geral (Acevedo & Aron, 2009). Aliás, Narciso e Costa (1996), dirigindo-se à prevenção e intervenção terapêutica com casais, alertam para a necessidade da centralização do amor na intervenção, afastando os critérios externos ao casal e os critérios que se baseiam numa “satisfação como utopia” (*ibidem*, p.129), até pela subjetividade e pelo carácter pessoal inerentes na avaliação da satisfação conjugal.

São muitos os efeitos da (in)satisfação conjugal na vida dos casais. Há estudos que indicam que a insatisfação no casal pode levar a transtornos psiquiátricos e enfermidades físicas (Epstein & Schlesinger, 1995; Funchman & Homeffer, 1996; Granvold, 2004; cit. in Sardinha, Falcone & Ferreira, 2009). Fincham e Bradbury (1990; cit. in Oliveira, 2005) referem que o casamento (e poder-se-á enquadrar aqui outra forma de conjugalidade) só é fonte de bem-estar se houver satisfação conjugal, caso contrário pode constituir-se como uma fonte de stress. Aliás, Oliveira (2005) compara casados insatisfeitos com divorciados e constata que há uma maior vulnerabilidade em termos de problemas físicos ou mentais nos primeiros face aos segundos. A insatisfação conjugal é, de facto, considerada uma das maiores fontes de stress (Epstein & Schlesinger, 1995; Funchman & Homeffer, 1996; Granvold, 2004; cit. in Sardinha et al., 2009). Esse stress, provocado pela insatisfação e pelo aumento dos conflitos conjugais, pode influenciar direta e negativamente outras pessoas, nomeadamente os filhos e os familiares (Gottman & Silver, 2000; cit. in Sardinha

et al., 2009) e, no limite, potenciar comportamentos extremos, como o suicídio e o homicídio (Hamberger & Holtzworth-Munroe, 2004; cit. in Sardinha et al., 2009). Quando há satisfação conjugal, há estudos que indicam que os efeitos são muito positivos nos indivíduos ao nível do bem-estar e saúde psicológica e física (e.g., Drigotas, Rusbult, Wieselquist, & Whitton, 1999; cit. in Acevedo & Aron, 2009), inclusivamente fortalecendo o sistema imunológico, aumentando o tempo e qualidade de vida (Gottman & Silver, 2000; cit. in Sardinha et al., 2009). No mesmo sentido, há evidências que a vivência conjugal satisfatória está associada a uma menor utilização de hospitais, a uma menor média de dias em que se encontram doentes e uma menor possibilidade de sofrerem de doenças crónicas (Verbrugge, 1979; cit. in Perlman, 2007). Ainda segundo alguns autores, a satisfação conjugal prediz a felicidade global, acima e além de outros tipos de satisfação, e pode servir de amortecedor a situações stressantes da vida (e.g., Coan, Schaefer & Davidson, 2006; Glenn & Weaver, 1981; Treboux, Crowell & Waters, 2004; cit. in Acevedo & Aron, 2009).

Apesar dos dois elementos da relação conjugal nos primeiros anos de vida apresentarem indicadores positivos quanto à avaliação da satisfação conjugal (também pelas carregadas expectativas e aspirações que trazem consigo face à satisfação pelo facto de terem encontrado o seu amor verdadeiro e duradouro e/ou a sua relação duradoura e feliz), a mesma tende a decrescer ao longo dos anos (Hackel & Ruble, 1992; Kurdek, 1995; cit. in Kunaszuk, 2009; Impett et al., 2010). Há estudos que indicam que os níveis começam a baixar quando o casal tem o primeiro filho, pois a transição para a parentalidade é uma das maiores mudanças por que o sistema familiar pode passar, acarretando uma diminuição na satisfação conjugal (Hackel & Ruble, 1992; Kurdek, 1995; cit. in Kunaszuk, 2009) que leva, por vezes, ao divórcio ou separação (Bramlett & Mosher, 2001; cit. in Silva, 2010; Menezes & Lopes, 2007; cit. in Scorsolini & Santos, 2010). Mesmo passando a fase transitória, os estudos indicam que o facto dos filhos serem menores (logo, mais dependentes), contribui para uma perceção menos positiva da satisfação conjugal, pois influenciam a qualidade e quantidade de tempo passado junto pelo casal (Helms-Erickson, 2001; cit. in Silva, 2010). Também Lopes (2008) verificou que na fase normalmente correspondente à “família com filhos em idade escolar” ou “família com filhos adolescentes”, a partir sensivelmente dos dez ou quinze anos de relacionamento conjugal, ambos os elementos do casal apresentam níveis baixos de satisfação conjugal. Converte, assim, com Olson (1988; cit. in Lopes, 2008) que revela existir uma tendência para a diminuição da satisfação conjugal na fase supracitada. Todavia, apesar desta tendência

regressiva em termos de satisfação conjugal, face aos primeiros momentos da vivência da conjugalidade, há indicadores que a satisfação pode voltar a aumentar nos casais de meia-idade e no final da vida (Conte & Lopes, 2005; cit. in Silva, 2010; Virost, 2000; cit. in Rente & Oliveira, 2002). Porém, não será apenas o tempo, por si só, que levará (ou voltará a levar) a atingir níveis positivos de satisfação conjugal, pois o facto da relação conjugal durar não significa necessariamente que seja satisfatória para ambos (Dessen & Braz, 2005; cit. in Scorsolini-Comin & Santos, 2010; Norgren et al., 2004). São diversos os fatores que influenciam o aumento da satisfação conjugal nas relações conjugais mais duradouras, desde uma maior compreensão emocional até à fonte de satisfação e prazer pelo facto de terem filhos, contrariamente aos casais mais novos em que este facto pode gerar instabilidade no dia a dia do casal (Silva, 2010). Num estudo de Norgren et al. (2004) foi possível identificar que a satisfação aumenta quando há proximidade, estratégias adequadas de resolução de problemas, coesão, boa habilidade de comunicação, a satisfação com o *status* económico, entre outras variáveis, muitas das quais já foram explicitadas neste trabalho. Trata-se, pois, em grande parte, do grau de investimento na relação, pois parece que um maior investimento transporta consigo uma dinâmica e/ou uma construção que a médio/longo prazo terá uma valorização especial, isto é, culminará numa (con)vivência positiva. Por exemplo, no período de saída dos filhos de casa, quando o casal volta a encontrar-se enquanto entidade própria (o seu sistema conjugal), há uma tendência para a estrutura da relação abanar, isto é, a vida a dois será repensada e reavaliada, sendo assim um momento de crise do casal (que, por si só, pode diminuir os níveis de satisfação, pelo menos nesta fase crítica à estabilidade e satisfação conjugal). Desta crise podem surgir três consequências principais: rutura da relação, manutenção de uma relação insatisfeita ou (uma aprendizagem que permite) um reinvestimento na conjugalidade que pode ser fonte de grande satisfação e qualidade relacional, aumentando, por sua vez, os níveis de intimidade. Esta última, mais do que uma consequência, é uma construção elaborada pelos dois membros da relação e por ambos num ritmo uníssono (o “nós”).

Quanto aos estudos que avaliam a satisfação conjugal tendo em conta a configuração da relação conjugal, isto é, formal (e.g., casamento) ou informal (e.g., união de facto), revelam resultados não consensuais. Por um lado, Brown e Booth (1996) e Nock (1995) (cit. in Lachance-Grzela & Bouchard, 2009) encontraram resultados que indicaram que há uma maior tendência para uma menor satisfação conjugal dos indivíduos que vivem sob condições informais face aos sujeitos casados, assim como outros demonstraram que os segundos têm níveis mais elevados de bem-estar face aos primeiros (Dush & Amato, 2005;

cit. in Hsueh, Morrison & Doss, 2009). Por outro lado, Lachance-Grzela e Bouchard (2009), comparando relações conjugais pela via do casamento com relações conjugais informais, e Willets (2006; cit. in Lachance-Grzela & Bouchard, 2009), em estudos com casais a viverem sob um regime informal com um compromisso de longo prazo, encontraram resultados que indicaram uma satisfação e qualidade semelhantes ou até superiores aos casados, contrariando a grande maioria dos estudos anteriores.

Quanto à probabilidade do término da relação nos vários tipos de conjugalidade, Moore, McCabe e Brink (2001) referem que os casados têm menos probabilidade de terminar as relações (logo, estão mais propensos a ficarem juntos), independentemente da qualidade e da satisfação do relacionamento, comparativamente com aqueles que “vivem juntos”. Esta maior probabilidade dos indivíduos casados manterem as suas relações, mesmo apresentando níveis de satisfação baixos, vai ao encontro da distinção que alguns autores fazem de satisfação conjugal e estabilidade conjugal (Kaslow & Hammerschmidt, 1992; Spanier & Lewis, 1980; cit. in Norgren et al., 2004). Assim, eles defendem que podem existir casamentos estáveis e não necessariamente satisfeitos. Algumas das razões que são apontadas para a manutenção da relação são as seguintes: medo da mudança e da solidão, dificuldades em lidar com a liberdade e com autossuficiência, considerarem o casamento e a pertença a uma família como menos ansiogénico do que estar divorciado, e ainda a rejeição da ideia de divórcio, por razões pessoais e/ou religiosas (*ibidem*). Todavia, atualmente, decorrente das insatisfações nos casamentos (e considerando os diferentes significados que as relações conjugais foram ganhando), aparecem dados alarmantes quanto às taxas de divórcio, mas apesar da evidência do aumento destas taxas, decorrente das transformações sociais da época (por exemplo, pelo facto das mulheres estarem no mundo do trabalho, ao contrário da realidade de anos passados onde a independência financeira era rara, ou seja, atualmente não têm esse “impedimento” para romper as relações insatisfatórias), também é clara a subida das taxas de recasamento (Costa, 1994; cit. in Crespo, 2007; cit. in Teves, 2008). Este facto pode indicar que acima de tudo há uma preferência por uma “vida a dois” (a procura de compromissos, de relações interpessoais afetivas importantes e essenciais, como são as relações conjugais) e não um eventual afastamento do interesse pelas relações em geral como as taxas de divórcio poderiam levar a pensar (Teves, 2008). Ou seja, apesar de uma insatisfação que leva ao divórcio, pode surgir satisfação com o processo de renovação (ou somente pela desvinculação do(a) anterior companheiro(a)), isto é, com a vivência de uma nova conjugalidade. No entanto, deve salientar-se que um processo de rutura envolve sofrimento, pelo menos para um dos

lados. Num estudo de Rhoades, Dush, Atkins, Stanley e Markman (2011), os resultados sugeriram que o fim dos relacionamentos amorosos representa uma significativa fonte de stress, associada a um aumento de desordens psicológicas e a uma diminuição da satisfação com a vida, tendo assim um forte impacto no bem-estar individual. Esta situação pode dificultar a entrada em novas relações ou precipitá-la ou ainda proporcionar baixos níveis de tolerância ao conflito na entrada para uma nova relação, afetando a satisfação conjugal, o bem-estar do casal e, eventualmente, comprometer a sua continuidade. Por isso, apesar das vantagens da busca pela satisfação conjugal, investindo em novas relações e deixando aquela que já não lhe satisfaz, há também que considerar e/ou estar alerta com as mazelas que as ruturas deixam ou podem deixar, não só no presente, mas também no futuro individual e relacional. Mas, nalguns casos, estas ruturas nem fazem parte de processos conscientes porque as pessoas não põem em causa o seu nível de satisfação na relação, não considerando sequer o divórcio. Desta forma, se o divórcio nunca for uma opção, as pessoas não se vão preocupar com a (in)satisfação, mas antes com a forma como a relação conjugal pode funcionar (Li & Fung, 2011). Ao considerar a rutura como uma opção válida a lógica de pensamento já decorre num nível que pode levar à separação e, posterior e tendencialmente, à construção de uma nova relação íntima, indo ao encontro de alguns estudos (Conger & Conger, 2002; Karney & Bradbury, 2005; Roberts & Robins, 2000; cit. in Assad, Donnellan & Conger, 2007; cit. in Lopes, 2007) que revelam que a satisfação numa relação conjugal é um objetivo de vida, pela elevada importância que isso tem para cada elemento do casal. Logo enquanto objetivo de vida os sujeitos vão atrás da satisfação, da felicidade, mesmo que isso implique divorciar-se ou separar-se. Como sequência e/ou consequência constroem uma nova relação e, assim, iniciam um novo processo de construção da intimidade. E o aumento desta última situação é o espelho dos relacionamentos de hoje, podendo ser encarados como objetos de consumo (uma visão descartável / líquida), ou seja, se a relação não estiver a ser satisfatória e/ou prazerosa basta procurar no “mercado” um relacionamento novo e melhor (Bauman, 2004). É como se de uma “relação de bolso” (Jarvie, 2002; cit. in Bauman, 2004) se tratasse, encarando-a (a relação) como a “encarnação da instantaneidade e da disponibilidade.” (Bauman, 2004, p. 18). Todavia, apesar das novas realidades factuais e das transformações no seio das relações ainda há várias relações que se prolongam no tempo, mesmo passados vinte anos do seu início (Perlin, 2006; cit. in Silva, 2010). Pese embora, não haja dúvida que as relações conjugais atuais são bem mais complexas, em grande parte pela transformação social e relacional da mulher (logo das relações conjugais), o que, por um lado, pode dificultar a sua durabilidade ou a dificuldade na sua manutenção e/ou na conservação de

bons níveis de satisfação, e, por outro lado, pode tornar as relações complexamente mais satisfatórias quando duram que, por sua vez, pode derivar de níveis de intimidade mais elevados e/ou até propiciar tais níveis. No entanto, para compreender melhor este último fenómeno será de todo pertinente considerar o estudo efetuado sobre o multicomplexo conceito de intimidade.

3. Intimidade

“O território da conjugalidade é um palco privilegiado para as encenações de intimidade: aqui se encontram dois seres que criam um novo ‘ser relacional’, fonte de bem-estar, apoio, segurança e alicerce para projetos e objetivos comuns”

(Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006, p.45)

“...olhando mais de perto, a intimidade de cada casal é, essencialmente, um produto codificado da sua idiossincrasia e criatividade”

(Crespo et al., 2006, p.62)

Intimidade deriva da palavra *intimus* (Narciso, 2002), que significa “interior, profundo, essencial” (Lello & Lello, 1970; cit. in Crespo et al., 2006, p.45). O seu carácter profundo, complexo e único levou a que Popovic (2005; cit. in Silva, 2009) destacasse o conceito de intimidade, face a outros que possam estar relacionados (por exemplo, a proximidade), pela sua intensidade, referindo duas dimensões importantes para este conceito: o romantismo e a sexualidade. Atualmente, a intimidade pode ser considerada como “uma capacidade individual e relacional que se desenvolve ao longo do ciclo de vida apresentando formas, significados e complexidades diversas em diferentes relações de amor” (Costa, 2005, p.71). Daqui depreende-se facilmente que a intimidade não se reduz à relação conjugal (ao mesmo tempo que é uma parte da mesma) e está diretamente relacionada com os percursos desenvolvimentais de cada elemento do casal (Matos, Duarte & Costa, 2011), sendo ainda influenciada por componentes individuais, como a motivação para a sua procura e a capacidade para mantê-la (Costa, 2005; Narciso, 2002). Esta interação desagua na relação. E neste âmbito considerar-se-á a intimidade no contexto das relações conjugais, ou “relações amorosas” (Crespo et al., 2006, p.45), tendo sempre em consideração que na base cada elemento da relação conjugal tem a sua intimidade e que a co-construirá na relação (Matos et al., 2011; Sobral, 2008).

Schnarch (1991; cit. in Costa, 2005) valoriza a diferenciação como uma característica particular da intimidade, definindo-a como a capacidade de manutenção “do sentido do

próprio *self* numa relação próxima com outra pessoa, não reatividade face à reatividade do outro, autorregulação emocional que permita o uso da capacidade de julgamento e tolerância à dor do crescimento/desenvolvimento psicológico” (Schnarch, 1991; cit. in Crespo et al., 2006, p.47). Assim, quanto mais diferenciados forem os indivíduos, maior será a capacidade para no seio da relação conjugal (isto é, da relação amorosa) implementarem a “promoção, valorização e respeito pelas diferenças individuais dos seus elementos, capacidade para lidar com os conflitos e torná-los fonte de desenvolvimento individual e relacional, de segurança e de investimento no *self*, no outro e na relação” (Crespo et al., 2006, p.47). Narciso (2002) contribui com algumas dimensões essenciais para a construção, compreensão e avaliação da intimidade. Tendo os sentimentos/amor como cobertura, a partilha e autorrevelação figuram-se como componentes principais, decorrendo daí o apoio emocional, a confiança, a mutualidade, a interdependência e a sexualidade. Estas dimensões são processos inerentes à intimidade que estão em inter-relação constituindo um todo que é a intimidade, podendo esta última ser considerada como uma parte do todo que é a conjugalidade (Lopes, 2008; Narciso, 2002).

Como se vê, a intimidade é um conceito bastante complexo. Aliás, o conceito de intimidade é o mais complexo, controverso e, simultaneamente, abrangente dos elementos estruturais de uma relação conjugal (Costa, 2005). Esta complexidade muito se deve à prolongada e exigente construção das ferramentas necessárias para que se viva a intimidade verdadeira e plenamente, pois “a intimidade tem o seu início na infância” (Costa, 2005, p.71), quando a criança sente, vive e observa os papéis de pais e de casal do seu pai e da sua mãe. Segundo Costa (2005), a imagem que a criança cria desta relação (dos seus pais) “parece ter uma função preditiva das relações futuras com os outros e consigo própria” (p.71). Este processo desenvolvimental, de aprendizagem, de confiança e de vinculações seguras constitui, assim, a base da intimidade adulta (*ibidem*). Também Feldman et al. (1999; cit. in Moura, 2003; cit. in Lopes, 2008) consideram este processo de aprendizagem de intimidade oriundo da infância e que exerce uma função basilar para a construção e interpretação dos momentos de intimidade nos adultos. Com todas essas experiências/aprendizagens (desde a infância), também fruto da observação de outras vivências/modelos para além das figuras diretamente significativas, aprendemos sobre nós próprios, sobre o mundo e vamos, desta forma, reconstruindo-nos e às nossas relações ou à forma de as vivenciarmos – são os chamados “modelos internos dinâmicos”. Estes “modelos internos dinâmicos” quando são construídos com representações positivas e satisfatórias da vivência dos papéis parentais e conjugais são fundamentais para o

desenvolvimento (Oliveira, 2005) e para uma vivência mais feliz da intimidade e da conjugalidade. Neste processo, ajustar-se-á uma frase interessante de Goleman (1997): “aquilo que se revela em pequenas coisas no começo de vida transforma-se numa vasta gama de competências sociais e emocionais à medida que o tempo passa” (p. 103). E a temporalidade (expressa nas últimas palavras da afirmação de Goleman) ou o tempo intrínseco às relações é, precisamente, um fator determinante para ajudar na definição de intimidade, pois a sua não consideração revela uma concepção estática da intimidade, o que se verifica em muitas das teorias sobre este conceito (Costa, 2005; Narciso, 2002). Assim, Costa (2005) considera as teorias desenvolvimentais as mais adequadas para inserir o conceito de tempo, nomeadamente a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erickson, a teoria da vinculação de Bowlby, “bem como os modelos apresentados pelos seus seguidores, Orlofsky e Bartholomew, respetivamente” (*ibidem*, p.69). No entanto, é preciso ter em linha de conta que estas teorias são de desenvolvimento individual e não das relações, mas, mesmo assim, Costa (2005) considera-as como as mais capazes de permitirem o acesso às dinâmicas dos processos de intimidade, precisamente pelas informações que fornecem para “perspetivar as relações numa dimensão temporal e contextual” (*ibidem*, p.70).

Como facilmente se depreende, a existência de um “outro” é um elemento fundamental na intimidade (e nos comportamentos de intimidade), pois só assim haverá uma troca discursiva, gestual e afetiva (Haughwout, 2008). É a “história de um processo escrita por dois autores/atores em inter-relação, espelhando a capacidade de auto-organização, a criatividade relacional” (Narciso, 2002, p.58). Esta dinâmica relacional acaba por ser uma troca de energia e de poder, onde o risco e a vulnerabilidade estão em jogo, e é aí que a verdadeira intimidade ocorre (*ibidem*). Essa vulnerabilidade e risco – Spekman, Goldberg e Herman (1993) e Guzzo (2002) (cit. in Biasoli-Alves & Alves, 2005) referem que “algum grau de risco é experienciado por todos os indivíduos em alguma parte da vida” (p.373) – compreende-se, em parte, através de um conceito fundamental, o *self-disclosure* (momento de partilha de experiências, atitudes e emoções pessoais). É precisamente através do *self-disclosure* (ou autorrevelação) que se inicia o desenvolvimento da intimidade (Silva, 2009). Aliás, Reis e Patrick (1996), Reis e Shaver (1988) (cit. in Laurenceau, Barrett & Pietromonaco, 1998) e Prager (1995) consideram o *self-disclosure* como um dos componentes-chave da intimidade. Silva (2009) sublinha esta constatação, considerando que o ato de *self-disclosure* é de uma importância tal (ao nível da construção de uma relação íntima) que poderia superar o conteúdo emitido. Como refere Malone (1987; cit. in

Schnarch, 1991; cit. in Crespo et al., 2006), “a intimidade implica conhecer o outro mas também conhecer-se a si próprio na presença do outro” (p. 48). Esta complementaridade, implícita na frase anterior, é possível através da autorrevelação e partilha, contribuindo, assim, para a construção da identidade do casal e para a consideração, compreensão e proteção para com o outro elemento da relação conjugal (Crespo et al., 2006). Segundo Narciso (2002), vários estudos indicam que a autorrevelação é tão importante ao ponto de aumentar o gosto pelo outro e que a mesma é maior com as pessoas de quem se gosta mais. Importante será relembrar e acrescentar que nestas autorrevelações estão implicadas emoções que podem causar momentos de dor (emocional) e para que esses momentos comunicacionais intensos (que não se limitam à linguagem verbal, pois também incluem componentes não verbais, como, por exemplo, a proximidade física, o toque e o olhar (Narciso, 2002)) sejam vividos na relação de uma forma mais saudável, Cordova, Gee e Warren (2005) salientam a importância de desenvolver a capacidade de identificação/reconhecimento de emoções. Daí, um outro componente-chave da intimidade seria, segundo Reis e Patrick (1996), Reis e Shaver (1988) (cit. in Laurenceau et al., 1998) e Prager (1995), a responsividade do parceiro, que, segundo Crespo et al. (2006) e Silva (2009) pode e deve espelhar-se em apoio, nomeadamente o apoio emocional, em que se compreende, aceita-se e valida-se os sentimentos do outro. Está, assim, implicitamente implicada a empatia – que “implica a capacidade de descentração e de escuta ativa, o que torna as pessoas mais sensíveis aos sinais verbais e não-verbais que revelam sentimentos e desejos do outro” (Goleman, 1997; Perlman & Fehr, 1987; cit. in Narciso, 2002); segundo Sardinha et al. (2009) “quanto maior o nível de empatia percebida no cônjuge, melhor será a interação conjugal” (p.399) –, a compreensão e a validação após o momento de autorrevelação. A responsividade refletida fundamentalmente em apoio emocional tem, assim, um papel capital sobre os momentos que se seguem a uma autorrevelação (e face ao aumento das autorrevelações), logo determinante no desenvolvimento da intimidade (Laurenceau et al., 2005) e no aumento da satisfação conjugal. Aliás, segundo Narciso (2002), vários estudos têm indicado que a falta de apoio emocional é um dos principais motivos que levam ao surgimento da insatisfação conjugal e mesmo da rutura conjugal, e que os casais que vivenciam níveis maiores de apoio emocional estão mais satisfeitos com a relação. Este efeito positivo na construída relação de intimidade, derivado, entre outros fatores, do *continuum* de autorrevelação e de responsividade, terá como consequência a potenciação do bem-estar global, quer da própria relação, quer a outros níveis da vida – Costa (2005) refere que “a intimidade é essencial ao bem-estar biopsicossocial do indivíduo” (p.73) e Norgren et al. (2004) mencionam a elevada importância dos

relacionamentos íntimos na qualidade de vida, quer ao nível da saúde mental e física, quer ao nível profissional –, ou como se retira de Thibaut & Kelley (1959; cit. in Prager, 1995): “A intimidade relacional deve exercer um impacto direto e positivo no funcionamento da relação por causa do seu valor de recompensa” (p. 217). No entanto, para que o *continuum* de autorrevelação e de responsividade espelhada em apoio emocional exista é necessário haver confiança. Quando há uma relutância face à confiança e ao *self-disclosure* há autores que definem este fenómeno como *medo da intimidade* (e.g., Costa, 1996; Descutner & Thelen, 1991; McDonald, 2000; Sinclair & Nelson, 1998; cit. in Sobral, Almeida & Costa, 2010), que, no fundo, é “o medo do abandono, de perder o poder e de ser criticado ou ridicularizado pelo outro” (Chelune et al., 1994; Pilkington & Richardson, 1988; cit. in Sobral et al., 2010). É precisamente com a confiança, no outro e na relação, que se consegue encarar os momentos de vulnerabilidade a que um indivíduo está sujeito nos momentos de autorrevelação e partilha, logo se compreende a importância que Narciso (2002) dá a esta dimensão e a pertinência dela no desenvolvimento da intimidade. Narciso (2001; 2002; cit. in Crespo et al., 2006) refere que para haver confiança “é necessário que o companheiro seja considerado fiável e consistente e que a relação, projetada no futuro, seja percecionada como duradoura” (p.48). No desenrolar desta linha, poder-se-á colocar aqui um conceito de Giddens (1997), o *relacionamento puro*, denominado o relacionamento dos tempos modernos. Ora, Giddens (1997) define que o relacionamento puro é uma relação criada em que os parceiros têm garantias de estabilidade do relacionamento e, simultaneamente, adotam a “filosofia” da relação durar enquanto for satisfatória para ambas as partes, definindo esta relação como uma relação de confiança e centrada na intimidade. Esta visão parece divergir com a perspetiva de Narciso (2001; 2002; cit. in Crespo et al., 2006), pelo menos, quanto à definição de confiança no seio da intimidade. Todavia, se, por um lado, se pode visionar uma divergência de perceções sobre a confiança pela desconfiança contínua da duração da *relação pura*, por outro lado, pode não se ver esse desfasamento, porque Narciso (2001; 2002; cit. in Crespo et al., 2006) refere que a relação é percecionada como duradoura, logo no conceito de relacionamento puro de Giddens (1997), pode acreditar-se que os envolvidos percecionam a relação como duradoura, embora haja a necessidade de um questionamento ocasional, como: “está tudo bem?” ou “ainda estás na mesma sintonia que eu?”. Mas, pensar (por mais subtil que seja) que pode não haver continuidade da relação possibilitará a existência da confiança (suficiente) para existirem momentos de autorrevelação/partilha e daí evoluírem positivamente na construção da intimidade? É pertinente relembrar que estes momentos são de grande vulnerabilidade, pelo menos, para um dos elementos da díade, que, segundo

Narciso (2002), são apenas sustentados numa relação de confiança. Segundo Bauman (2008), “a confiança, aquela condição indispensável para todo o planeamento racional e toda a ação confiável, está flutuando, procurando em vão um terreno firme o bastante para lançar um âncora” (p.71). Enfim, poderá ser um tópico de exploração noutros estudos. À parte destas eventuais divergências, é importante dar ênfase a outras dimensões (fulcrais no desenvolvimento da intimidade) que Narciso (2002) refere e que ainda não foram claramente abordadas. São concretamente as seguintes: a mutualidade, a interdependência e a sexualidade. Ora, já aqui se falou em vivências, expectativas, projetos comuns e identidade de casal, e esses tópicos são precisamente aqueles que ajudam a perceber o que é a mutualidade. Através deste caminhar a dois, do “envolvimento comum numa história de vida” (*ibidem*, p.55), há um aumento da compreensão e aceitação de ambos na relação e de respeito pelas liberdades individuais, num sentido de não existir superioridade de um sobre o outro, ou seja, havendo uma “equidade na relação em termos de poder” (Crespo et al., 2006, p.48). Isto vai permitir que haja um equilíbrio para que ambos possam autorrevelar-se e partilhar um com o outro, aumentando, assim, os níveis de intimidade ou criando condições para que a intimidade floresça no seio do casal. Fica clara a inexistência de condições adequadas para esta autorrevelação/partilha (e para as consequentes e já relatadas evoluções derivadas dessa oportunidade) quando Nowinski (1998, p.39; cit. in Narciso, 2002) refere o seguinte: “É um facto que as pessoas hesitarão em ser completamente abertas com alguém que percebem como tendo controlo sobre elas, ou com alguém que sentem estar numa posição de as julgar” (p.56). Num estudo de Larson, Hammond & Harper (1998; cit. in Patrick & Beckenbach, 2009) que visou verificar diferenças de género quanto à relação entre percepção de equidade e intimidade, verificaram que para as mulheres a equidade é um fator importante para a intimidade, mas para os homens tal não se verificou. Curiosamente, também verificaram que as mulheres com um estatuto social inferior não percecionam a equidade como um fator importante para a intimidade, demonstrando, assim, o impacto da socialização quanto aos papéis de género na percepção da equidade e intimidade. Percebe-se, assim, a importância da conquista do espaço da mulher nestes novos tempos (como já foi relatado neste estudo), permitindo, dessa forma, um aumento da probabilidade de se poder viver uma relação de intimidade plena, através da sua consciencialização da importância da equidade nos relacionamentos e no desenvolvimento da intimidade, assim como na influência que podem ter para a consciencialização do homem neste campo. Estas alterações sociais, num sentido de uma maior equidade entre homens e mulheres, transformam a própria intimidade, que, por sua vez, potenciam a paridade entre ambos os sexos – tal como refere Giddens (1997; cit. in

Jamieson, 1999): “...uma maior igualdade entre homens e mulheres está surgindo através da transformação da intimidade” (p.479). Essa transformação visualiza-se num sentido positivo, pois, como refere Narciso (2002), quando e onde existe equidade nas relações o percurso do casal dirige-se para níveis mais elevados de intimidade psicológica e sexual, assim como as próprias relações tendem a ser mais estáveis e mais satisfatórias para ambos. Uma outra dimensão é a interdependência, que é uma capacidade fundamental que vai permitir a confluência da autonomia com a partilha (Matos et al., 2011), num processo recíproco e construtivo, sendo constantemente atualizado e fortalecido (Costa, 2010). Acaba por ir de encontro à expressão (já mencionada) de Costa (2005): “a intimidade é uma capacidade individual e relacional” (p.71). É um processo onde há simultaneamente ganhos e perdas (à semelhança de tudo na vida): “a perda e encontro de si próprio no outro” (Matos et al., 2011), que implica uma capacidade para a interdependência (*ibidem*). Finalmente, há a dimensão da sexualidade, um conceito, por si só, demasiado complexo, se considerarmos que a sexualidade não se circunscreve somente à genitalidade, mas é antes uma realidade multidimensional, cuja vivência e desenvolvimento se processa relacionalmente ao longo da vida, desde o nascimento à morte (Matos et al., 2011). Segundo Sá (2012b), “a sexualidade é uma forma de conciliar – num só gesto – sensações, sentidos e sentimentos. E fazê-lo em dois ritmos que se casam numa mesma cumplicidade. E numa comunhão entre pessoas que se despem por dentro . . . A sexualidade leva-nos da superfície do corpo ao fundo da alma. Logo que se toca na pele toca-se dentro. Logo que se toca dentro deixa de ser nosso. Deixa de ser outro. Passa a ser parte de nós.”. Narciso (2001; cit. in Crespo et al., 2006) considera a sexualidade um barómetro da relação, considerando, no entanto, que sozinha não tem força suficiente para atingir uma satisfação conjugal global, ou, inclusivamente, atingir uma intimidade satisfatória. Por exemplo, se houver uma sexualidade gratificante no seio do casal, mas não houver co-construção (um trabalho a dois nas várias componentes da intimidade), o vazio que vai sendo criado não conseguirá ser preenchido só pela sexualidade. A sexualidade é, assim, mais uma dimensão, o que significa que não consegue viver isolada das outras, dependendo delas, aliás. Como refere Crespo et al. (2006): “não é viável vivenciar uma sexualidade de modo pleno se a relação apresenta dificuldades ao nível dos outros componentes da intimidade, do mesmo modo, dificuldades ao nível sexual são resolvidas, ignoradas e/ou perpetuadas no âmbito da autorrevelação/partilha, apoio emocional, confiança, etc.” (p. 49).

No fundo, há uma inter-relação e uma interdependência entre as várias dimensões de um todo que é a intimidade e esta última tem uma forte influência sobre os seus componentes,

ou seja, baixos ou altos níveis de intimidade global podem afetar negativa ou positivamente dimensões específicas da construção da intimidade, mas estas, por sua vez, também afetam a intimidade global na sua relação interdependente. Há, efetivamente, influências recíprocas entre a intimidade e os seus constituintes, assim como entre estes últimos e a satisfação conjugal, como alguns estudos indicam. Por exemplo, McCabe (1997; cit. in Moore et al., 2001) constatou que baixos níveis de intimidade foram associados a disfunção sexual e mau relacionamento, tanto para homens como para mulheres. Outros estudos revelam que altos níveis de intimidade sexual vivenciados pelos casais estão associados com a satisfação conjugal (Birchler & Webb, 1977; Blumstein & Schwartz, 1983; Sprecher & McKinney, 1993; cit. in Prager, 1995). Em termos gerais, quanto aos componentes do processo de intimidade que contribuem para o sentimento de intimidade diário, pode dizer-se que os homens e as mulheres dão uma ênfase diferente a eles (Laurenceau et al., 2005). No entanto, a investigação mais recente encontra mais semelhanças do que diferenças entre homens e mulheres (Soeiro, 2010; Costa, 2005). As diferenças de género na intimidade são construídas por um complexo conjunto de interações biológicas, culturais, sociais e políticas, não tendo um carácter universal (Costa, 2005). Aliás, como refere Costa (2005), quando existe diferenciação de *selves* o que importa é a identidade co-construída do casal e não a polarização do que é feminino e masculino. A mesma autora considera que esta polarização não é mais do que reduzir “o que é multidimensional ao unidimensional, é atribuir estabilidade e permanência ao que é mutável” (p. 68), sendo assim um forte obstáculo a uma construção relacional funcional e satisfatória para ambos os elementos do casal (no respeito pelas suas singularidades).

Para finalizar, poder-se-á dizer que a capacidade para formar relacionamentos íntimos é fundamental para o bem-estar pessoal (Katz & Joiner, 2002; cit. in Kunaszuk, 2009) e influencia positivamente a satisfação conjugal, apoiando Narciso e Costa (2002; cit. in Costa, 2005) quando referem que “a intimidade parece ser, ainda, um elemento-chave da satisfação conjugal” (p.70). Neste sentido, há estudos que demonstram uma associação entre a intimidade e a satisfação conjugal, verificando a existência de uma correlação positiva significativa entre a experiência de intimidade e a satisfação conjugal (e.g., Barnes & Sternberg, 1997; cit. in Cordova et al., 2005; Greeff & Malherbe, 2001). Dandeneau e Johnson (1994; cit. in Greeff & Malherbe, 2001) também encontraram um efeito positivo da facilitação da intimidade numa relação conjugal na satisfação conjugal. A intimidade representa, assim, a estrutura que sustem a relação e o amor (Costa, 2010), permitindo que

as relações possam ser mantidas e aprimoradas (O'Brien & Peyton, 2002; cit. in Kunaszuk, 2009).

Portanto, num mundo onde a conjugalidade tem sofrido grandes alterações ao nível da forma e do conteúdo, derivado das dinâmicas transformacionais próprias de um terreno em constante mudança (influenciado por forças de vários tipos), parece de todo pertinente avaliar dois fortes pilares que a sustentam: a intimidade e a satisfação conjugal. Foi nesse sentido que houve o cuidado de explorar um pouco estes três grandes conceitos: conjugalidade, intimidade e satisfação conjugal. Assim, estando mais claro o significado (sempre subjetivo) dos conceitos supracitados e alguns dos seus fatores influentes pode partir-se para a busca de algumas respostas (ou confirmação de anteriores respostas). Para tal, passar-se-á à porção metodológica desta dissertação de mestrado.

Capítulo II

Metodologia

Capítulo II. Metodologia

Neste capítulo descrever-se-ão os procedimentos metodológicos utilizados ao longo da investigação. A estrutura deste capítulo seguirá o seguinte alinhamento: objeto e objetivos de investigação; hipóteses e questões de investigação; amostra: técnica de amostragem e procedimentos da recolha e tratamento dos dados e caracterização da amostra; instrumentos.

1. Objeto e objetivos da investigação

Esta investigação focaliza-se em indivíduos que vivenciam relações conjugais heterossexuais, através de configurações formais ou informais (isto é, através do casamento religioso, casamento civil ou união de facto), e cujo relacionamento acontece em regime de coabitação (vivência conjunta). O objetivo central desta investigação é analisar e compreender a perceção subjetiva dos sujeitos quanto à satisfação conjugal e à intimidade no seio das suas relações conjugais, bem como analisar e compreender as inter-relações das dimensões da intimidade com as da satisfação conjugal.

Este objetivo geral operacionaliza-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as diferenças na avaliação subjetiva da satisfação conjugal global, nas dimensões “amor” e “funcionamento conjugal”, em função da duração da relação conjugal (a utilização dos termos “tempo de relação” e “duração da relação” têm o mesmo significado e, por isso, serão utilizados indiscriminadamente), definindo-se os seguintes subgrupos: “até aos 3 anos”, “dos 4 aos 11 anos”, “dos 12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”. Ou seja, avaliar a satisfação conjugal ao longo do ciclo vital do casal;
- b) Analisar as diferenças na avaliação subjetiva da satisfação conjugal global, nas dimensões “amor” e “funcionamento conjugal”, face às diferentes configurações de relações conjugais: “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”;

- c) Analisar as diferenças na avaliação subjetiva da satisfação conjugal global, nas dimensões “amor” e “funcionamento conjugal”, relativamente ao género e nível de escolaridade dos sujeitos inquiridos;
- d) Analisar as diferenças na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, em função da duração da relação conjugal, definindo-se os seguintes subgrupos: “até aos 3 anos”, “dos 4 aos 11 anos”, “dos 12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”. Ou seja, avaliar a intimidade conjugal ao longo do ciclo vital do casal;
- e) Analisar as diferenças na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, face às diferentes configurações de relações conjugais: “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”;
- f) Analisar as diferenças na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, relativamente ao género e nível de escolaridade dos sujeitos inquiridos;
- g) Analisar e compreender as inter-relações das dimensões da intimidade com as da satisfação conjugal.

A revisão da literatura nas áreas da conjugalidade, da satisfação conjugal e da intimidade nas relações conjugais, permitiu definir objetivos de investigação que servem de estrutura para a formulação das hipóteses. Assim, apresentam-se de seguida as hipóteses e questões de investigação.

2. Hipóteses e questões de investigação

Hipótese 1: São esperados níveis significativamente superiores na avaliação da satisfação conjugal por parte dos indivíduos que estão a viver os primeiros anos da relação conjugal comparativamente com indivíduos que se encontram em fases mais avançadas em termos de duração da relação conjugal.

De acordo com a literatura, os dois elementos da relação conjugal nos primeiros anos de vida apresentam indicadores positivos quanto à avaliação da satisfação conjugal com tendência para decrescer ao longo dos anos (Hackel & Ruble, 1992; Kurdek, 1995; cit. in Kunaszuk, 2009; Impett et al., 2010). Essa tendência decrescente da satisfação conjugal tem sido interpretada como uma consequência do surgimento de uma das maiores mudanças por que o sistema familiar pode passar: a transição para a parentalidade (Hackel & Ruble, 1992; Kurdek, 1995; cit. in Kunaszuk, 2009). Mas, não só na fase transitória há indicadores de uma menor satisfação face aos primeiros anos da relação conjugal, pois mesmo depois desta etapa (transitória), no caminhar e no vivenciar da parentalidade com os filhos menores, os estudos indicam que esse mesmo facto (dos filhos serem menores, logo dependentes) também contribui para uma perceção menos positiva da satisfação conjugal, pois transformam a qualidade e a quantidade de tempo passado junto pelo casal (Helms-Erickson, 2001; cit. in Silva, 2010). Esta tendência é reforçada por Lopes (2008) que verificou que na fase normalmente correspondente à “família com filhos em idade escolar” ou “família com filhos adolescentes”, a partir sensivelmente dos dez ou quinze anos de relacionamento conjugal, ambos os elementos do casal apresentam níveis baixos de satisfação conjugal. Por isto, espera-se que os primeiros anos da relação conjugal sejam mais satisfatórios comparativamente com os anos seguintes. Há que indicar, no entanto, que se poderá verificar uma tendência crescente de satisfação no grupo com relações mais duradouras, pois, segundo a literatura, há indicadores que a satisfação volta a aumentar nos casais de meia-idade e no final da vida (Conte & Lopes, 2005; cit. in Silva, 2010; Virost, 2000; cit. in Rente & Oliveira, 2002). Estes momentos coincidem com o retomar do investimento na conjugalidade (ou com a re-confrontação da vida a dois), especialmente a partir do momento em que os filhos saem de casa. Esta fase transitória pode gerar um decréscimo da satisfação conjugal (e até terminar numa dissolução da relação), mas o período que segue pode resultar num reinvestimento e numa reestruturação conjugal com muitos frutos, capaz de aumentar os índices de satisfação (Relvas, 2006).

Hipótese 2: *São esperados níveis significativamente superiores de interdependência nos indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino com habilitações escolares superiores (ensino superior) comparativamente com indivíduos de ambos os sexos com habilitações escolares correspondentes ao ensino básico e secundário, assim como se esperam níveis significativamente superiores de dependência nos indivíduos de ambos os sexos com habilitações escolares correspondentes ao ensino básico e secundário comparativamente com indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino com habilitações escolares superiores (ensino superior).*

Níveis elevados de interdependência numa relação conjugal estão relacionados com uma partilha construtiva e com a possibilidade do estabelecimento de uma relação de intimidade em que há diferenciação de *selves* (Crespo et al., 2006), enquanto níveis elevados de dependência, poderão traduzir mais insegurança, dependência em relação ao outro, evitamento do conflito e desvalorização do *self*, impossibilitando, desta forma, a construção de uma relação de intimidade (*ibidem*). Contudo, no mesmo indivíduo podem verificar-se aspetos de partilha construtiva e aspetos reveladores de insegurança e dependência, deixando claro que estas duas dimensões podem coexistir no mesmo indivíduo (*ibidem*).

Como já foi referido na revisão da literatura, o espaço que a mulher “foi conquistando aos homens”, no sentido de alcançar a equidade social, profissional e relacional entre ambos os sexos, nomeadamente com os fortes propulsores da entrada no ensino superior, no mercado de trabalho e na ocupação de cargos hierarquicamente superiores (lugares e cargos tradicionalmente masculinos), tem levado a que haja uma transformação da própria intimidade, com a diminuição da dependência e o aumento da interdependência no seio das relações conjugais. Esta transformação no sentido da equidade nas relações leva a que o percurso do casal se dirija para níveis mais elevados de intimidade psicológica e sexual, assim como as próprias relações tendem a ser mais estáveis e mais satisfatórias para ambos (Narciso, 2002). Através deste caminhar a dois, do “envolvimento comum numa história de vida” (*ibidem*, p.55), há um aumento da compreensão e aceitação de ambos na relação e de respeito pelas liberdades individuais, num sentido de não existir superioridade de um sobre o outro, ou seja, havendo uma “equidade na relação em termos de poder” (Crespo et al., 2006, p.48), permitindo, assim, que haja um equilíbrio para que ambos possam autorrevelar-se e partilhar um com o outro, aumentando os níveis de intimidade ou criando

condições para que a intimidade floresça no seio do casal. No entanto, esta visão de equidade (e das conseqüentes transformações na intimidade) não parece ser vista com os mesmos olhos por todas as pessoas, pois, por exemplo, num estudo de Larson et al. (1998) (cit. in Patrick & Bechenbach, 2009) que visou verificar diferenças de gênero quanto à relação entre percepção de equidade e intimidade, verificaram que para as mulheres a equidade é um fator importante para a intimidade, mas para os homens tal não se verificou. Mais facilmente compreensível pelo que já foi referido. Mas, o mais curioso neste estudo é que verificaram que as mulheres com um estatuto social inferior não percebem a equidade como um fator importante para a intimidade, demonstrando implicitamente, entre muitas conclusões que se possam tirar, o impacto que pode ter em termos de percepção da importância da equidade (e da possibilidade de se atingirem maiores níveis de intimidade), o facto de se frequentar ou se ter frequentado o ensino superior (que, à partida, traduzir-se-á num estatuto social mais relevante na sociedade) e estar no mercado de trabalho exercendo uma função em quadros superiores (estatuto social mais relevante). Assim, estas vias socializantes de maior abertura, os contextos académicos e pós-académicos (isto é, inserção no mercado de trabalho ocupando cargos de exigência de habilitações escolares de nível superior), poderão contribuir para a consciencialização da mulher quanto à importância da equidade nos relacionamentos e no desenvolvimento da intimidade, assim como na influência que podem ter (os contextos e as mulheres) para a consciencialização dos homens neste campo.

Hipótese 3: São esperadas associações positivas significativas entre a dimensão “interdependência” da intimidade e a satisfação conjugal global e as suas dimensões (e respetivas áreas), especialmente na dimensão “amor”.

Poder-se-á dizer que a capacidade para formar relacionamentos íntimos é fundamental para o bem-estar pessoal (Katz & Joiner, 2002; cit. in Kunaszuk, 2009) e influencia positivamente a satisfação conjugal, apoiando Narciso & Costa (2002; cit. in Costa, 2005) quando referem que “a intimidade parece ser, ainda, um elemento-chave da satisfação conjugal” (p.70). Neste sentido, há estudos que demonstram uma associação entre a intimidade e a satisfação conjugal, verificando a existência de uma correlação positiva significativa entre a experiência de intimidade e a satisfação conjugal (e.g., Barnes & Sternberg, 1997; cit. in Cordova et al., 2005; Greeff & Malherbe, 2001). Dandeneau e

Johnson (1994; cit. in Greeff & Malherbe, 2001) também encontraram um efeito positivo da facilitação da intimidade numa relação conjugal na satisfação conjugal. A intimidade representa, assim, a estrutura que sustem a relação e o amor (Costa, 2010), permitindo que as relações possam ser mantidas e aprimoradas (O'Brien & Peyton, 2002; cit. in Kunaszk, 2009).

Questão 1: Haverá diferenças ao nível da satisfação conjugal entre os indivíduos que vivem configurações diferenciadas da relação conjugal: “casamento civil”, “casamento religioso” e “união de facto”?

Como foi referenciado na revisão da literatura, tem-se verificado uma tendência crescente da opção por formas de conjugalidade mais informais, face a formas mais institucionalizadas (e.g., Aboim, 2006). Tal situação parece ter sido impulsionada por fatores diversos, dentro dos quais se pode destacar a crescente paridade entre os indivíduos, contrariando uma maior subjugação da mulher aquando da vivência sob um regime mais formal, nomeadamente o casamento religioso que pode alimentar crenças (pessoais e/ou religiosas) num sentido reprovador da ideia de divórcio e da assunção de uma atitude submissa do membro do sexo feminino perante o membro do sexo oposto (tendo como consequência a manutenção de relações de grande insatisfação e de pouca intimidade ou ausência dela). No entanto, apesar de todas as explicações e interpretações teóricas sobre as diferenças existentes entre as diferentes formas de conjugalidade, os estudos que têm sido realizados comparando estes dois grandes grupos não apresentam resultados convergentes/consensuais. Alguns estudos encontram maiores níveis de satisfação (e/ou semelhantes) nos casais que vivem uniões conjugais mais informais, comparativamente com os que optam por viver sob o regime do casamento, mas outros indicam um sentido contrário. Por exemplo, como foi referido na revisão bibliográfica, Lachance-Grzela & Bouchard (2009), comparando relações conjugais pela via do casamento com relações conjugais informais, e Willets (2006; cit. in Lachance-Grzela & Bouchard, 2009), em estudos com casais a viverem sob um regime informal com um compromisso de longo prazo, encontraram resultados que indicaram uma satisfação e qualidade semelhantes ou até superiores aos casados. Contudo, contrariando estes resultados, existem outros estudos (e.g., Brown & Booth, 1996; Nock, 1995; cit. in Lachance-Grzela & Bouchard, 2009; Dush & Amato, 2005, cit. in Hsueh et al., 2009).

Assim, será interessante comparar e analisar as diferenças ao nível da satisfação conjugal entre indivíduos que vivem sob condições menos formais ou informais de conjugalidade (e.g., união de facto), comparativamente com indivíduos que vivem sob condições formais de conjugalidade (e.g., casamento religioso).

Questão 2: Haverá diferenças ao nível da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, entre os indivíduos que vivem configurações diferenciadas da relação conjugal: “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”?

Durante muitos anos a conjugalidade era vista como sinónimo de casamento, mas os novos tempos trouxeram novas formas, menos formais e mais descentralizadas das instituições. Segundo Aboim (2006) “entre 1991 e 2001 as situações de conjugalidade informal quase duplicam, crescendo, nestes dez anos, a um ritmo bastante superior ao do casamento” (p.74). A mesma autora considera que esta crescente informalização da conjugalidade indicia uma gradual passagem “do casamento como instituição para formas conjugais orientadas para o bem-estar emocional, a realização individual e a paridade entre indivíduos” (p.92). Esta afirmação, por si só, suscita a formulação da questão de investigação. Será, por exemplo, interessante perceber se de facto pode existir uma maior subjugação da mulher aquando da vivência sob um regime mais formal, nomeadamente o casamento religioso que pode alimentar crenças (pessoais e/ou religiosas) num sentido reprovador da ideia de divórcio e da assunção de uma atitude submissa do membro do sexo feminino perante o membro do sexo oposto (tendo como consequência a manutenção de relações de grande insatisfação e de pouca intimidade ou ausência dela), como já foi referido noutra hipótese. Esta situação a permanecer ou a implicitamente poder verificar-se, para além de trazer insatisfação conjugal implica também uma ausência de possibilidade de construir uma relação de intimidade, segundo os moldes teóricos que já foram referenciados na revisão da literatura desta investigação.

Questão 3: Existirão diferenças de género considerando o nível de escolaridade dos indivíduos quanto à satisfação conjugal?

Na sequência da hipótese 2, será pertinente verificar os resultados do impacto do género e do nível de escolaridade na satisfação conjugal.

Questão 4: Existirão diferenças ao nível da intimidade, nomeadamente nas dimensões “dependência” e “interdependência”, quanto à duração da relação conjugal: “até 3 anos”, “4 a 11 anos”, “12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”?

Como um eventual complemento da hipótese 1, será pertinente verificar os resultados do impacto do “tempo da relação” nas dimensões “dependência” e “interdependência” da intimidade. Perceber a evolução destas dimensões nas várias etapas na linha de tempo relacional.

3. Amostra

3.1. Técnica de amostragem e procedimentos da recolha e tratamento dos dados

A recolha da amostra foi efetuada através de uma técnica de amostragem não probabilística. É muitas vezes a opção tomada pelos investigadores das ciências sociais e humanas por não ser possível, prático ou desejável (por limitações de tempo e de custo) obter amostras através de uma técnica de amostragem probabilística (a preferível) (Marôco, 2011). Dentro desta técnica de amostragem, a opção recaiu sobre a amostragem por conveniência (*ibidem*), onde os indivíduos foram selecionados pela conveniência que o investigador determinou, isto é, pelos critérios que definiu tendo em linha de conta os objetivos da investigação. Assim, procurando uma amostra de casais, as características que se consideraram como essenciais para incluir os participantes na amostra foram as seguintes: casais heterossexuais numa qualquer configuração de uma relação conjugal (união de facto, casamento civil, casamento religioso, recasamento ou outra) e que vivessem no mesmo espaço, isto é, que coabitassem. Assim, foi entregue a cada um dos participantes um envelope que continha uma folha de instruções, o questionário sociodemográfico, a *Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal* (EASAVIC) (Narciso & Costa, 1996) e a *Escala de Dimensões da Intimidade* (EDI) (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006), estando o envelope e todas as folhas nele contidas (à exceção da folha de instruções) codificados de modo a permitir saber se os instrumentos pertenciam ao sujeito masculino ou feminino e respetivo casal (cf. Anexo 2), tendo sido utilizada a letra “M” para identificar o sujeito do sexo masculino e a letra “F” para o sujeito do sexo feminino, acompanhada de um número correspondente ao número do casal. Todos os participantes colaboraram voluntariamente nesta investigação.

A amostra pré-definida foi de 250 casais (N= 500), mas a amostra efetiva é de 191 casais (N= 382) porque, após a análise dos dados, verificaram-se as seguintes situações: valores omissos (*missing values*) na totalidade de um ou vários (ou todos os) instrumentos de avaliação, valores omissos (*missing values*) superiores a 20% do total das respostas possíveis em cada um dos instrumentos utilizados (foi o ponto de corte pré-determinado), não preenchimento dos critérios exigidos para os indivíduos fazerem parte da amostra (e.g., divorciados e namorados a viver com os respetivos pais). Aqui também se inclui alguns instrumentos que não foram entregues ou desaparecerem (isto é, os inquiridos perderam-nos). Para lidar com os valores omissos (*missing values*) dos sujeitos que fazem parte da amostra efetiva e que não responderam a itens até 20% em cada instrumento de avaliação, substituiu-se os mesmos pela média de cada indivíduo (sem considerar os *missing values*) em cada um dos instrumentos, tendo em consideração os fatores de cada uma das escalas.

3.2. Caracterização da amostra (cf. Anexo 1)

A amostra tem 191 casais (N= 382): 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. As idades dos sujeitos estão compreendidas entre os 21 e os 82 anos (M= 41.24; DP=12.48) – no sexo masculino as idades estão compreendidas entre os 22 e os 82 anos (M= 41.95; DP= 12.86) e no sexo feminino entre os 21 e os 81 anos (M=40.52; DP=12.07). Relativamente às habilitações literárias, quase metade da amostra tem nível superior, correspondendo a 47.1%. Os restantes estão distribuídos da seguinte forma: 27.5% têm o nível secundário, 9.9% têm habilitações ao nível do 3.º ciclo, 5.5% afirmam ter habilitações ao nível do 2.º ciclo e 9.9% têm habilitações ao nível do 1.º ciclo. Quanto à atividade profissional optou-se por dividir por áreas, mais ou menos abrangentes, para facilitar a leitura. Assim, por ordem decrescente, as mais relevantes foram: a área intitulada “educação / comunicação / investigação” com 16.8% (onde mais de 75% são professores), a “área comercial / vendas” que ocupa 12.3% e a área da “saúde” com 10.5% das pessoas inquiridas. As restantes (“economia / gestão / contabilidade”, “segurança / fiscalização”, “serviços de manutenção / reparação / limpeza”, “empresários(as) sem especificação”, “engenharia”, “design / arquitetura / fotografia”, “serviços administrativos”, “construção”, “têxtil / artesanato / emp. fabril”, “beleza / estética”, “hotelaria / restauração”, “justiça”, “estudante / estagiário(a)”) ocupam cada uma entre 1% e 5.2%, com a exceção de duas categorias: “outras” (difícil agrupamento nalguma das áreas criadas) com 8.4% e “não respondeu / não indicou a atividade profissional” (que pelo nome facilmente se percebe ao

que se refere) que ocupa 14.9%. Em termos de situação profissional, a esmagadora maioria está empregada (78.5%), 9.4% estão em situação de desemprego (nalguns casos são os dois membros do casal), 9.4% estão reformados ou são pensionistas e 2.6% correspondem a domésticas, estudantes e bolseiros/as de investigação/estagiários/as. Quanto à configuração da relação conjugal, distribuiu-se da seguinte forma: 67.5% dos casais da amostra vivem sob a condição de “casamento religioso”, 20.4% em regime de “união de facto” e a restante percentagem (12.1%) em regime de “casamento civil”. A duração da relação dos casais desta investigação varia entre 1 e 60 anos, estando agrupados da seguinte forma: 24.1% dos casais estão numa relação até 3 anos, 29.8% entre os 4 e os 11 anos, 20.4% entre 12 e os 25 anos e 25.7% acima dos 25 anos. Comparando as três configurações das relações conjugais entre si, considerando os quatro grupos definidos para a duração da relação conjugal, os casais que vivem em união de facto representam as seguintes percentagens dentro de cada grupo, respetivamente: 41.3%, 31.6%, 5.1% e sem representatividade no último grupo; os casados pela via civil representam, respetivamente: 19.6%, 8.8%, 10.3% e 10.2%; finalmente, os casados pela via religiosa representam, respetivamente: 39.1%, 59.7%, 84.6% e 89.8%. Quanto à incidência das várias configurações conjugais tendo em consideração a duração da relação, pode dizer-se o seguinte: os casais que vivem sob o regime de “união de facto” distribuem-se respetivamente (considerando os quatro grupos definidos para a duração da relação conjugal) com as seguintes percentagens: 48.7%, 46.2%, 5.1% e sem representatividade no último grupo; os casais que vivem sob o regime de “casamento civil” distribuem-se respetivamente com as seguintes percentagens: 39.1%, 21.7%, 17.4% e 21.7%; os casais que vivem sob o regime de “casamento religioso” distribuem-se respetivamente com as seguintes percentagens: 14%, 26.4%, 25.6% e 34.1%. Dos inquiridos, 35.6% têm dois filhos, 29.3% não têm filhos, 23.6% têm apenas um filho e 11.5% têm mais de dois filhos, ou seja, 70,7% têm filhos. A maioria dos indivíduos vive com o seu cônjuge e filho(s) (55%), seguem-se 38.2% que vivem somente com o cônjuge, 4.2% que vivem com o cônjuge, filho(s) e familiar(es) e apenas 2.6% vivem com o cônjuge e familiar(es).

4. Instrumentos

Com vista ao cumprimento dos objetivos deste estudo, criaram-se e/ou selecionaram-se os seguintes instrumentos:

4.1. Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico foi construído com vista à recolha de dados sobre características relativas a cada um dos membros do casal e da relação conjugal, tendo em conta os objetivos deste estudo. As variáveis utilizadas foram as seguintes: género, idade, configuração da relação conjugal, duração da relação conjugal, número de filhos, membros coabitantes, habilitações literárias, atividade profissional e situação profissional.

4.2. Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC) (Narciso & Costa, 1996)

A satisfação conjugal foi avaliada pela Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal, elaborada por Narciso e Costa, em 1996.

A EASAVIC é um instrumento de autoavaliação da satisfação em áreas da vida conjugal e da satisfação conjugal global, cujos grupos de aplicação são indivíduos casados ou em união de facto. A escala é constituída por 44 itens, relativos a *zonas da vida conjugal*, os quais estão organizados segundo duas dimensões, *amor* e *funcionamento conjugal*, compostas cada uma por cinco áreas da vida conjugal, tendo sido esta seleção e organização elaborada a partir de um estudo de revisão da literatura sobre a temática em causa (Narciso, 1994; cit. in Narciso & Costa, 1996). A dimensão *amor*, definida como “sentimentos que cada um nutre pelo outro e/ou pela relação, estando, pois, presentes de um modo mais ou menos explícito, atributos inerentes aos componentes essenciais do amor: paixão, intimidade e investimento/compromisso” (Sternberg & Barnes, 1988; cit. in Narciso & Costa, 1996), contém as seguintes áreas: sentimentos e expressão de sentimentos (e.g., “A admiração que o meu cônjuge sente por mim”); sexualidade (e.g., “O desejo sexual que sinto pelo meu cônjuge”); intimidade emocional (e.g., “A partilha de interesses e atividades”); continuidade da relação (e.g., “Os nossos projetos para o futuro”); e características físicas e psicológicas (e.g., “A opinião que o meu cônjuge tem sobre as minhas características e hábitos”). A dimensão *funcionamento conjugal*, definida

como o “modo como se organizam e regulam as relações no holon conjugal e/ou familiar, e relações com sistemas extra-familiares” (Narciso & Costa, 1996), contém as seguintes áreas: funções (e.g., “O modo como gerimos a nossa situação financeira”); tempos livres (e.g., “A quantidade dos tempos livres”); autonomia/privacidade (e.g., “A privacidade e autonomia do meu cônjuge”); comunicação e conflitos (e.g., “O modo como resolvemos os conflitos”); e relações extra-familiares (e.g., “A nossa relação com a profissão do meu cônjuge”). Uma outra divisão inerente à escala está relacionada com zonas cujo foco é o casal, o outro e o próprio. Nessa linha, 16 itens reportam-se ao casal (e.g., “O modo como tomamos decisões”; “A qualidade das nossas relações sexuais”), 14 ao outro (e.g., “O apoio emocional que o meu cônjuge me dá”; “A opinião que o meu cônjuge tem sobre o meu aspeto físico”) e 14 ao próprio (e.g., “A minha privacidade e autonomia”; “A admiração que sinto pelo meu cônjuge”) (*ibidem*).

Na EASAVIC, os respondentes têm de dar a sua resposta de acordo com uma escala de *Likert* de 6 pontos, em que os valores significam “nada satisfeito/a” (1), “pouco satisfeito/a” (2), “razoavelmente satisfeito/a” (3), “satisfeito/a” (4), “muito satisfeito/a” (5), e “completamente satisfeito/a” (6). Obtém-se os resultados através da média dos itens, quer em termos globais, quer quanto à divisão por dimensões e por áreas.

No estudo original desta escala, a análise fatorial exploratória determinou dois fatores principais, o fator 1 que agrupou os itens correspondentes à dimensão amor e o fator 2 que efetuou o mesmo procedimento relativamente à dimensão funcionamento conjugal. A correlação entre cada item e o respetivo fator foi de $>.52$, com as exceções dos itens 6, 9, 14, 15 e 31. Também verificaram, de um modo geral, uma mais elevada saturação dos itens relativos à dimensão amor face à outra dimensão (Narciso & Costa, 1996).

Quanto às correlações internas, verificou-se que as correlações entre os resultados médios obtidos em cada área da vida conjugal e o global da escala posicionaram-se acima dos .65, sendo que as correlações mais elevadas se verificaram na dimensão do amor, apresentando valores superiores a .83. As correlações entre os resultados médios das duas dimensões da EASAVIC, individualmente, face aos resultados médios globais, apresentaram os valores de .97 e .31 para a dimensão amor e funcionamento conjugal, respetivamente. As correlações entre os resultados médios das áreas da vida conjugal, apresentaram valores desde .34 a .87, sendo que os valores mais elevados apareceram entre a intimidade emocional e a continuidade da relação (.80), entre a sexualidade e sentimentos/expressão de sentimentos (.81) e entre a intimidade emocional e sentimentos/expressão de

sentimentos (.87), todos correspondentes à dimensão amor (que tem apenas uma situação abaixo dos .70 quando se correlaciona só áreas desta dimensão). Mas, de um modo geral, os resultados globais nesta análise são superiores a .50 (apenas seis não atingem). A correlação entre os resultados médios das duas dimensões, amor e funcionamento conjugal, foi de .79. As correlações de cada item com o resultado global da escala variaram entre .44 e .81, sendo os itens mais elevados, todos com o mesmo valor, os seguintes: “O que sinto pelo meu cônjuge”, “O modo como o meu cônjuge expressa o que sente por mim” e “As minhas expectativas quanto ao futuro da nossa relação” (todos correspondentes à dimensão amor).

Outras correlações foram efetuadas, nomeadamente: a correlações entre a EASAVIC e a Escala de Satisfação Global de Glenn e Weaver (EGGW) (medida critério) que foi superior a .70, sendo mais elevada nas áreas relativas à dimensão amor, face à outra dimensão; e a correlação entre a EASAVIC e as sub-escalas relativas à Paixão, Intimidade e Compromisso (medidas critério) que foi superior a .60, respetivamente .70, .76 e .69 (Narciso & Costa, 1996).

Finalmente, em termos estatísticos, os coeficientes de α foram superiores a .89 para ambos os fatores, respetivamente .97 e .90 para as dimensões amor e funcionamento conjugal, indicando uma boa consistência interna (Narciso & Costa, 1996).

4.3. Escala de Dimensões da Intimidade (EDI) (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006)

A intimidade na conjugalidade foi avaliada pela Escala de Dimensões da Intimidade, elaborada por Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, em 2006.

A EDI é um instrumento que, tendo como referência o indivíduo no contexto de uma relação conjugal, avalia dimensões da intimidade (Crespo et al., 2006). Segundo Crespo et al. (2006), “por impossibilidade de se aceder à estrutura complexa, a avaliação centrar-se-á nos seus ‘veículos’” (p. 50), tendo em consideração a afirmação de Schnarch (1991; cit. in Crespo et al., 2006): “a intimidade não é um comportamento (ou uma cognição ou emoção) embora estes possam ser veículos para intimidade” (p. 50). Ora, desta forma, os itens desta escala incluem aspetos de cariz comportamental, cognitivo e emocional (Crespo et al., 2006), não se podendo, no entanto, dissociá-los.

Esta escala é constituída por 43 itens e está organizada segundo dois fatores, a interdependência e a dependência. O primeiro fator “avalia aspetos relativos a sentimentos, autorrevelação/partilha, apoio emocional, confiança, mutualidade e sexualidade” (Crespo et al., 2006, p.54), isto é, é um fator que inclui transversalmente estas dimensões (*ibidem*).

É um fator que está relacionado com uma partilha construtiva e possibilita o estabelecimento de uma relação de intimidade em que há diferenciação de *selves* (*ibidem*). Uma classificação elevada neste fator significa que o indivíduo apresenta um elevado grau de interdependência na presente relação conjugal. O segundo fator é composto “por itens relativos à insegurança do indivíduo na relação de casal, incluindo também aspetos transversais às dimensões sentimentos, autorrevelação/partilha, apoio emocional, confiança e mutualidade” (*ibidem*, p.55), ou seja, “refere-se à insegurança e dependência em relação ao outro que impossibilita a construção de uma relação de intimidade” (*ibidem*, p.59). Uma classificação elevada neste fator significa elevados índices de dependência “em relação ao outro, evitamento do conflito e desvalorização do *self*” (*ibidem*). É, no entanto, extremamente relevante referir que no mesmo indivíduo pode verificar-se aspetos de partilha construtiva e aspetos reveladores de insegurança e dependência, deixando claro que estes dois fatores, apesar de distintos, não são opostos, logo podem coexistir (*ibidem*). Desta forma, a análise conjunta destas dimensões, através de um cruzamento do contínuo interdependência com o contínuo dependência, possibilita uma avaliação mais detalhada e complexa da intimidade (Crespo et al., 2006).

Exemplos dos itens correspondentes ao primeiro fator são: “Gosto que o meu companheiro me fale dos seus sentimentos”; “Tenho aprendido muito com o meu companheiro”; “Gosto de seduzir o meu companheiro”. Exemplos dos itens correspondentes ao segundo fator são: “Preciso que ele me demonstre o seu amor constantemente”; “Sinto-me inferior ao meu companheiro”; “Se estou em desacordo com o meu companheiro, prefiro não mostrá-lo”.

Na EDI, as respostas têm que estar entre 1 e 5, de acordo com uma escala de *Likert* de 5 pontos, em que 1 significa “discordo totalmente” e 5 significa “concordo totalmente”. Contudo, para este estudo, com o objetivo de poder equiparar mais facilmente a EDI com a EASAVIC, optou-se por utilizar uma escala de *Likert* de 6 pontos, em que os valores significam “discordo totalmente” (1), “discordo muito” (2), “discordo moderadamente” (3), “concordo moderadamente” (4), “concordo muito” (5), e “concordo totalmente” (6).

No estudo original desta escala, a análise fatorial determinou dois fatores principais, como já foram referidos, o fator 1 que agrupou os itens correspondentes à dimensão interdependência e o fator 2 que efetuou o mesmo procedimento relativamente à dimensão dependência. A correlação entre cada item e o respetivo fator foi de $>.360$, mas o fator 1 na maioria dos seus itens apresenta valores de $>.50$ (chegando até $.790$), à exceção de dois. Dos 43 itens desta escala, 30 correspondem ao primeiro fator (responsável por 29.37% da

variância) e 13 ao segundo fator (que explicou 9,12% da variância). Quanto à consistência interna, os valores de *Alpha de Cronbach* para a EDI são de .95 para o fator interdependência e .78 para o fator dependência. O fator interdependência tornou-se assim “o responsável pela explicação da maior parte da variância e apresenta uma consistência interna bastante elevada” (Crespo et al., 2006, p.59), enquanto o fator dependência apresenta qualidades psicométricas menos robustas, que pode ser parcialmente justificado pelo reduzido número de itens (*ibidem*, p.60).

Como contribuição para o estabelecimento da validade, as autoras ainda efetuaram estudos correlacionais entre os fatores da EDI e o evitamento e ansiedade na vinculação amorosa, percepção de qualidade conjugal e tempo de casamento; regressões lineares múltiplas: predição das variáveis interdependência e dependência a partir da ansiedade e evitamento na vinculação amorosa e predição da variável força de influência percebida a partir da interdependência, dependência e percepção de qualidade relacional. Verificaram que havia uma correlação positiva entre a interdependência e a qualidade de percepção conjugal e com a força de influência percebida, e ainda que a interdependência estava correlacionada negativamente com o evitamento na vinculação amorosa. Quanto à dimensão “dependência”, verificou-se uma correlação negativa entre esta última e a qualidade de percepção conjugal (só nos homens) e uma correlação positiva com a ansiedade e evitamento na vinculação amorosa.

Considerando todas as análises efetuadas, “a EDI evidenciou qualidades psicométricas adequadas, apresentando uma clara estrutura fatorial idêntica para homens e para mulheres e índices de fidelidade (consistência interna) dentro dos parâmetros previstos” (cf. Spicer, 2005; cit. in Crespo et al., 2006).

Após a apresentação da metodologia da presente investigação, seguir-se-á, no próximo capítulo, a apresentação e discussão dos resultados mais relevantes desta investigação, seguido das conclusões finais e das implicações para a intervenção e investigação.

Capítulo III

Apresentação e discussão dos resultados

Capítulo III. Apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados em função dos objetivos desta investigação, que alicerçaram as hipóteses e questões de investigação já apresentadas. Assim, de modo a avaliar as hipóteses e questões de investigação, recorreu-se ao *PASW Statistics 18*, um *software* normalmente utilizado em ciências sociais e humanas para efetuar o tratamento estatístico dos dados.

1. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal ao longo do ciclo vital do casal

Para testar a hipótese 1, que sugere que *são esperados níveis significativamente superiores na avaliação da satisfação conjugal por parte dos indivíduos que estão a viver os primeiros anos da relação conjugal comparativamente com indivíduos que se encontram em fases mais avançadas em termos de duração da relação conjugal* optou-se por efetuar uma MANOVA, com um nível de significância de $<.05$, para comparar as diferentes médias reveladores da perceção da satisfação conjugal, nomeadamente quanto à satisfação conjugal global e quanto às dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” para os quatro períodos pré-definidos da duração da relação.

Através da análise do quadro 2 (cf. Anexo 3), pode verificar-se que em relação à satisfação conjugal global existem diferenças significativas entre os grupos ($F(3, 381) = 9.04$, $p = .000$; Wilks' Lambda = .91; eta quadrado parcial = .067). Os testes *post-hoc* *Fishers's Least Significant Difference* (LSD) ($p < .05$) indicaram que essas diferenças existem entre os grupos com menos tempo de relação conjugal e os grupos com mais tempo de relação conjugal. Assim, ao comparar as médias verifica-se que os indivíduos que vivem numa relação conjugal “até 3 anos” ($M = 5.04$, $DP = .50$) e os indivíduos que vivem numa relação que dura de “4 a 11 anos” ($M = 4.86$, $DP = .57$) apresentam valores significativamente mais elevados na avaliação global da satisfação conjugal, comparativamente com os indivíduos que vivem relações conjugais com mais anos de duração, isto é, no período de “12 a 25 anos” ($M = 4.63$, $DP = .83$) e nas relações com “mais de 25 anos” ($M = 4.58$, $DP = .81$). Constata-se igualmente que existem diferenças significativas entre os grupos em relação a ambas as dimensões da satisfação conjugal, “amor” ($F(3, 381) = 10.15$, $p = .000$; Wilks' Lambda = .91; eta quadrado parcial = .075) e “funcionamento conjugal” ($F(3, 381) = 5.62$, $p = .001$; Wilks' Lambda = .91; eta quadrado

parcial = .043), entre os mesmos grupos e no mesmo sentido dos resultados da satisfação conjugal global quanto à primeira dimensão e entre o primeiro grupo e os restantes e o segundo e o último no mesmo sentido dos resultados da satisfação conjugal global quanto à segunda dimensão.

Mediante esta leitura, pode dizer-se que os resultados globais vão ao encontro da hipótese, isto é, sugerem que existem níveis significativamente superiores na avaliação da satisfação conjugal por parte dos indivíduos que estão a viver os primeiros anos da relação conjugal comparativamente com indivíduos que vivenciam relações mais duradouras. Tais resultados convergem com o que foi referenciado na revisão da literatura, ou seja, os dois elementos da relação conjugal nos primeiros anos de vida apresentam indicadores positivos quanto à avaliação da satisfação conjugal com tendência para decrescer ao longo dos anos (Hackel & Ruble, 1992, Kurdek, 1995, cit. in Kunaszuk, 2009; Impett et al., 2010). Segundo a leitura dos resultados, pode dizer-se que eles apontam para uma maior satisfação conjugal nos primeiros 11 anos da relação conjugal, embora com maior ênfase nos primeiros três anos. Estes resultados apoiam Lopes (2008) ao verificar que na fase normalmente correspondente à “família com filhos em idade escolar” ou “família com filhos adolescentes”, a partir sensivelmente dos dez ou quinze anos de relacionamento conjugal, ambos os elementos do casal apresentam níveis baixos de satisfação conjugal comparativamente com fases anteriores do processo de construção e vivência da conjugalidade. Encarando esta perspetiva, parece que a parentalidade afeta a vivência da conjugalidade (como também já foi referido na revisão da literatura) podendo mesmo ser um forte indicador de uma perceção menos positiva do casal face à satisfação conjugal, não descurando, no entanto, todas as outras variáveis (mencionadas na revisão da literatura) que têm implicação direta na avaliação deste tipo de satisfação.

No que se refere às diferenças e semelhanças encontradas nas dimensões da satisfação conjugal face aos resultados globais, pode dizer-se que na dimensão “amor” parece que há um distanciamento significativo (leia-se, diferença significativa) entre os indivíduos que vivem um relacionamento até 11 anos face aos que vivenciam relações mais duradouras (isto é, a partir dos 11 anos), com maior satisfação no primeiro período, tal como os resultados globais indicam, mas na dimensão “funcionamento conjugal” verifica-se um distanciamento significativo (leia-se, diferença significativa) entre a satisfação dos indivíduos que estão numa relação “até 3 anos” e os que se encontram em relações a partir dos 11 anos (com maior satisfação nos indivíduos do grupo “até 3 anos”), embora tal não se repita nos indivíduos que se encontram a viver uma relação dentro de um período de “4

a 11 anos” como os resultados globais e da outra dimensão, pois estes diferenciam-se apenas dos indivíduos com relacionamentos acima dos 25 anos, apresentando resultados convergentes com uma maior satisfação dos primeiros face aos segundos (aliás, ao discriminarmos as várias áreas da dimensão “funcionamento conjugal” verifica-se que só na área “comunicação e conflitos” os indivíduos que se agrupam no período de tempo de relação dos “4 aos 11 anos” se diferenciam de algum dos grupos (de um ponto de vista de maior satisfação), nomeadamente com o grupo de relações mais duradouras). Este último facto poderá estar relacionado com o nascimento do primeiro filho, que acontecerá no período de “4 a 11 anos” (ou na transição entre o período anterior e este), que pode ser perturbador em termos de funcionamento conjugal, pois é um novo elemento que parece afetar a organização e regulação das relações no próprio casal, na família e, eventualmente, nas relações extra-familiares. Aliás, há estudos que indicam que os níveis de satisfação conjugal começam a baixar quando o casal tem o primeiro filho, pois a transição para a parentalidade é uma das maiores mudanças por que o sistema familiar pode passar, acarretando uma diminuição na satisfação conjugal (Hackel & Ruble, 1992; Kurdek, 1995; cit. in Kunaszuk, 2009). Esse impacto poderá, assim, interferir mais com a dimensão “funcionamento conjugal” do que com a dimensão “amor” que terá um poder mais forte e estruturas mais sólidas. Como já foi referido, “os sentimentos são uma poderosa zona de força” (Narciso, 2002, p. 60). Estes acontecimentos (do nascimento dos filhos e da transição para a parentalidade) são destabilizadores de zonas confortáveis de funcionamento conjugal, mas podem até ser enriquecedores em termos sentimentais e de fortalecimento do casal (encarando os conflitos como fonte de aprendizagem). Todavia, se falarmos de impactos diretos e negativos na dimensão “amor” (por exemplo, infidelidade ou mentira), aí a estrutura sólida mais facilmente cai porque está a afetar diretamente os pilares de sustentação do “amor”. Ou seja, estes fenómenos explicativos referidos (transição para a parentalidade e nascimento do primeiro filho) parecem mais abalar o funcionamento conjugal a curto prazo, pois se formos ampliar o foco para as áreas desta dimensão pode-se perceber o decréscimo, porque as “funções” (e.g., tarefas domésticas), os “tempos livres” (e.g., quantidade), a “autonomia/privacidade”, a “comunicação e conflitos” (e.g., frequência de conflitos) e as “relações extra-familiares” (e.g., com os amigos) são inevitavelmente abaladas e ficam comprometidas considerando o seu funcionamento comparativamente com o período até estes momentos. Mas, apesar de aparentemente não terem um impacto tão grande a curto prazo na dimensão “amor” (a transição para a parentalidade e o nascimento do primeiro filho), se não houver o cuidado

de continuar a investir nas áreas desta dimensão (não deixar estagnado, não considerar estanque) acaba por causar um maior desgaste e daí os índices começam a baixar não muito tempo depois (a médio prazo), como revelam os resultados. Já dizia McLaughlin (1966) “*A successful marriage requires falling in love many times, always with the same person*”, ou como refere Sá (2012a): “Sempre que namoramos mais um bocadinho, casamo-nos mais um pouco e sempre que deixamos de namorar, divorciamo-nos em suaves prestações”. E, de facto, por vezes, “os pais estão tão preocupados com a educação e cuidado dos filhos que se esquecem de namorar todos os dias” (Sá, 2012a), tornando a relação conjugal mais frágil, contribuindo para um decréscimo da satisfação conjugal, podendo comprometer a continuidade da relação ou contribuir para uma menor qualidade da vivência conjugal.

Quando se efetua uma análise às áreas de cada uma das dimensões, verifica-se que a maior parte das áreas da dimensão “amor” apresentam diferenças no mesmo sentido e nos mesmos grupos que os resultados globais desta dimensão, com a exceção das áreas “sexualidade” e “continuidade da relação”. Na primeira os indivíduos com um tempo de relação entre “4 e 11 anos” não apresentam diferenças significativas relativamente aos indivíduos que têm uma relação no período de “12 a 25 anos”, apresentando ambos, juntamente com o primeiro grupo, diferenças significativas face aos “mais de 25 anos” e os indivíduos com um relacionamento “até 3 anos” apresentam diferenças significativas para com todos. Na segunda não se verificam diferenças significativas entre os grupos ($F(3, 381) = 1.09$, ns ; Wilks’ Lambda = .78; eta quadrado parcial = .009). Os resultados encontrados na área da sexualidade (da dimensão amor) sugerem que os casais que se enquadram no grupo com mais anos de relação conjugal encontram-se significativamente menos satisfeitos nesta área comparativamente com os restantes. Eventualmente, estes resultados podem indicar que a evolução da vivência sexual do casal não só pode estagnar como quebrar quando se atingem tempos de relação mais duradouros. A estagnação eventualmente situa-se num momento um pouco antes da fronteira de tempo do segundo grupo na transição para o terceiro grupo (por isso, não se encontraram diferenças significativas entre os grupos do meio). Destaca-se também a fase muito inicial de uma relação como o momento mais privilegiado neste campo, pois os indivíduos que vivem num relacionamento “até 3 anos” diferenciam-se significativamente de todos, apresentando valores de maior satisfação. Isto também pode dever-se à influência dos fatores sociais e culturais na área da sexualidade e o sentido redutor que se possa dar a uma área tão abrangente, não se considerando a sua realidade multidimensional, que, por esse mesmo

fator, pode justificar a sua maior satisfação na fase inicial (onde a paixão reina) e o decréscimo depois verificado, terminando com valores significativamente mais baixos nas relações mais duradouras face às que vigoram em momentos menos duradouros. Talvez não haja um investimento numa sexualidade plena, logo com consequências mais nefastas a longo prazo, convergindo com as mudanças fisiológicas características de idades mais maduras. Para além disto, as justificativas apresentadas relativamente à transição para a parentalidade também se enquadram perfeitamente nesta análise, pois essa transição pode levar ao descuramento da continuidade do investimento na área da sexualidade, pela (quase) exclusividade que possam dar às tarefas parentais comparativamente com as responsabilidades e dinâmicas conjugais. Os resultados encontrados na área “continuidade da relação” podem ser justificados da seguinte forma: apesar das diferenças entre os indivíduos, nomeadamente considerando o tempo da relação, eles e elas encontram-se globalmente satisfeitos ou muito satisfeitos com a relação conjugal, como se pode constatar pelas médias, ou seja, as diferenças encontradas revelam uma menor satisfação global, mas não uma insatisfação (em nenhum dos grupos pré-definidos de duração da relação ou tempo da relação, em termos médios), podendo isto justificar a semelhança de médias (ou não diferenças significativas) no que concerne à área “continuidade da relação”, sugerindo que quando se está satisfeito acredita-se na continuidade (ou nem se questiona), isto é, há boas expectativas quanto ao futuro da relação e há uma satisfação com os projetos futuros. Aliás, 94,77% dos indivíduos inquiridos estão globalmente satisfeitos com a relação conjugal, dentro dos quais 74,31% apresentam níveis muito elevados de satisfação (70,42% da amostra). Quanto às áreas da dimensão “funcionamento conjugal”, apenas o grupo dos relacionamentos “até 3 anos” apresentam diferenças significativas face a outros grupos, nomeadamente com os grupos de “12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”, com a única exceção da área “comunicação e conflitos” em que o grupo “4 a 11 anos” também apresenta diferenças face a outros grupos, neste caso face a um grupo: o “mais de 25 anos” de tempo de relação. Estes resultados podem ser interpretados da mesma forma que foram os resultados globais desta dimensão.

2. Análise das diferenças de gênero e nível de escolaridade na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”.

Para testar a hipótese 2 que sugere que *são esperados níveis significativamente superiores de interdependência nos indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino com habilitações escolares superiores (ensino superior) comparativamente com indivíduos de ambos os sexos com habilitações escolares correspondentes ao ensino básico e secundário, assim como se esperam níveis significativamente superiores de dependência nos indivíduos de ambos os sexos com habilitações escolares correspondentes ao ensino básico e secundário comparativamente com indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino com habilitações escolares superiores (ensino superior)*, optou-se por efetuar o seguinte: uma MANOVA, com um nível de significância de $<.05$, para comparar as diferentes médias obtidas na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, para os quatro grupos pré-definidos quanto ao gênero e nível de escolaridade (cf. Quadro 3); um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para explorar as médias, considerando isoladamente o gênero (cf. Quadro 4 – Anexo 3); um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para explorar as médias, considerando isoladamente o nível de escolaridade (cf. Quadro 5)

Quadro 3

Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças de gênero e ao nível da escolaridade

Variáveis dependentes	Sexo masculino		Sexo feminino		F (3, 381)	EQP
	“Básico e secundário” (n = 112)	“Superior” (n = 79)	“Básico e secundário” (n = 90)	“Superior” (n = 101)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Interdependência	5.05 (.63)	5.21 (.61)	4.95 (.75)	5.27 (.49)	5.24 (p = .001)	.040
Dependência	3.29 (1.16)	2.74 (.85)	3.34 (1.05)	2.84 (.92)	8.47 (p = .000)	.063

Através da análise do quadro 3, quanto à dimensão “interdependência” da intimidade, pode verificar-se que existem diferenças significativas entre os grupos ($F(3, 381) = 5.24, p = .001$; Wilks’ Lambda = .90; eta quadrado parcial = .040). Os testes *post-hoc* LSD ($p < .05$) indicaram que essas diferenças existem entre os seguintes grupos: “sexo masculino – superior” e “sexo feminino – básico e secundário”; “sexo feminino – superior” e os restantes grupos (sexo feminino e masculino) com nível básico e secundário (relativamente ao nível de escolaridade). Ao comparar as médias verifica-se o seguinte: os indivíduos pertencentes ao grupo “sexo masculino – superior” ($M = 5.21, DP = .61$) apresentam valores significativamente superiores de “interdependência” comparativamente com o grupo “sexo feminino – básico e secundário” ($M = 4.95, DP = .75$); os indivíduos pertencentes ao grupo “sexo feminino – superior” ($M = 5.27, DP = .49$) apresentam valores significativamente superiores de “interdependência” comparativamente com os grupos “sexo masculino – básico e secundário” ($M = 5.05, DP = .63$) e “sexo feminino – básico e secundário” ($M = 4.95, DP = .75$). Ou seja, os indivíduos de ambos os sexos com nível de escolaridade superior apresentam valores significativamente mais elevados de “interdependência” do que os indivíduos do sexo feminino com escolaridade ao nível básico ou secundário e apenas os indivíduos do sexo feminino com escolaridade superior apresentam valores significativamente superiores nesta dimensão da intimidade face aos indivíduos do sexo masculino com nível de escolaridade básico ou secundário. Com estes resultados, pode dizer-se que a primeira parte desta hipótese, isto é, a referente à dimensão “interdependência” da intimidade, confirma-se parcialmente, pois para se confirmar totalmente também ter-se-ia que ter encontrado diferenças significativas (no mesmo sentido que as que foram encontradas) entre os indivíduos do sexo masculino de ambos os grupos de nível de escolaridade, “básico e secundário” e “superior”, o que não se confirmou. Quanto à segunda parte da hipótese, de acordo com a análise do quadro 3, verifica-se que existem diferenças significativas entre os grupos face à dimensão “dependência” da intimidade ($F(3, 381) = 8.47, p = .000$; Wilks’ Lambda = .90; eta quadrado parcial = .063). Os testes *post-hoc* LSD ($p < .05$) indicaram que essas diferenças existem entre os seguintes grupos: “sexo masculino – básico e secundário” ($M = 3.29, DP = 1.16$) e “sexo feminino – básico e secundário” ($M = 3.34, DP = 1.05$) face ao “sexo masculino – superior” ($M = 2.74, DP = .85$) e “sexo feminino – superior” ($M = 2.84, DP = .92$). Ao comparar as médias verifica-se que os indivíduos de ambos os sexos com um nível de escolaridade “básico e secundário” apresentam valores significativamente superiores de “dependência” comparativamente com os indivíduos de ambos os sexos com

um nível de escolaridade “superior”. Com estes resultados, pode dizer-se que a segunda parte desta hipótese, isto é, a referente à dimensão “dependência” da intimidade, confirma-se.

Portanto, devido à não existência de diferenças significativas entre o “sexo masculino – superior” e o “sexo masculino – básico e secundário” na dimensão “interdependência” da intimidade, a hipótese não ficou totalmente confirmada. Esta situação pode dever-se ao diferente olhar para a relação (e toda a construção inerente) pelos diferentes sexos, ou seja, quanto aos componentes do processo de intimidade que contribuem para o sentimento de intimidade diário, pode dizer-se que os homens e as mulheres dão uma ênfase diferente a eles (Laurenceau et al., 2005). Nesta linha, pode dizer-se que pela história e pela socialização parece haver mais motivos para as mulheres se encontrarem em polos mais afastados nestas questões, relativamente aos homens, sendo o ensino superior uma possível abertura para que se possam polarizar num lado mais próximo da perceção de interdependência (por exemplo, as pessoas com um nível básico e secundário poderão ter um menor acesso à informação, um menor contacto com temáticas que apelam a uma reflexão da relação, menos convivência com ideias diferentes e uma não (ou menor) confrontação no futuro com o que é transmitido pelas figuras significativas ao longo do processo de socialização e pela própria sociedade em geral), também pelo diferente ponto de partida quando se constrói a relação conjugal que se vive. Entre outras justificações que se possam avançar, esta parece ter um forte contributo para as não diferenças dentro do sexo masculino com níveis diferentes de escolaridade. Mas, apesar da exceção encontrada, há que ressaltar que uma grande parte da hipótese ficou confirmada, convergindo com a importância de uma formação de nível superior (sendo uma das muitas variáveis influentes) para se poder viver a intimidade no seio do casal de uma forma mais elevada, isto é, apresentando níveis mais elevados de “interdependência” e mais baixos de “dependência”. Recordando, níveis elevados de interdependência numa relação conjugal estão relacionados com uma partilha construtiva e com a possibilidade do estabelecimento de uma relação de intimidade em que há diferenciação de *selves* (Crespo et al., 2006), enquanto níveis elevados de dependência, poderão traduzir mais insegurança, dependência em relação ao outro, evitamento do conflito e desvalorização do *self*, impossibilitando, desta forma, a construção de uma relação de intimidade (*ibidem*). Dentro dos resultados que foram confirmados, é de todo importante destacar os que foram encontrados quanto à perceção e sensação das mulheres com nível de escolaridade “superior”, pois, como já foi referido na revisão da literatura, o espaço que a mulher “foi conquistando aos homens”, no

sentido de alcançar a equidade social, profissional e relacional entre ambos os sexos, nomeadamente com os fortes propulsores da entrada no ensino superior, no mercado de trabalho e na ocupação de cargos hierarquicamente superiores (lugares e cargos tradicionalmente masculinos), tem levado a que haja uma transformação da própria intimidade, com a diminuição da dependência e o aumento da interdependência no seio das relações conjugais. Assim, estas vias socializantes de maior abertura, os contextos académicos e pós-académicos (isto é, inserção no mercado de trabalho ocupando cargos de exigência de habilitações escolares de nível superior), poderão contribuir para uma maior interdependência por parte das mulheres com nível escolar ou académico superior, refletindo, assim, uma maior equidade nos relacionamentos e no desenvolvimento da intimidade, assim como na influência que podem ter (os contextos e as mulheres) para a consciencialização dos homens neste campo.

Quadro 5

Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças ao nível da escolaridade

Variáveis dependentes	“Básico e secundário” (n = 202)	“Superior” (n = 180)	t-Student
	M (DP)	M (DP)	
Interdependência	5.00 (.69)	5.24 (.54)	-3.80 (p = .000)
Dependência	3.31 (1.11)	2.80 (.89)	5.06 (p = .000)

Para enriquecer a análise desta hipótese, será importante analisar os quadros 4 e 5. Relativamente ao quadro 4 (cf. Anexo 3), que visa discriminar as diferenças de género, verificou-se a não existência de diferenças significativas relativamente às dimensões “interdependência” ($t(379,814) = -.05, ns$) e “dependência” ($t(378,823) = -.10, ns$). Comparando as médias, os indivíduos do sexo masculino ($M = 5.12, DP = .63; M = 3.06, DP = 1.07$) e os indivíduos do sexo feminino ($M = 5.12, DP = .64; M = 3.07, DP = 1.02$) não se diferenciam entre si face às duas dimensões da intimidade. Relativamente ao quadro 5, cuja análise pretende perceber as eventuais diferenças entre indivíduos com nível de escolaridade “básico e secundário” e indivíduos com nível de escolaridade “superior”,

verificam-se diferenças significativas entre os grupos face à dimensão “interdependência” ($t(374,942) = -3.80, p = .000$) e à dimensão “dependência” ($t(375,941) = 5.06, p = .000$). Comparando as médias, afere-se o seguinte: os indivíduos com habilitações escolares ao nível superior ($M = 5.24, DP = .54$) apresentam valores significativamente mais elevados de “interdependência” face aos indivíduos com escolaridade básica e secundária ($M = 5.00, DP = .69$); os indivíduos com habilitações escolares ao nível básico e secundário ($M = 3.31, DP = 1.11$) apresentam valores significativamente mais elevados de “dependência” face aos indivíduos com escolaridade superior ($M = 2.80, DP = .89$). Destas análises, pode dizer-se que mais do que o sexo, parece ser o nível de escolaridade o mais responsável pelos valores significativamente diferentes entre os grupos, convergindo com a importância já referida de uma formação de nível superior (ou de uma vivência nestes contextos na atualidade) para se poder viver a intimidade no seio do casal de uma forma mais elevada, isto é, apresentando níveis mais elevados de “interdependência” e mais baixos de “dependência”, como já foi referido. Este fator dever-se-á ao contexto específico do nível superior e dos contextos de trabalho para profissionais de quadros superiores como facilitadores para uma maior e melhor perceção acerca da equidade numa relação, num sentido de não existir superioridade de um sobre o outro, ou seja, havendo uma “equidade na relação em termos de poder” (Crespo et al., 2006, p.48), permitindo, assim, que haja um equilíbrio para que ambos possam autorrevelar-se e partilhar um com o outro, aumentando os níveis de intimidade ou criando condições para que a intimidade floresça no seio do casal.

3. Análise das associações entre a dimensão “interdependência” da intimidade e as várias áreas e dimensões da satisfação conjugal.

Para testar a hipótese 3 que sugere que *são esperadas associações positivas significativas entre a dimensão “interdependência” da intimidade e a satisfação conjugal global e as suas dimensões (e respetivas áreas), especialmente na dimensão “amor”*, optou-se por efetuar o seguinte: análise das correlações através do coeficiente de correlação de *Pearson* para avaliar as relações entre as variáveis; avaliar a relação preditiva das variáveis em estudo, através de regressões múltiplas.

Quadro 6

Correlações entre as dimensões da intimidade e as dimensões da satisfação conjugal.

	SCG	AM	FC	INT	DEP
Satisfação conjugal global (SCG)	-	-	-	-	-
SC – Amor (AM)	.963**	-	-	-	-
SC - Funcionamento conjugal (FC)	.920**	.780**	-	-	-
Int. – Interdependência (INT)	.759**	.793**	.603**	-	-
Int – Dependência (DEP)	.053	.049	.061	.011	-

Nota:** $p < .01$; * $p < .05$

Através da análise do quadro 6 (cf. Quadro 6.1. - Anexo 3 para uma análise mais detalhada), pode dizer-se que foi encontrada uma associação/correlação significativa, positiva e moderada ($r = .76$) entre a dimensão “interdependência” da intimidade e a satisfação conjugal global ($p < .01$). Tais resultados sugerem que quanto mais elevado for o grau de interdependência dos sujeitos na presente relação conjugal, mais estes se sentem satisfeitos com a mesma em termos globais. Entre a mesma dimensão da intimidade e as duas dimensões da satisfação conjugal, os resultados sugerem que a dimensão “amor” está mais correlacionada com a “interdependência” ($r = .79$) comparativamente com a dimensão “funcionamento conjugal” ($r = .60$), embora se verifique em ambas uma associação/correlação significativa, positiva e moderada ($p < .01$) com a dimensão “interdependência” da intimidade. Verifica-se igualmente que todas áreas da dimensão “amor” da satisfação conjugal, à exceção da área “continuidade da relação”, apresentam uma correlação/associação positiva mais forte do que as áreas da dimensão “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal, embora se verifique em todas elas (as áreas das duas dimensões da satisfação conjugal) uma associação/correlação significativa, positiva e moderada ($p < .01$) para com a dimensão “interdependência” da intimidade. Dentro da dimensão “amor” destaca-se a área dos “sentimentos e expressão de sentimentos” ($r = .78$), que, assemelhando-se e associando à própria dimensão (“amor”), indica que os sentimentos que cada um nutre pelo outro, o modo como os expressam e admiração que sentem um pelo outro, são muito influentes numa construção da intimidade no casal, ou seja, “os sentimentos são uma poderosa zona de força” (Narciso, 2002, p. 60), assim como níveis elevados de interdependência levam a tornar esta zona ainda mais poderosa no tempo. Na dimensão “funcionamento conjugal” a área que mais se destaca é a da “comunicação e conflitos” ($r = .62$), revelando a importância da (meta)comunicação na vida do casal, pois possibilita que ambos os elementos da relação se esclareçam, negociem e ultrapassem conflitos (Alarcão, 2006), favorecendo os níveis de

interdependência e a consequente construção positiva da intimidade, assim como elevados níveis de interdependência podem facilitar os processos comunicacionais e a aprendizagem com os conflitos.

No sentido de perceber melhor os resultados, optou-se por efetuar algumas regressões múltiplas para que se possam confirmar as variáveis que predizem uma outra variável (cf. Quadros 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13).

Quadro 7

Análises de regressão múltipla: Predição de satisfação conjugal global a partir das dimensões “interdependência” e “dependência” da intimidade.

Variáveis preditoras	Variável dependente	
	Satisfação conjugal global	
	Beta	R ² Ajustado
Intimidade		
Interdependência	.76**	.58
Dependência	.04	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

Quadro 8

Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “amor” da satisfação conjugal a partir das dimensões “interdependência” e “dependência” da intimidade.

Variáveis preditoras	Variável dependente	
	Amor	
	Beta	R ² Ajustado
Intimidade		
Interdependência	.79**	.63
Dependência	.04	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

Quadro 9

Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal a partir das dimensões “interdependência” e “dependência” da intimidade.

Variáveis predictoras	Variável dependente	
	Funcionamento conjugal	
	Beta	R ² Ajustado
Intimidade		
Interdependência	.60**	.36
Dependência	.06	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

Em análise, pode dizer-se que as dimensões da intimidade explicam a satisfação conjugal global em 58% ($R = .76$ ($R^2 = .58$); $F(2, 379) = 260.33$, $p < .001$), sendo a dimensão “interdependência” a única que prediz/contribui significativamente para a satisfação conjugal global ($\beta = .76$) (cf. Quadro 7). Analisando o poder de predição das duas dimensões da intimidade face às duas dimensões da satisfação conjugal (cf. Quadros 8 e 9), verifica-se que as primeiras: explicam a dimensão “amor” em 63% ($R = .79$ ($R^2 = .63$); $F(2, 379) = 324.24$, $p < .001$), sendo a dimensão “interdependência” a única que prediz/contribui significativamente para a satisfação conjugal na dimensão “amor” ($\beta = .79$) (cf. Quadro 8); explicam a dimensão “funcionamento conjugal” em 37% ($R = .61$ ($R^2 = .37$); $F(2, 379) = 109.50$, $p < .001$), sendo a dimensão “interdependência” a única que prediz/contribui significativamente para a satisfação conjugal na dimensão “funcionamento conjugal” ($\beta = .60$) (cf. Quadro 9).

Quadro 10

Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “interdependência” da intimidade a partir das dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal.

Variáveis predictoras	Variável dependente	
	Interdependência	
	Beta	R ² Ajustado
Satisfação conjugal		
Amor	.83**	.63
Funcionamento conjugal	.04	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

Em análise, pode dizer-se que as dimensões da satisfação conjugal explicam a dimensão “interdependência” em 63% ($R = .79$ ($R^2 = .63$); $F(2, 379) = 322.98$, $p < .001$), sendo a dimensão “amor” a única que prediz/contribui significativamente para a interdependência ($\beta = .83$) (cf. Quadro 10), e não explicam a outra dimensão da intimidade, a “dependência” ($R = .06$ ($R^2 = .004$); $F(2, 379) = .72$, ns) (cf. Quadro 11 – Anexo 3).

Analisando o poder de predição das áreas correspondentes às duas dimensões da satisfação conjugal face às duas dimensões da intimidade (cf. Quadros 12 e 13 – Anexo 3), verifica-se que as primeiras: explicam a dimensão “interdependência” em 68% ($R = .82$ ($R^2 = .68$); $F(10, 371) = 79.04$, $p < .001$), sendo as áreas “sentimentos e expressão de sentimentos”, “sexualidade”, “intimidade emocional” e “características físicas e psicológicas” (da dimensão “amor”) e “tempos livres” e “autonomia / privacidade” (da dimensão “funcionamento conjugal”) as que predizem/contribuem significativamente para a intimidade na dimensão “interdependência” ($\beta = .67$) (cf. Quadro 12 – Anexo 3); explicam a dimensão “dependência” em 0.9% ($R = .29$ ($R^2 = .09$); $F(10, 371) = 3.48$, $p < .001$), sendo as áreas “sentimentos e expressão de sentimentos” (da dimensão “amor”) e “tempos livres” e “autonomia / privacidade” (da dimensão “funcionamento conjugal”) as que predizem/contribuem significativamente para a intimidade na dimensão “dependência” ($\beta = .06$) (cf. Quadro 13 – Anexo 3).

Os resultados encontrados confirmam a hipótese que refere que *são esperadas associações positivas significativas entre a dimensão “interdependência” da intimidade e a satisfação conjugal global e as suas dimensões (e respetivas áreas), especialmente na dimensão “amor”*. Salientam, assim, a importância de elevados níveis de interdependência nos relacionamentos conjugais para que se atinjam níveis mais elevados de intimidade que, por sua vez, permitem uma maior satisfação conjugal. Níveis elevados de interdependência numa relação conjugal estão relacionados com uma partilha construtiva e com a possibilidade do estabelecimento de uma relação de intimidade em que há diferenciação de *selves* (Crespo et al., 2006). De facto, a capacidade para formar relacionamentos íntimos é fundamental para o bem-estar pessoal (Katz & Joiner, 2002; cit. in Kunaszuk, 2009) e influencia positivamente a satisfação conjugal. Estes resultados vão ao encontro de Narciso e Costa (2002; cit. in Costa, 2005) que referem que o facto de se viver relacionamentos mais íntimos permite-se que haja uma influência positiva na satisfação conjugal, e ainda de Greeff e Malherbe (2001) que demonstram haver uma associação entre a intimidade e a satisfação conjugal, verificando a existência de uma correlação positiva significativa entre a experiência de intimidade e a satisfação conjugal. Também ficou evidente a importância

de uma percepção e uma vivência positiva do amor nos relacionamentos para que se criem condições propiciadoras de elevados níveis de intimidade, nomeadamente pela sua influência na dimensão “interdependência”, não descurando, no entanto, a outra dimensão da satisfação conjugal, o funcionamento conjugal, que apesar de ter um peso menor do que o amor sobre a dimensão de intimidade supracitada, tem igualmente uma preponderância relevante. Fica, assim, evidente que não basta haver amor para que uma relação possa ser construída sob alicerces sólidos, mas que o amor tem uma força determinante (segundo Sá (2012b), “. . . amar é sentir e palavrear duma só vez. É dizer eu e tu ao mesmo tempo . . . e descobrir que um amor só é amor quando nos diz: sente-me em ti, olha por mim, fala por nós”) e a intimidade representa a estrutura que sustem a relação e o amor (Costa, 2010), permitindo que as relações possam ser mantidas e aprimoradas (O’Brien & Peyton, 2002; cit. in Kunaszuk, 2009).

4. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal quanto às configurações da relação conjugal.

Para testar a questão 1 – Haverá diferenças ao nível da satisfação conjugal entre os indivíduos que vivem configurações diferenciadas da relação conjugal: “casamento civil”, “casamento religioso” e “união de facto”? – optou-se por efetuar as seguintes análises: um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para comparar as médias ao nível da satisfação conjugal global e das suas dimensões, considerando isoladamente as configurações da relação conjugal “união de facto e casamento civil” e “casamento religioso” (cf. Quadro 14 – Anexo 3); um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para comparar as médias ao nível da satisfação conjugal global e das suas dimensões, considerando isoladamente as configurações da relação conjugal “união de facto e casamento civil” e “casamento religioso”, no período de relação “até 3 anos” (cf. Quadro 15 – Anexo 3); um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para comparar as médias ao nível da satisfação conjugal global e das suas dimensões, considerando isoladamente as configurações da relação conjugal “união de facto e casamento civil” e “casamento religioso”, no período de relação “4 a 11 anos” (cf. Quadro 16 – Anexo 3);

4.1. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal global comparando os grupos “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”.

Relativamente ao quadro 14 (cf. Anexo 3), que visa discriminar as diferenças entre as configurações da relação conjugal, verificou-se a existência de diferenças significativas relativamente à satisfação conjugal global ($t(316,300) = 2.71, p = .007$) e às dimensões “amor” ($t(334,762) = 2.59, p = .010$) e “funcionamento conjugal” ($t(277,695) = 2.50, p = .013$). Comparando as médias, afere-se o seguinte: os indivíduos agrupados nas configurações de relação conjugal “união de facto” e “casamento civil” ($M = 4.91, DP = .56$) apresentam juntos valores significativamente mais elevados de satisfação conjugal global face aos indivíduos que vivem sob o regime de “casamento religioso” ($M = 4.72, DP = .76$); os indivíduos agrupados nas configurações de relação conjugal “união de facto” e “casamento civil” ($M = 5.06, DP = .57$) apresentam juntos valores significativamente mais elevados na dimensão “amor” da satisfação conjugal face aos indivíduos que vivem sob o regime de “casamento religioso” ($M = 4.87, DP = .77$); os indivíduos agrupados nas configurações de relação conjugal “união de facto” e “casamento civil” ($M = 4.67, DP = .66$) apresentam juntos valores significativamente mais elevados na dimensão “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal face aos indivíduos que vivem sob o regime de “casamento religioso” ($M = 4.48, DP = .77$). Ou seja, o grupo “união de facto e casamento civil” apresenta níveis de satisfação conjugal mais elevados do que o grupo “casamento religioso”, relativamente à satisfação conjugal global e às suas duas dimensões. Estes resultados afluem com alguns estudos referenciados na revisão da literatura e poderiam ser entendidos à luz de Aboim (2006) quando refere que a crescente informalização da conjugalidade indicia uma gradual passagem “do casamento como instituição para formas conjugais orientadas para o bem-estar emocional, a realização individual e a paridade entre indivíduos” (p.92), convergindo com alguns ideais, vontades e evoluções da sociedade atual. Há mesmo estudos que reforçam a tendência dos resultados encontrados. Por exemplo, Lachance-Grzela e Bouchard (2009), comparando relações conjugais pela via do casamento com relações conjugais informais, e Willets (2006; cit. in Lachance-Grzela & Bouchard, 2009), em estudos com casais a viverem sob um regime informal com um compromisso de longo prazo, encontraram resultados que indicaram uma satisfação e qualidade semelhantes ou até superiores aos casados. No entanto, para assumir estas explicações teríamos que considerar o “casamento civil” como uma configuração

informal ou muito semelhante à “união de facto”, dada a (necessidade da) junção destes dois grupos para que pudéssemos comparar grupos relativamente equilibrados. Não podendo assumir tal facto, tentar-se-á pelo menos perceber as razões que podem levar a haver diferenças destas duas configurações comparativamente com o casamento religioso, uma configuração com características muito próprias. Assim, estes resultados podem ser parcialmente explicados ou compreendidos quando Moore et al. (2001) referem que os casados (e vamos assumir aqui a via religiosa), independentemente da qualidade e da satisfação do relacionamento, têm menos probabilidade de terminar as relações (comparativamente com outras configurações), logo mais probabilidade em mantê-las mesmo que estejam insatisfeitos, pelo facto de, por exemplo, considerarem o casamento e a pertença a uma família como menos ansiogénico do que estar divorciado, e ainda, a reprovação da ideia de divórcio, por razões pessoais e/ou religiosas (Kaslow & Hammerschmidt, 1992; Spanier & Lewis, 1980; cit. in Norgren et al., 2004). Ao assumir esta tendência, podem de facto ser fatores influenciadores das diferenças encontradas, baixando os níveis de insatisfação dos indivíduos que vivem sob o regime de “casamento religioso” relativamente às restantes configurações. No entanto, há que considerar alguns aspetos relacionados com as características da amostra recolhida que podem lançar algumas dúvidas quanto à tendência dos resultados e à consolidação destes fatores explicativos. A primeira característica é o facto do número de sujeitos casados pelo civil adicionados aos que vivem sob o regime de união de facto representarem menos de metade dos sujeitos comparativamente com os casados pela via religiosa, logo, à partida, menos variabilidade nos primeiros (ou seja, seria interessante comparar estes resultados numa amostra mais equilibrada). A segunda característica é o facto dos sujeitos casados pelo civil adicionados aos que vivem sob o regime de união de facto corresponderem maioritariamente aos primeiros anos de tempo de relação (82,26% face a 40,31% dos casados pela via religiosa), precisamente onde os resultados são significativamente diferentes dos anos posteriores, no sentido em que há uma maior satisfação nos primeiros, como se pode confirmar nos resultados da hipótese 1. Por isto, é de todo pertinente testar a variável “tempo da relação” para ver se a tendência se mantém, isto é, se as diferenças supracitadas encontradas nos resultados quanto às diferentes configurações continuam a existir dentro dos vários períodos de tempo de relação.

4.2. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal global comparando os grupos “união de facto e casamento civil” e “casamento religioso” dentro de cada um dos seguintes períodos de duração da relação conjugal: “até 3 anos” e “4 a 11 anos”.

Relativamente aos quadros 15 e 16 (cf. Anexo 3), que visam discriminar as diferenças entre as configurações da relação conjugal considerando a variável “tempo da relação”, nomeadamente os dois primeiros períodos (“até 3 anos” e “4 a 11 anos”) onde há uma distribuição mais equilibrada dos sujeitos das várias configurações conjugais (comparativamente com os períodos posteriores), não se verificaram diferenças significativas relativamente à satisfação conjugal global ($t(78,353) = .55$, *ns* e $t(92,833) = -1.69$, *ns*, respetivamente) e às dimensões “amor” ($t(78,801) = -.29$, *ns* e $t(95,911) = -1.69$, *ns*, respetivamente) e “funcionamento conjugal” ($t(78,324) = 1.41$, *ns* e $t(93,969) = -1.45$, *ns*, respetivamente). Ou seja, as diferenças verificadas no ponto anterior são eliminadas quando se introduz a variável tempo da relação (importante método comparativo), parecendo, assim, que a variável tempo parece interferir mais na satisfação conjugal do que o tipo de relação (isto é, configuração da relação conjugal) relativamente às diferenças encontradas entre as diferentes configurações da relação. Assim, as não diferenças existentes entre as várias configurações ao longo do tempo podem indicar que as pessoas, apesar de poderem partir para uma relação com convicções e expectativas diferentes tendo em conta a configuração de relacionamento que adotam, passam por processos semelhantes de evolução na sua relação conjugal, ou seja, de uma forma menos afluída, mais do que a configuração da relação conjugal, os indivíduos (e os casais) procuram acima de tudo uma “vida a dois” (a procura de compromissos, de relações interpessoais afetivas importantes e essenciais, como são as relações conjugais), na busca incessante pela satisfação na relação, como um objetivo de vida. Como já foi referido anteriormente, as exigências da sociedade contemporânea levam a que o “outro conjugal” seja um elemento essencial para o indivíduo, através da relação entre ambos os membros do casal, independentemente da opção mais ou menos formal do ponto de partida da sua relação.

Portanto, através do controlo da variável tempo pudemos verificar que as várias configurações não se diferenciam significativamente quanto à satisfação conjugal, o que significa que as diferenças encontradas na primeira análise desta questão de investigação

não se deveram à configuração da relação em si. Uma explicação para essas diferenças encontradas é o facto do número de sujeitos casados pelo civil adicionados aos que vivem sob o regime de união de facto, para além de representarem menos de metade dos sujeitos comparativamente com os casados pela via religiosa (logo, à partida, menos variabilidade nos primeiros), correspondem maioritariamente aos primeiros anos de tempo de relação (82,26% face a 40,31% dos casados pela via religiosa), precisamente onde os resultados são significativamente diferentes dos anos posteriores, no sentido em que há uma maior satisfação nos primeiros, como se pode confirmar nos resultados da hipótese 1. Daí, as diferenças encontradas no ponto anterior entre as várias configurações da relação não parecem dever-se às próprias opções de união relacional conjugal, mas antes ao facto dos indivíduos que se encontram em relações sob os regimes de “união de facto” e “casamento civil” pertencerem maioritariamente aos primeiros anos de relação conjugal (comparativamente com os casados pela via religiosa), onde os resultados indicam haver uma maior satisfação conjugal face aos anos posteriores.

5. Análise das diferenças ao nível da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”, entre os indivíduos que vivem configurações diferenciadas da relação conjugal: “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”.

Para testar a questão 2 – Haverá diferenças ao nível da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência” entre os indivíduos que vivem configurações diferenciadas da relação conjugal: “união de facto”, “casamento civil” e “casamento religioso”? – optou-se por efetuar um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para comparar as médias ao nível das dimensões da intimidade, considerando isoladamente as configurações da relação conjugal “união de facto e casamento civil” e “casamento religioso” (cf. Quadro 17).

Quadro 17

Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal

Variáveis dependentes	“União de facto e casamento civil” (n = 124)	“Casamento religioso” (n = 258)	t-Student
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Interdependência	5.16	5.10	.955
	(.52)	(.68)	(p = .340)
Dependência	3.15	3.03	.964
	(1.12)	(1.00)	(p = .336)

Relativamente ao quadro 17, que visa discriminar as diferenças entre as configurações da relação conjugal relativamente às duas dimensões da intimidade, pode verificar-se que não existem diferenças significativas quanto às dimensões “interdependência” ($t(309,602) = .96$, *ns*) e “dependência” ($t(220,759) = .96$, *ns*). Assim, pode dizer-se que, segundo a leitura dos resultados desta amostra, as configurações conjugais não parecem afetar o desenvolvimento da intimidade, havendo outras variáveis mais influentes.

6. Análise das diferenças de género associadas ao nível de escolaridade na avaliação da satisfação conjugal global.

Para testar a questão 3 – Existirão diferenças de género considerando o nível de escolaridade dos indivíduos quanto à satisfação conjugal? – optou-se por efetuar o seguinte: uma MANOVA, com um nível de significância de $<.05$, para comparar as diferentes médias obtidas na avaliação da satisfação conjugal global e das dimensões “amor” e “funcionamento conjugal”, para os quatro grupos pré-definidos quanto ao género e nível de escolaridade (cf. Quadro 18); um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para explorar as médias, considerando isoladamente o sexo (cf. Quadro 19 – Anexo 3); um teste *t de student* para amostras independentes, com um intervalo de confiança de 95% para explorar as médias, considerando isoladamente o nível de escolaridade (cf. Quadro 20 – Anexo 3).

Quadro 18

Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos: Diferenças de género e ao nível da escolaridade.

Variáveis dependentes	Sexo masculino		Sexo feminino		F (3, 381)	EQP
	“Básico e secundário” (n = 112)	“Superior” (n = 79)	“Básico e secundário” (n = 90)	“Superior” (n = 101)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Satisfação conjugal global	4.73 (.65)	4.93 (.65)	4.62 (.81)	4.86 (.67)	3.45 (p = .017)	.027
<i>Dimensões</i>						
Amor	4.87 (.73)	5.04 (.69)	4.83 (.90)	5.01 (.68)	1.73 (p = .160)	.014
Funcionamento conjugal	4.52 (.68)	4.74 (.69)	4.30 (.81)	4.64 (.73)	5.74 (p = .001)	.044

Através da análise do quadro 18, quanto à satisfação conjugal global, pode verificar-se que existem diferenças significativas entre os grupos ($F(3, 381) = 3.45$, $p = .017$; Wilks' Lambda = .92; eta quadrado parcial = .027). Os testes *post-hoc* LSD ($p < .05$) indicaram que essas diferenças existem entre os seguintes grupos: “sexo masculino – superior” e “sexo feminino – superior” relativamente ao grupo “sexo feminino básico e secundário”. Ao comparar as médias verifica-se o seguinte: os indivíduos pertencentes aos grupos “sexo masculino – superior” ($M = 4.93$, $DP = .65$) e “sexo feminino – superior” ($M = 4.86$, $DP = .67$) apresentam valores significativamente superiores de satisfação conjugal global comparativamente com o grupo “sexo feminino – básico e secundário” ($M = 4.62$, $DP = .81$). Ou seja, os indivíduos de ambos os sexos com nível de escolaridade superior apresentam valores significativamente mais elevados de satisfação conjugal global do que os indivíduos do sexo feminino com escolaridade ao nível básico ou secundário. Quando se analisam as duas dimensões da satisfação conjugal, verifica-se que entre os grupos não se encontram diferenças significativas na dimensão “amor” ($F(3, 381) = 1.73$, ns ; Wilks' Lambda = .92; eta quadrado parcial = .014), mas encontram-se diferenças significativas entre os grupos na dimensão “funcionamento conjugal” ($F(3, 381) = 5.74$, $p = .001$; Wilks' Lambda = .92; eta quadrado parcial = .044). Os testes *post-hoc* LSD ($p < .05$) indicaram que essas diferenças existem entre os seguintes grupos: “sexo masculino – superior” relativamente aos grupos “sexo masculino - básico e secundário” e “sexo

feminino básico e secundário”; “sexo feminino – superior” relativamente ao grupo “sexo feminino - básico e secundário”. Ao comparar as médias verifica-se o seguinte: os indivíduos pertencentes ao grupo “sexo masculino – superior” ($M = 4.74$, $DP = .69$) apresentam valores significativamente superiores de satisfação conjugal na dimensão “funcionamento conjugal” comparativamente com os grupos “sexo masculino - básico e secundário” ($M = 4.52$, $DP = .68$) e “sexo feminino – básico e secundário” ($M = 4.30$, $DP = .81$); os indivíduos pertencentes ao grupo “sexo feminino – superior” ($M = 4.64$, $DP = .73$) apresentam valores significativamente superiores de satisfação conjugal na dimensão “funcionamento conjugal” comparativamente com o grupo “sexo feminino – básico e secundário” ($M = 4.30$, $DP = .81$).

Pode dizer-se que mais do que o sexo, parece ser o nível de escolaridade o mais responsável pelos valores significativamente diferentes entre os grupos. Aliás, relativamente ao sexo, os resultados encontrados nesta investigação convergem com o estudo de Ribeiro & Costa (2002; cit. in Costa, 2005) realizado em Portugal com casais, ou seja, não se verificaram diferenças significativas relativamente ao sexo dos indivíduos no que se refere à satisfação com a relação conjugal. Em igual sentido, encontra-se com a investigação mais recente que encontra mais semelhanças do que diferenças entre homens e mulheres (Soeiro, 2010, Costa, 2005). No entanto, no que se refere ao nível de escolaridade estes resultados demonstram a importância de uma formação superior ao nível da satisfação conjugal, indo ao encontro da hipótese 2, relativamente à análise e discussão efetuada acerca dos resultados semelhantes encontrados face às dimensões da intimidade, e da hipótese 3, da consideração da influência da intimidade na satisfação (e vice-versa). Pode verificar-se em anexo uma análise isolada das variáveis sexo e nível de escolaridade (cf. Quadros 19 e 20 – Anexo 3). Analisando o quadro 19, que visa discriminar as diferenças entre sexos, verificou-se a não existência de diferenças significativas relativamente à satisfação conjugal global ($t(374,103) = .92$, ns) e às duas dimensões da mesma, “amor” ($t(375,867) = .23$, ns) e “funcionamento conjugal” ($t(374,098) = 1.72$, ns). Analisando o quadro 20, cuja análise pretende perceber as eventuais diferenças entre indivíduos com nível de escolaridade “básico e secundário” e indivíduos com nível de escolaridade “superior”, verificam-se diferenças significativas entre os grupos face à satisfação conjugal global ($t(379,911) = -2.95$, $p = .003$) e às duas dimensões da mesma, o “amor” ($t(378,841) = -2.25$, $p = .025$) e o “funcionamento conjugal” ($t(378,326) = -3.46$, $p = .001$). Comparando as médias, afere-se o seguinte: relativamente à satisfação conjugal global, os indivíduos com habilitações escolares ao nível superior ($M = 4.89$, $DP = .66$)

apresentam valores significativamente mais elevados face aos indivíduos com escolaridade básica e secundária ($M = 4.68$, $DP = .73$); relativamente às dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal, verifica-se o mesmo, ou seja, os indivíduos com habilitações escolares ao nível superior ($M = 5.02$, $DP = .68$ e $M = 4.68$, $DP = .71$, respetivamente) apresentam valores significativamente mais elevados face aos indivíduos com escolaridade básica e secundária ($M = 4.85$, $DP = .81$ e $M = 4.42$, $DP = .75$, respetivamente).

Os resultados alinham-se com a consideração que o contexto universitário é um meio fortemente propiciador de um desenvolvimento psicológico mais saudável (e estruturado) e partindo do princípio que “um nível de desenvolvimento psicológico mais elevado está relacionado com uma melhor realização na vida” (Campos, 1985, 1990; Coimbra, 1991a, 1991b; Kohlberg, 1981, 1984; Lourenço, 1992b, 1994, 1997; Menezes & Campos, 1997; cit. in Menezes, 1999, p.38), parece que o caminho na busca da satisfação no seio das relações fica mais facilitado, pelo menos no requer à obtenção de algumas ferramentas necessárias para ultrapassar momentos desafiadores ao nível pessoal e relacional. Apesar do alinhamento destes resultados, deve ter-se em consideração que todos os ganhos obtidos em contextos (favoráveis), dependem em grande parte da atitude de cada um e do seu comportamento e capacidade de reflexão, integração e ação, querendo com isto dizer que os contextos podem ter mais ou menos influência face à atitude do sujeito nos mesmos.

7. Análise das diferenças na avaliação da intimidade, nomeadamente nas dimensões “interdependência” e “dependência”, ao longo do ciclo vital do casal.

Para testar a questão 4 – Existirão diferenças ao nível da intimidade, nomeadamente nas dimensões “dependência” e “interdependência”, quanto à duração da relação conjugal: “até 3 anos”, “4 a 11 anos”, “12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”? – optou-se por efetuar uma MANOVA, com um nível de significância de $<.05$, para comparar as diferentes médias obtidas na avaliação da intimidade nas dimensões “interdependência” e “dependência”, para os quatro grupos pré-definidos quanto à duração da relação conjugal (cf. Quadro 21)

Quadro 21

Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças relativamente às várias etapas do ciclo vital do casal

Variáveis dependentes	“Até 3 anos” (<i>n</i> = 92)	“4 a 11 anos” (<i>n</i> = 114)	“12 a 25 anos” (<i>n</i> = 78)	“Mais de 25 anos” (<i>n</i> = 98)	<i>F</i> (3, 381)	EQP
	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M</i>		
	(<i>DP</i>)	(<i>DP</i>)	(<i>DP</i>)	(<i>DP</i>)		
Interdependência	5.33 (.47)	5.20 (.48)	4.96 (.78)	4.95 (.72)	8.60 (<i>p</i> = .000)	.064
Dependência	2.97 (1.08)	3.23 (1.09)	3.03 (.85)	3.01 (1.09)	1.30 (<i>p</i> = .276)	.010

Verificaram-se diferenças significativas entre os grupos quanto à análise efetuada à dimensão “interdependência” ($F(3, 381) = 8.60, p = .000$; Wilks’ Lambda = .93; eta quadrado parcial = .064), nomeadamente entre o grupo “até 3 anos” e os grupos “12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”, e o grupo “4 a 11 anos” e os grupos “12 a 25 anos” e “mais de 25 anos”. Assim, na comparação das médias, verificamos que os indivíduos do grupo “até 3 anos” ($M = 5.33, DP = .47$) apresentam valores significativamente mais elevados de “interdependência” do que os indivíduos dos grupos “12 a 25 anos” ($M = 4.96, DP = .78$) e “mais de 25 anos” ($M = 4.95, DP = .72$), e os indivíduos do grupo “4 a 11 anos” ($M = 5.20, DP = .48$) também apresentam valores mais elevados do que os grupos “12 a 25 anos” ($M = 4.96, DP = .78$) e “mais de 25 anos” ($M = 4.95, DP = .72$). Ou seja, os dois primeiros grupos (com menos duração da relação) têm maiores níveis de interdependência que os grupos mais velhos. Quanto à análise efetuada à dimensão “dependência”, não se identificaram diferenças significativas entre os grupos ($F(3, 381) = 1.30, ns$; Wilks’ Lambda = .93; eta quadrado parcial = .010).

Assim, os resultados convergem com os obtidos na hipótese 1, em que nos primeiros 11 anos da relação conjugal se verificam valores mais elevados de satisfação conjugal, neste caso relativamente aos níveis de interdependência percecionados, indo, mais uma vez, ao encontro do que foi encontrado na hipótese 3 que salienta a importância de elevados níveis de interdependência nos relacionamentos conjugais para que se atinjam níveis mais elevados de intimidade que, por sua vez, permitem uma maior satisfação conjugal. As justificativas encontradas para este fenómeno encontrado a partir dos 11 anos de duração da relação podem ser muito semelhantes às encontradas para a hipótese 1 no que concerne

á satisfação conjugal. Dessa forma, de acordo com Lopes (2008) que verifica que na fase normalmente correspondente à “família com filhos em idade escolar” ou “família com filhos adolescentes”, a partir sensivelmente dos dez ou quinze anos de relacionamento conjugal, ambos os elementos do casal apresentam níveis baixos de satisfação conjugal, comparativamente com fases anteriores do processo de construção e vivência da conjugalidade, devido à influência da sua atitude enquanto recém-entrados na parentalidade, pois, para além de outros aspetos, descartam-se muitas vezes da continuação da construção da conjugalidade, comprometendo assim a continuação de uma construção positiva da intimidade. Encaixa na perfeição a expressão já mencionada de Sá (2012a): “Sempre que namoramos mais um bocadinho, casamo-nos mais um pouco e sempre que deixamos de namorar, divorciamo-nos em suaves prestações”. Assim, descurando a vertente conjugal da família, a relação conjugal torna-se mais frágil e pode mesmo comprometer a continuidade da relação ou contribuir para uma menor qualidade da vivência conjugal. Ou seja, a variável “tempo da relação” no processo de construção da intimidade deve ser encarada como dinâmica e em nenhum momento deixada para segundo plano, pois, assim, compromete o futuro da relação e diminui as possibilidades de uma evolução positiva em direção a uma intimidade plena. Como refere Narciso (1994/1995), o desenvolvimento da conjugalidade passa por um processo “onde de uma forma complexa se regulam proximidades e distâncias, encontros e desencontros, movimentos, gestos, sinais irrefutáveis de que a ‘dança’ existe” (p. 129). Esta “dança” (ao longo do tempo) tanto se enquadra nas variações de satisfação que acompanham a relação conjugal ao longo do(s) tempo(s), como foi mencionada na revisão da literatura, como também está presente na construção complexa da intimidade: “... o tempo atravessando a relação, a relação atravessando tempos. Metamorfoses na configuração, sentimentos de fundo em relevo, as ‘explosões’ irrompendo intermitentes, o tempo incluindo passado, presente e futuro, o ‘nós’ emergindo para além do ‘eu’ e do ‘tu’, tornando-se essência.” (Narciso, 2002, p.53). Só assim, através de ritmos relacionais próprios (mas numa linha de tempo dinâmica no que se refere ao investimento na conjugalidade e na consequente construção da intimidade) – “...olhando mais de perto, a intimidade de cada casal é, essencialmente, um produto codificado da sua idiossincrasia e criatividade” (Crespo et al., 2006, p.62) –, é que a evolução ao longo da linha do tempo pode ser positiva e crescente (com mais ou menos variações nessa temporalidade). Dessa forma, já não ficamos admirados se verificarmos um melhoramento na intimidade numa relação conjugal duradoura, comparativamente com fases anteriores (mesmo relativamente a fases iniciais da conjugalidade).

Capítulo IV

Considerações finais e implicações para a intervenção

Capítulo IV. Considerações finais e implicações para a intervenção

Terminado o capítulo dedicado à apresentação e discussão dos resultados, é importante refletir sobre os principais contributos que emergiram deste estudo sobre a conjugalidade. Já se esboçaram algumas conclusões no decorrer do capítulo anterior, mas neste capítulo far-se-á um resumo e uma integração da leitura dos resultados, salientando a relevância dos mesmos para a investigação e as implicações deste estudo para a intervenção psicológica da conjugalidade e para futuras investigações, assim como destacar-se-ão as dificuldades e limitações sentidas pelo investigador aquando da realização deste estudo.

Em primeiro lugar, fica saliente a importância de um investimento sério e continuado na conjugalidade para que a mesma possa florescer, caso contrário os índices de satisfação baixam e a própria construção da intimidade fica comprometida. Tal verificou-se nas quebras de satisfação e de fatores propiciadores de uma construção positiva de intimidade a partir sensivelmente dos 11 anos de relação. Estes resultados devem ser alvos de reflexão para quem parte para uma relação conjugal e para quem já vive nela, especialmente pelo facto de vivermos numa época globalmente individualista ou individualizada, com pouco tempo para as relações e/ou para o investimento nas mesmas. Este investimento fundamental no jogo dinâmico das relações é o inverso de uma visão descartável das mesmas, típico da contemporaneidade, e também não pode ser confundido com o investimento na parentalidade em detrimento da conjugalidade. Relativamente a este último aspeto, já refere Sá (2012a) que “os pais estão tão preocupados com a educação e cuidado dos filhos que se esquecem de namorar todos os dias”, tornando a relação conjugal mais frágil, contribuindo para um decréscimo da satisfação conjugal, podendo comprometer a continuidade da relação ou contribuir para uma menor qualidade da vivência conjugal. Aliás, há estudos que indicam que os níveis de satisfação conjugal começam a baixar quando o casal tem o primeiro filho, pois a transição para a parentalidade é uma das maiores mudanças por que o sistema familiar pode passar, acarretando uma diminuição na satisfação conjugal (Hackel & Ruble, 1992; Kurdek, 1995; cit. in Kunaszuk, 2009). Tal situação é consonante com os resultados encontrados neste estudo, dado que relativamente à área “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal o(s) momento(s) de menor satisfação começa(m) mais cedo do que os 11 anos, sendo a maior satisfação mais veemente nos 3

primeiros anos. Relativamente ao primeiro ponto, face à visão descartável ou desresponsabilizadora, pode dizer-se que a dificuldade possa estar com a perceção e a aceitação de que dos investimentos deve esperar-se um retorno a médio/longo prazo, consequente de um trabalho árduo e continuado. Com a visão descartável (e impaciente/intolerante e instrumental) espera-se o prazer imediato, a manutenção num estado confortável e apetecível e que não requer enfrentar (grandes) obstáculos, pois quando aparecem “salta-se fora”. Desta forma, não há permissão para a construção investida e assim torna-se mais difícil (ou mesmo impossível) alcançar mais satisfação e maior capacidade de intimidade ao longo do ciclo de vida. Uma das dificuldades desta visão ou deste estilo de vida é que se torna difícil construir relações de confiança, um dos pilares básicos de uma relação íntima. Nada mais do que o reflexo do ser “individualizado” que é um ser fechado sobre si mesmo e que com o decorrer das experiências na sua vida acaba por confiar somente numa pessoa: nele próprio (até entrar num poço sem fundo e não avistar alternativas). Já Bauman (2008) refere que “a confiança, aquela condição indispensável para todo o planeamento racional e toda a ação confiável, está flutuando, procurando em vão um terreno firme o bastante para lançar um âncora” (p.71). Quando parece haver mais condições para que as relações possam ser mais equitativas (nomeadamente com as conquistas já relatadas das mulheres), logo mais íntimas, novos fenómenos surgem que parecem impedir essa evolução positiva. Será que já não é possível construir projetos a longo prazo? Quando se coloca esta questão pretende-se não só responder à continuidade das relações, mas também a uma continuidade saudável, onde a conjugalidade e o trabalho a dois não é descurado, vendo os “altos e baixos” não somente como extremos (des)prazerosos mas também como oportunidades de reflexão para a construção da conjugalidade (aprendizagem e ajustamento relacional com vista a níveis de satisfação e intimidade saudáveis). Na atualidade, muitas relações duram, mas são “capazes” de não gerar satisfação para ambos ou nem sequer de caminhar num sentido positivo no que se refere à construção de uma intimidade plena (um projeto promissor inacabado?), onde há ganhos para ambos e para o unísono que é (ou deve ser) o casal. Constata-se assim que o facto da relação conjugal durar não significa necessariamente que seja satisfatória para ambos (Dessen & Braz, 2005; cit. in Scorsolini-Comin & Santos, 2010; Norgren et al., 2004), pois para que tal aconteça pressupõe-se a adoção de uma atitude pró-ativa dos membros do casal relativamente à sua relação na linha do tempo, contrariando o senso comum que gosta muito de aplicar os termos “vamos indo e vamos vendo!” ou “deixa andar!” (entre outros), dando ênfase à exclusividade do “tempo” como solucionador de

tudo, apelando à adoção de uma atitude passiva. Importante também perceber que os resultados de um investimento neste nível podem não ser visíveis (somente) a curto prazo (como foi referido na revisão da literatura, um maior investimento transporta consigo uma dinâmica e/ou uma construção que a médio/longo prazo terá uma valorização especial, isto é, culminará numa (con)vivência positiva). Logo, pela dificuldade de tal tarefa, pela impaciência ou incompreensão dos indivíduos face aos acontecimentos decorrentes da convivência conjugal, não serão de admirar os resultados encontrados no âmbito de uma situação que foi referida na revisão da literatura relativamente às relações duradouras, ou seja, os dados que indicavam que poderia haver um aumento da satisfação na meia-idade ou nas relações mais duradouras não convergiram com os resultados da amostra (em termos médios) deste estudo, acontecendo precisamente o oposto. Poder-se-á justificar tais resultados, para além do que já referimos relativamente ao tempo da relação, com o fator geracional, ou seja, nas gerações mais recentes (teoricamente) talvez seja mais fácil encontrar resultados mais positivos nas relações duradouras, pois as relações conjugais atuais são bem mais complexas (em grande parte pela transformação social e relacional da mulher, logo das relações conjugais) e quando duram podem tornar-se relações mais satisfatórias. Todavia, não é certo que o fator geracional chegue, por si só, a gerar resultados normativos neste sentido, mesmo considerando que as gerações mais recentes podem ter uma base mais estável ou equilibrada para construir relações mais íntimas, pois, por exemplo, a conjuntura social (e cultural) e económica atual pode influenciar negativamente a construção de uma relação e todas as expectativas criadas por ambos. Outro fator explicativo do não aumento da satisfação nos casais com relações mais duradouras pode estar relacionado com o facto de se estar a falar de resultados médios, ou seja, sendo o reinvestimento e a reestruturação conjugal uma capacidade e esforço individual e relacional complexa e capaz de gerar um aumento dos índices de satisfação nas relações mais duradouras, será mais facilmente detetável numa análise individual e relacional particular, isto é, o aumento de satisfação nos casais de meia-idade e/ou nas relações mais duradouras parece não ser um fenómeno normativo (até pela complexidade que pode levar a tal), estando inerente a complexidade e a dificuldade da criação de uma relação íntima a caminho da plenitude, pois “...olhando mais de perto, a intimidade de cada casal é, essencialmente, um produto codificado da sua idiossincrasia e criatividade” (Crespo et al., 2006, p.62). Também ter-se-á que considerar a (des)valorização social e cultural da vivência individual e relacional das pessoas mais velhas e/ou que vivem relações mais duradouras, nomeadamente numa sociedade onde a “boa” (entre aspas, pelo carácter subjetivo do

adjetivo) imagem e a aversão ao (aparentemente) rotineiro e duradouro parecem imperar (e excluir e discriminar o que não se assemelha a tais atitudes e comportamentos). Por tudo isto, revela-se pertinente e emergente haver investigações mais centradas nas idiossincrasias das relações e dos indivíduos nas relações, dado que as dinâmicas relacionais parecem ser cada vez mais diversas (resultante de uma sociedade insistentemente e inevitavelmente vulnerável a mudanças). Hoje em dia há mais diversidade / heterogeneidade nas pessoas e nas relações comparativamente com gerações anteriores, por isso para além de se procurar fenómenos normativos deve-se compreender as especificidades, considerando sempre os contextos sociais e culturais que rodeiam as pessoas. Talvez assim se consiga arranjar mais ferramentas úteis para a intervenção em casais e ainda para (in)formar a sociedade (por exemplo, através de projetos de intervenção educativos/formativos perto da população, especialmente junto dos mais jovens).

Em segundo lugar, esta investigação trouxe-nos dados indicadores que o facto de se frequentar ou de se ter frequentado o ensino superior, em termos globais, pode permitir uma maior disponibilidade para encetar relações de maior intimidade e de se viver mais satisfeito na e com a relação. Acredita-se, pois, que estes indicadores possam estar relacionados com a entrada da mulher nestas vias socializantes, enriquecendo o sistema académico no sentido de lançar uma maior equidade entre indivíduos de diferentes sexos. Ora, esta visão mais equitativa, enquadrada num contexto, por si só, estimulante do ponto de vista intelectual (o mundo académico), capacitará mais os indivíduos para a aceitação de um equilíbrio de poder no seio das relações, permitindo, assim, desenvolver a intimidade de uma forma mais plena. Esta investigação enfatiza ainda as não diferenças encontradas entre indivíduos do sexo masculino e feminino no que se refere à satisfação e à intimidade (neste caso, através da medida dos níveis de interdependência e dependência), afirmando que mais do que o sexo parece ser o contexto enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social pelo investimento nas formações superiores para ambos os sexos (e, eventualmente, uma maior igualdade de acesso às oportunidades do mundo do trabalho) que possibilita aumentar os índices de satisfação no casal e proporciona a construção de uma relação íntima de uma forma mais plena. Tal facto poderá estar relacionado com um leque de ferramentas que se adquire nestes contextos, permitindo lidar de uma forma mais construtiva com os desafios que as relações vão colocando. Não será, com toda a certeza, a formação superior por si só que fará diferença, mas sim as influências do contexto e as consequências de uma atitude positiva e aberta do indivíduo. Assim, será a atitude perante os acontecimentos da nossa vida, aliada à capacidade de transpor as ferramentas que se adquirem para situações do dia a

dia (neste caso, nos assuntos relacionado com a conjugalidade), que fazem a diferença. É assim, uma atitude ativa e proactiva (espelhada no aumento da capacidade de reflexão, integração e ação), em (grande) parte potenciada pelo investimento em formações superiores, que ajuda a aprimorar os relacionamentos conjugais mais recíprocos. Estes resultados são muito interessantes para a compreensão das relações e, por tal, será extremamente pertinente, em termos de investigação, procurar aprofundar estes resultados, partindo para uma exploração mais detalhada sobre o que leva a que estes contextos sejam tão influentes na vida das pessoas, nomeadamente na sua vida com os outros, isto é, nas relações. Num mundo social e culturalmente centrado no “eu” parece que estes resultados vêm demonstrar que a convivência (sentido dinâmico e real de partilha, ou seja, uma certa descentração do “eu”) e o conhecimento são o cerne de uma evolução positiva, conseguindo por este meio atingir mais facilmente as expectativas individuais e relacionais. E se temos este conhecimento porque não o usamos em favor de uma sociedade mais saudável e equilibrada (e, por ventura, feliz)? Na abertura das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no ano de 2012, o Reitor da Universidade de Lisboa, Sampaio da Nóvoa, disse: “O futuro está no reforço da sociedade e na valorização do conhecimento, está numa sociedade que se organiza com base no conhecimento”. Neste sentido, parece-me que estes resultados têm que ter uma dupla reflexão: por um lado, continuar a apostar na investigação, e, por outro lado, utilizar este conhecimento para que a sociedade possa evoluir num sentido mais positivo, através de uma intervenção mais direta e influente (não caindo no erro de uma visão exclusivista e solucionadora da “tecnociência”, ou seja, dos meios tecnológicos e científicos como exclusivos solucionadores de tudo). Ou seja, relativamente aos resultados em particular, não é necessário que todos frequentem o ensino superior para que possam adquirir mais ferramentas no âmbito de alcançarem patamares desejáveis no seio das relações, mas o fundamental é haver uma maior abertura do ensino superior à comunidade (estando e co-construindo com ela), capacitando e incentivando todas as pessoas a refletirem mais (e também em conjunto) e a terem um papel mais ativo na sociedade (que consequentemente se refletirá nas relações conjugais). Este papel contribuirá de uma forma muito direta para a necessidade encontrada no primeiro ponto desta parte conclusiva que é o investimento sério e continuado na conjugalidade para aumentar os índices de satisfação e proporcionar mais condições para a construção da intimidade. Embora em cada contexto histórico e social prevaleçam determinados modelos de conjugalidade, a intervenção psicológica e a investigação não devem estar ao serviço da formatação e da programação dos indivíduos a determinados modelos dominantes “de

moda”, mas deve ser o espaço privilegiado e processual para proporcionar aos sujeitos oportunidades para reconstruírem os seus projetos idiossincráticos de conjugalidade para que, autónoma e criticamente, possam assumir o desafio criativo de recriação das suas histórias de intimidade conjugal ao longo do ciclo de vida de casal.

Em terceiro lugar, ao nível da satisfação conjugal e da intimidade não se verificaram diferenças entre as várias configurações conjugais, tendo-se encontrado semelhanças entre as várias configurações quando comparadas ao longo do ciclo vital da família. Esta conclusão parece de todo enquadrar-se com o que tem sido dito, especialmente quando se referiu que as investigações devem ser mais centradas nas idiossincrasias das relações e dos indivíduos nas relações. De facto, as tendências diversificadas das configurações conjugais parecem cada vez mais ser um fenómeno secundário, o que não quer dizer que não seja intencional e importante (que o são, com certeza). Será apenas menos essencial face a outros aspetos da relação. Talvez já não seja um espelho de um sentido comum e normativo de estilo de vida. Ou seja, quando por exemplo um casal decide casar-se pela via religiosa não significa que se diferencie muito (em termos de objetivos da relação) de um casal que opta por uma via mais informal, nem significa que possa assemelhar-se muito a um outro casal que opte pela mesma via (religiosa, neste caso). Esta decisão tem mais a ver com a mundividência e forma de se posicionar como indivíduo e casal, isto é, com os valores. Estes fenómenos podem estar relacionados com as mudanças que se verificam ao nível da intimidade nos casais, revelando que essas mudanças caminham num sentido de maior respeito pelas idiossincrasias individuais e relacionais, convergindo com a expressão já citada: “...olhando mais de perto, a intimidade de cada casal é, essencialmente, um produto codificado da sua idiossincrasia e criatividade” (Crespo et al., 2006, p.62), revelando, assim, que as construções relacionais vão mais além do que aquilo que possa ser imposto ou que possa estar instituído. De certa forma, é uma visão mais pluralista e respeitadora das diferentes leituras e cosmovisões do mundo e no limite é um sinal de uma sociedade mais aberta à aprendizagem, e mais respeitadora e tolerante para com o que é diferente (pelo menos, a caminhar nesse sentido ou tendo condições para esse caminhar). Estes sinais só podem ser encarados como positivos para os investigadores e para os interventores nas dinâmicas relacionais de casais, dado o potencial de conhecimento que se pode obter com o desafio de estudar os casais mais de perto (as dinâmicas relacionais próprias de cada casal), podendo dar mais e melhores respostas aos problemas que possam surgir.

Em último lugar, não se pode deixar de fazer referência ao que já se vê implícito ao longo das reflexões que se têm feito, que é a associação existente entre a intimidade e a

satisfação conjugal Poder-se-á dizer que a capacidade para formar relacionamentos íntimos é fundamental para o bem-estar pessoal (Katz & Joiner, 2002; cit. in Kunaszuk, 2009) e influencia positivamente a satisfação conjugal, apoiando Narciso & Costa (2002; cit. in Costa, 2005) quando referem que “a intimidade parece ser, ainda, um elemento-chave da satisfação conjugal” (p.70). Uma relação mais íntima tende a ser uma relação mais satisfeita e gera mais satisfação para os seus membros, proporcionando ainda mais condições para a encenação de relações íntimas num círculo e num ciclo que poderá não ter fim se houver um investimento continuado na relação. As relações onde existem maiores níveis de satisfação e maiores níveis de intimidade são relações mais saudáveis, logo proporcionam mais qualidade de vida para ambos os elementos da relação e tornam-se também modelos mais “completos” para a sociedade, tendo a capacidade de, por si só, mudarem o rumo do mundo em vários níveis (num sentido mais próximo de valores fortificadores de uma sociedade mais justa, respeitadora, pacífica e equilibrada, ou seja, mais competente do ponto de vista humano), muito para além do que é meramente conjugal.

Portanto, mais conhecimento (através de contextos propiciadores de reflexão, logo potenciais geradores de mudança) pode trazer mais equidade para as relações (também graças à inserção da mulher nestes contextos e do seu forte papel nas mesmas, permitindo uma maior paridade entre os elementos dos diferentes sexos) que, por sua vez, transforma as relações íntimas (e a própria intimidade), gerando relações mais diferenciadoras e cooperantes (entre os membros e comparativamente com as restantes), logo menos conformismo perante o papel de cada um nas relações conjugais e perante a sociedade (pela maior abertura à diferença, logo mais tolerância e mais respeito). Assim, trazem mais dinamismo e pro-atividade às relações (mais desafios), proporcionando a oportunidade de realizarem um investimento sério e co-construído, respeitando os *timings* de cada um e da relação, aumentando, dessa forma, os níveis de intimidade e consequentemente os níveis de satisfação conjugal que, por sua vez, potenciarão a intimidade e por aí adiante, no tal círculo e ciclo supracitado que poderá não ter fim se houver um investimento continuado na relação. A tal “dança”, já mencionada nesta investigação, “onde de uma forma complexa se regulam proximidades e distâncias, encontros e desencontros, movimentos, gestos...” (p. 129), num processo construtivo sem fim à vista.

O passado e o futuro

Neste subcapítulo salientam-se as dificuldades e as limitações desta investigação (o passado) e ainda levantar-se-ão algumas questões para futuras investigações (o futuro).

As temáticas deste estudo são extremamente empolgantes e, por esse facto, uma das grandes limitações é termos que colocar barreiras para não fugirmos do que está a ser investigado, pois surgem sistematicamente pontos de reflexão extremamente interessantes. Ávidos de saber mais e mais, temos de constantemente autoimpormos barreiras para que não fujamos da linha investigativa. Quanto às limitações e dificuldades da investigação propriamente dita, deveu-se, por exemplo: ao facto de ser difícil arranjar um número equivalente de sujeitos unidos conjugalmente por vias formais e informais; à frustração por se ter encontrado questionários não respondidos total ou parcialmente (tendo de ser anulados, obviamente), comprometendo o número de sujeitos que foram esperados no planeamento deste estudo; ao facto de não haver espaço para conjugar uma investigação de cariz mais qualitativo, no sentido de enriquecer/desconstruir algumas conclusões (ponto este que poderá ser colmatado com futuras investigações); a impossibilidade espacial (também por opção) para se trabalhar e analisar os resultados das díades; entre outros pormenores. Todavia, considerando aquilo que foi feito, pode e deve abrir-se um leque de novas questões investigativas. Uma das questões que podem ser trabalhadas no futuro (e que fez parte de uma série de questões de investigação pré-seleccionadas) será: “Qual será a predominância e distribuição de ‘perfis’ individuais e da díade tendo em conta a confluência das dimensões ‘interdependência’ e ‘dependência’ e qual o impacto na satisfação conjugal?”. Relativamente a esta questão, foram recolhidos alguns dados. Considere-se que existem níveis de interdependência e dependência “altos”, “moderados” (altos e baixos) e “baixos” e ainda que níveis elevados de interdependência numa relação conjugal estão relacionados com uma partilha construtiva e com a possibilidade do estabelecimento de uma relação de intimidade em que há diferenciação de *selves* (Crespo et al., 2006), enquanto níveis elevados de dependência, poderão traduzir mais insegurança, dependência em relação ao outro, evitamento do conflito e desvalorização do *self*, impossibilitando, desta forma, a construção de uma relação de intimidade (*ibidem*). Assim, 62.56% dos inquiridos têm simultaneamente “altos” níveis de interdependência e baixos níveis de dependência, sendo que nos níveis baixos de dependência 56.9% destes indivíduos apresentam um nível “moderado baixo”. Se considerarmos os níveis “moderados” (altos e baixos) e “baixos” de

dependência e juntarmos aos valores elevados de interdependência obtém-se 69.89% dos inquiridos. 24.61% dos indivíduos da amostra revelam ter simultaneamente “altos” níveis de interdependência e “altos” e “moderados” (altos e baixos) níveis de dependência (destes sujeitos, aproximadamente metade (48,94%) têm níveis de dependência “moderados altos”). Em termos de díades, verifica-se que 5.50% (21 casais) dos casais “têm o pleno”, ou seja, “altos” níveis de interdependência e “baixos” níveis de dependência. Segundo a literatura, estes últimos parecem ser os melhores pontos convergentes das duas dimensões da intimidade para que se possa viver uma relação íntima. Ficam aqui só alguns dados para reflexão e/ou motivação para futuras investigações. Uma outra questão que se pode levantar é a seguinte: “O facto dos filhos nascerem mais tarde numa relação conjugal (quando se trata de uma opção genuína do casal, por oposição a uma necessidade autoimposta por fatores económicos, por exemplo) que se inicia cedo (relativamente ao início da parentalidade), levará a que a conjugalidade seja mais cuidada, havendo uma melhor consolidação da intimidade e mais satisfação por um maior período de tempo?”. É uma questão que surge das justificativas da entrada na parentalidade como fator influente das quebras de satisfação nas relações conjugais, nomeadamente pelo facto de haver uma descentração do investimento na conjugalidade. Será, assim, pertinente comparar a evolução das relações conjugais em casais com e sem filhos, sendo este último fator, como já foi referido, uma opção genuína do casal, por oposição a uma necessidade autoimposta. Uma outra questão bastante pertinente vai na linha dos resultados relativos à importância da formação superior ou da vivência ou passagem por esses contextos. É a seguinte: “Quais serão os cursos e áreas do ensino superior mais influentes num sentido de propiciar mais condições para a vivência de uma intimidade plena nas relações?”. Através desta questão, dever-se-á também controlar o número de sujeitos do sexo feminino e masculino que frequentam os cursos/áreas, que dão aulas e que trabalham nos vários serviços das instituições. Muitas outras questões poderão ser levantadas após a leitura dos resultados desta investigação e para além dos mesmos também, obviamente.

A investigação e o investigador

Como tópico final, salienta-se de uma forma muito sucinta o impacto que a investigação teve sobre o investigador e futuro profissional de Psicologia. Assim, reconhecendo que tudo o que fazemos (bem ou mal) é aprendizagem (pelo menos pode e deve ser), o grande impacto que esta investigação permitiu experimentar foi uma oscilação entre sofrimento e superação. Aprender pela construção e construir pela aprendizagem não são tarefas passivas, por isso envolvem trabalho, dedicação, persistência e uma grande resistência à frustração, mas a consequência deste processo sofrido é a superação, a conquista, o regozijo com a passagem triunfante sobre os obstáculos que aparecem no caminho (mesmo aqueles que somos nós a colocar). É uma vivência que se traduz numa “dança” que testa os nossos limites de “resistência” e que “termina” no meio de um processo, pois este também está sempre inacabado, à semelhança das relações interpessoais. Assim, esta investigação foi e é mais uma grande aprendizagem que dentro de si se multiplica em aprendizagens. E que impacto tem este caminho na vida de um investigador (e futuro profissional de Psicologia) que ainda caminha com passos de candura? Tão grande e importante quanto as etapas que vamos enfrentando ao longo do nosso crescimento e desenvolvimento enquanto seres humanos e do impacto da aprendizagem com as mesmas na nossa vida. Por isso, esta investigação permitiu adquirir ferramentas necessárias para a elaboração de novas investigações e para a prática profissional, com a qual a investigação deve andar lado a lado. Concretizar as efetivas aprendizagens seria não valorizar a imensidão de conhecimentos conquistados, pela impossibilidade de detalhar e de ser fiel aos reais conhecimentos adquiridos ao longo desta investigação. Todavia, deve clarificar-se que o impacto deveu-se fundamentalmente aos fenómenos de aprendizagem a um nível de conteúdos e de processos (incluindo os fenómenos transversais a estes).

Referências Bibliográficas

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Acevedo, B. P. & Aron, A. (2009). Does a Long-Term Relationship Kill Romantic Love? *Review of General Psychology*, 13(1), 59-65.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Editora Quarteto
- American Psychological Association (1994). *Publication manual of the American Psychological Association* (4th ed.). Washington, DC: author.
- Bauman, Z. (2008). *A sociedade individualizada*. Brasil: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre as fragilidades dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bertoldo, R. B. & Barbará, A. (2006). Representação social do namoro: a intimidade na visão dos jovens. *Psico-USF*, 11(2), 229-237.
- Biasoli-Alves, Z. & Alves, I. (2005). *Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Tomo II – Livro de Artigos*. São Paulo: Departamento de Psicologia e Educação – FFCLRP-USP Universidade de São Paulo.
- Cordova, J. V., Gee, C. B. & Warren, L. Z. (2005). Emotional Skillfulness in Marriage: Intimacy as a mediator of the relationship between emotional skilfulness and marital satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 24(2), 218-235.
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Asa Editores.
- Costa, M. E. (2010). Intimidad: Ser y estar en la relación. *Revista de Psicoterapia*, 81, 25-35.
- Crespo, C., Narciso, I., Ribeiro, M. T. & Costa, M. E. (2006). Desenvolvimento da Escala de Dimensões da Intimidade: primeiro estudo empírico. *Psychologica*, 41, 45-63.
- Gameiro, J. (2007). *Entre Marido e Mulher... Terapia de Casal*. Lisboa: Trilhos Editora.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Lisboa: Celta Editora.
- Goleman, D. (1997). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.

Graham, J. M., Diebels, K. J. & Barnow, Z. B. (2011). The Reliability of Relationship Satisfaction: A Reliability Generalization Meta-Analysis. *Journal of Family Psychology*, 25(1), 39-48.

Greeff, A. P. & Malherbe, H. L. (2001). Intimacy and Marital Satisfaction in Spouses. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 27, 247-257.

Haighwout, M. (2008). *Intimacy: The aesthetics of space and time in new media and participatory art*.

Hsueh, A. C., Morrison, K. R. & Doss, B. D. (2009). Qualitative Reports of Problems in Cohabiting Relationships: Comparisons to Married and Dating Relationships. *Journal of Family Psychology*, 23(2), 236-246.

Impett, E. A., Gordon, A. M., Kogan, A., Oveis, C., Gable, S. L. & Keltner, D. (2010). Moving Toward More Perfect Unions: Daily and Long-Term Consequences of Approach and Avoidance Goals in Romantic Relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 99 (6), 948-963.

Jamieson, L. (1999). Intimacy Transformed? A Critical Look at the 'Pure Relationship'. *Sociology*, 33(3), 477 – 494.

Kunaszuk, R. M. E. (2009). *Intimacy, Libido, Depressive Symptoms and Marital Satisfaction in Postpartum Couples*. PhD Thesis. Philadelphia: Drexel University.

Lachance-Grzela, M. & Bouchard, G. (2009). La cohabitation et le mariage, deux mondes à part? Un examen des caractéristique démographiques, individuelles et relationnelles. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 41(1), 37-44.

Laurenceau, J-P; Barrett, L. F. & Pietromonaco, P. R. (1998). Intimacy as an Interpersonal Process: The Importance of Self-Disclosure, Partner Disclosure, and Perceived Partner Responsiveness in Interpersonal Exchanges. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(5), 1238-1251.

Laurenceau, J-P; Barret, L. F. & Rovine, M. J. (2005). The Interpersonal Process Model of Intimacy in Marriage: A Daily-Diary and Multilevel Modeling Approach. *Journal of Family Psychology*, 19(2), 314-323.

Li, T. & Fung, H. H. (2011). The Dynamic Goal Theory of Marital Satisfaction. *Review of General Psychology*, 15(3), 246-254.

Lopes, S. (2008). *Influências Familiares na Conjugalidade: O clima relacional na família de origem, a satisfação conjugal e a proximidade conjugal*. Tese de Mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (5.^a edição). Pero Pinheiro: Report Number.

Matos, P. M., Duarte, C. & Costa, M. E. (2011). *Famílias: questões de desenvolvimento e intervenção*. Porto: LivPsic.

McLaughlin, M. (1966). *The Second Neurotic's Notebook*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

Menezes, I. (1999). *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Edições Asa.

Moore, K. A., McCabe, M. P. & Brink, R. B. (2001). Are married couples happier in their relationships than cohabiting couples? Intimacy and relationship factors. *Sexual and Relationship Therapy*, 16(1), 35-46.

Narciso, I. (1994/95). Metamorfoses do Amor e da Satisfação Conjugal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 129 – 139.

Narciso, I. & Costa, M. E. (1996). Amores Satisfeitos, mas Não Perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.

Narciso, I. & Costa, M. E. (2001/2002). Percursos de Mudança na Qualidade Conjugal – Fragmentos de um Estudo sobre Conjugalidades Satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 181-195.~

Narciso, I. S. B. (2002). Janela com vista para a intimidade. *Psychologica*, 31, 49-62.

Norgren, M. B. P., Souza, R. M., Kaslow, F., Hammerschmidt, H. & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 575-584.

Oliveira, J. S. (2005). *Desenvolvimento Psicossocial e Estilos de Vinculação: Convergência e Divergência de Percepções de Satisfação na Família*. Tese de

Doutoramento em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Patrick, S. & Beckenbach, J. (2009). Male Perceptions of Intimacy: A Qualitative Study. *The Journal of Men's Study*, 17(1), 47-56.

Perlman, D. (2007). Le meilleur des mondes, le pire des mondes: la place des relations intimes en psychologie et dans notre vie quotidienne. *Canadian Psychology*, 48(1), 19-23.

Prager, K. J. (1995). *The Psychology of Intimacy*. New York: The Guilford Press.

Relvas, A. P. (2006). *O ciclo vital da família – Perspectiva sistémica* (4ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Rhoades, G. K., Dush, C. M. K., Atkins, D.C., Stanley, M.C. & Markman, H. J. (2011). Breaking Up Is Hard to Do: The Impact of Unmarried Relationship Dissolution on Mental Health and Life Satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 366-374.

Ribeiro, M. T. & Costa, M. E. (2001/2002). Estilos de Vinculação, Papéis Sexuais, Género e Satisfação Conjugal: Um Estudo com Casais Portugueses. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 197-214.

Sá, E. (2012a). A atual educação estraga as crianças. *Ensino Privado / CAP – Centro de Apoio Educacional*. Consultado em Fevereiro de 2012, em http://ensinoprivado.com/noticia_A-atual-educacao-estraga-as-criancas---Eduardo-Sa.html

Sá, E. (2012b). Educação para o amor. *Ensino Privado / CAP – Centro de Apoio Educacional*. Consultado em Maio de 2012, em http://ensinoprivado.com/noticia_Educacao-para-o-amor---Eduardo-Sa.html

Sampaio, D. (2011). *Porque Sim*. Revista Pública: Jornal Público. Lisboa: 30 de Outubro de 2011.

Sardinha, A., Falcone, E. M. O., Ferreira, M. C. (2009). As Relações entre a Satisfação Conjugal e as Habilidades Sociais percebidas no Cônjuge. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 395-402.

Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2010). Satisfação Conjugal: Revisão Integrativa da Literatura Científica Nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 525-531.

Silva, S. (2009). *Estudo sobre a influência da mentira na qualidade da relação conjugal*. Tese de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Silva, C. M. (2010). *Da conjugalidade à individualidade: percepção de satisfação conjugal e bem-estar psicológico em indivíduos com relacionamentos conjugais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Singly, F. (2000). *Livres juntos. O individualismo na vida comum*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Sobral, M. P. (2008). *Relações entre medo da intimidade, vinculação e divórcio parental*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Sobral, M. P., Almeida, P. R. & Costa, M. E. (2010). Medo da intimidade, vinculação e divórcio parental: um estudo de jovens adultos. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho. <http://www.actassnip2010.com>

Soeiro, A. (2010). *(Inter)relações entre imagem corporal, intimidade e medo da intimidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Teves, C. M. (2008). *Viagem entre satisfação e proximidade conjugais e aliança parental*. Tese de Mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Anexos

Anexo 1

Caraterização da amostra

Quadro 1.

Caracterização da amostra

Sexo		
Feminino	50 %	$n = 191$
Masculino	50 %	$n = 191$
Idade		
		$M = 41.24; DP = 12.48$
21 - 31 anos	25.1 %	$n = 96$
32 – 42 anos	36.7 %	$n = 140$
43- 53 anos	15.7 %	$n = 60$
Mais de 53 anos	22.5 %	$n = 86$
Habilitações Literárias		
1.º ciclo	9.9 %	$n = 38$
2.º ciclo	5.5 %	$n = 21$
3.º ciclo	9.9 %	$n = 38$
Secundário	27.5 %	$n = 105$
Superior	47.1 %	$n = 180$
Atividade profissional		
Educação / Comunicação / Investigação	16.8 %	$n = 64$
Área comercial / vendas	12.3 %	$n = 47$
Saúde	10.5%	$n = 40$
Economia / Gestão / Contabilidade	5.2%	$n = 20$
Segurança / Fiscalização	4.2%	$n = 16$
Serviços de manutenção / Reparação / Limpeza	4.2%	$n = 16$
Empresários(as) sem especificação	3.7%	$n = 14$
Engenharia	3.4%	$n = 13$
Design / Arquitetura / Fotografia	3.1%	$n = 12$
Serviços administrativos	3.1%	$n = 12$
Construção	2.9 %	$n = 11$
Têxtil / Artesanato / Empregado fabril	1.8 %	$n = 7$
Beleza / Estética	1.6%	$n = 6$
Hotelaria / Restauração	1.6%	$n = 6$
Justiça	1.3%	$n = 5$

Estudante / Estagiário(a)	1.0%	<i>n</i> = 4
Outras	8.4 %	<i>n</i> = 32
Não respondeu / Não indicou a atividade profissional	14.9 %	<i>n</i> = 57

.

Situação profissional

Empregado(a)	78.5 %	<i>n</i> = 300
Desempregado(a)	9.4 %	<i>n</i> = 36
Reformado(a) ou Pensionista	9.4 %	<i>n</i> = 36
Doméstica	1.3 %	<i>n</i> = 5
Estudante	0.8 %	<i>n</i> = 3
Bolseiro(a) de investigação / Estagiário(a)	0.5%	<i>n</i> = 2

Configuração da relação conjugal

União de facto	20.4 %	<i>n</i> = 78
Casamento civil	12.0 %	<i>n</i> = 46
Casamento religioso	67.5 %	<i>n</i> = 258

Duração da relação conjugal

Até 3 anos	24.1 %	<i>n</i> = 92
4 – 11 anos	29.8 %	<i>n</i> = 114
12 – 25 anos	20.4	<i>n</i> = 78
Mais de 25 anos	25.7 %	<i>n</i> = 98

.

Número de filhos

Sem filhos	29.3%	<i>n</i> = 112
Um filho	23.6%	<i>n</i> = 90
Dois filhos	35.6%	<i>n</i> = 136
Mais de dois filhos	11.5%	<i>n</i> = 44

Com quem habita

Cônjuge	38.2%	<i>n</i> = 146
Cônjuge e filho(s)	55.0%	<i>n</i> = 210
Cônjuge, filho(s) e outro(s) familiar(es)	4.2%	<i>n</i> = 16
Cônjuge e familiar(es)	2.6%	<i>n</i> = 10

Anexo 2

Folha de instruções e instrumentos de recolha de dados

INVESTIGAÇÃO SOBRE A SATISFAÇÃO E A INTIMIDADE NA CONJUGALIDADE

Os questionários que se seguem são parte integrante de uma investigação sobre satisfação e intimidade na conjugalidade. Este estudo está a ser realizado no âmbito de uma dissertação de mestrado, do Mestrado Integrado em Psicologia, na área de Psicologia Clínica e da Saúde. A informação recolhida será tratada estatisticamente e usada exclusivamente para fins de investigação. Os questionários são anónimos e há uma total confidencialidade dos dados recolhidos.

Antes de iniciar o preenchimento dos questionários, leia com atenção as instruções que se encontram nos cabeçalhos dos mesmos. Responda com sinceridade e individualmente, não partilhando as respostas com o outro elemento da sua relação conjugal. Após o preenchimento dos questionários, coloque-os dentro do envelope, fechando-o.

Este envelope contém três questionários, com duas páginas cada um. O questionário sociodemográfico fornecerá ao investigador algumas informações básicas relativas a cada um dos membros do casal e a características da relação conjugal. A Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC) permitirá obter a percepção dos membros do casal quanto à satisfação com a sua relação conjugal. A Escala de Dimensões da Intimidade (EDI) possibilitará recolher dados sobre a intimidade sentida e vivida na relação conjugal por parte de cada membro do casal.

Obrigado pela sua colaboração.

Questionário sociodemográfico

1. Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Idade actual:

3. Idade actual do cônjuge:

4. Configuração da relação conjugal:

☐ União de facto

☐ Casamento civil

☐ Casamento religioso

☐ Recasamento

☐ Outra Qual? _____

5. Duração da relação conjugal:

6. Número de filhos:

7. Com quem habita?

8. Habilitações literárias:

☐ 1.º ciclo

☐ 2.º ciclo

☐ 3.º ciclo

☐ Secundário

☐ Superior

☐ Outra Qual? _____

9. Habilitações literárias do cônjuge:

☐ 1.º ciclo

☐ 2.º ciclo

☐ 3.º ciclo

☐ Secundário

☐ Superior

☐ Outra Qual? _____

10. Actividade profissional:

11. Actividade profissional do cônjuge:

12. Situação profissional:

☐ Empregado

☐ Desempregado Há quanto tempo?

☐ Outra Qual? _____

Questionário sociodemográfico

1. Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Idade actual:

3. Idade actual do cônjuge:

4. Configuração da relação conjugal:

☐ União de facto

☐ Casamento civil

☐ Casamento religioso

☐ Recasamento

☐ Outra Qual? _____

5. Duração da relação conjugal:

6. Número de filhos:

7. Com quem habita?

8. Habilitações literárias:

☐ 1.º ciclo

☐ 2.º ciclo

☐ 3.º ciclo

☐ Secundário

☐ Superior

☐ Outra Qual? _____

9. Habilitações literárias do cônjuge:

☐ 1.º ciclo

☐ 2.º ciclo

☐ 3.º ciclo

☐ Secundário

☐ Superior

☐ Outra Qual? _____

10. Actividade profissional:

11. Actividade profissional do cônjuge:

12. Situação profissional:

☐ Empregada

☐ Desempregada Há quanto tempo?

☐ Outra Qual? _____

EASAVIC (Narciso & Costa, 1996)

Pense na sua relação conjugal e utilize a *escala de resposta* para expressar o que sente relativamente a cada item, indicando o seu grau de satisfação ou insatisfação com o conteúdo de cada frase, rodeando o número correspondente. Por exemplo, se em relação ao item 15, “O modo como conversamos”, sentir que está muito satisfeito, deverá rodear o número 5 da escala.

Escala de resposta	1 = Nada satisfeito	2 = Pouco satisfeito	3 = Razoavelmente satisfeito	4 = Satisfeito	5 = Muito satisfeito	6 = Completamente satisfeito
---------------------------	------------------------	-------------------------	---------------------------------	-------------------	-------------------------	---------------------------------

Itens

1. O modo como gerimos a nossa situação financeira.	1	2	3	4	5	6
2. A distribuição das tarefas domésticas.	1	2	3	4	5	6
3. O modo como tomamos decisões.	1	2	3	4	5	6
4. A distribuição de responsabilidades.	1	2	3	4	5	6
5. O modo como passamos os tempos livres.	1	2	3	4	5	6
6. A quantidade dos tempos livres.	1	2	3	4	5	6
7. O modo como nos relacionamos com os amigos.	1	2	3	4	5	6
8. O modo como nos relacionamos com a família do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
9. O modo como nos relacionamos com a minha família.	1	2	3	4	5	6
10. A minha privacidade e autonomia.	1	2	3	4	5	6
11. A privacidade e autonomia do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
12. A nossa relação com a minha profissão.	1	2	3	4	5	6
13. A nossa relação com a profissão do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
14. A frequência com que conversamos.	1	2	3	4	5	6
15. O modo como conversamos.	1	2	3	4	5	6
16. Os assuntos sobre os quais conversamos.	1	2	3	4	5	6
17. A frequência dos conflitos que temos.	1	2	3	4	5	6
18. O modo como resolvemos os conflitos.	1	2	3	4	5	6

19. O que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
20. O que o meu cônjuge sente por mim.	1	2	3	4	5	6
21. O modo como expesso o que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
22. O modo como o meu cônjuge expressa o que sente por mim.	1	2	3	4	5	6
23. O desejo sexual que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
24. O desejo sexual que o meu cônjuge sente por mim.	1	2	3	4	5	6
25. A frequência com que temos relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
26. O prazer que sinto quando temos relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
27. O prazer que o meu cônjuge sente quando temos relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
28. A qualidade das nossas relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
29. O apoio emocional que dou ao meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
30. O apoio emocional que o meu cônjuge me dá.	1	2	3	4	5	6
31. A confiança que tenho no meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
32. A confiança que o meu cônjuge tem em mim.	1	2	3	4	5	6
33. A admiração que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
34. A admiração que o meu cônjuge sente por mim.	1	2	3	4	5	6
35. A partilha de interesses e actividades.	1	2	3	4	5	6
36. A atenção que dedico aos interesses do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
37. A atenção que o meu cônjuge dedica aos meus interesses.	1	2	3	4	5	6
38. Os nossos projectos para o futuro.	1	2	3	4	5	6
39. As minhas expectativas quanto ao futuro da nossa relação.	1	2	3	4	5	6
40. As expectativas do meu cônjuge quanto ao futuro da nossa relação.	1	2	3	4	5	6
41. O aspecto físico do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
42. A opinião que o meu cônjuge tem sobre o meu aspecto físico.	1	2	3	4	5	6
43. As características e hábitos do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
44. A opinião que o meu cônjuge tem sobre as minhas características e hábitos.	1	2	3	4	5	6

EASAVIC (Narciso & Costa, 1996)

Pense na sua relação conjugal e utilize a *escala de resposta* para expressar o que sente relativamente a cada item, indicando o seu grau de satisfação ou insatisfação com o conteúdo de cada frase, rodeando o número correspondente. Por exemplo, se em relação ao item 15, “O modo como conversamos”, sentir que está muito satisfeita, deverá rodear o número 5 da escala.

Escala de resposta	1 = Nada satisfeita	2 = Pouco satisfeita	3 = Razoavelmente satisfeita	4 = Satisfeita	5 = Muito satisfeita	6 = Completamente satisfeita
---------------------------	------------------------	-------------------------	---------------------------------	-------------------	-------------------------	---------------------------------

Itens

1. O modo como gerimos a nossa situação financeira.	1	2	3	4	5	6
2. A distribuição das tarefas domésticas.	1	2	3	4	5	6
3. O modo como tomamos decisões.	1	2	3	4	5	6
4. A distribuição de responsabilidades.	1	2	3	4	5	6
5. O modo como passamos os tempos livres.	1	2	3	4	5	6
6. A quantidade dos tempos livres.	1	2	3	4	5	6
7. O modo como nos relacionamos com os amigos.	1	2	3	4	5	6
8. O modo como nos relacionamos com a família do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
9. O modo como nos relacionamos com a minha família.	1	2	3	4	5	6
10. A minha privacidade e autonomia.	1	2	3	4	5	6
11. A privacidade e autonomia do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
12. A nossa relação com a minha profissão.	1	2	3	4	5	6
13. A nossa relação com a profissão do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
14. A frequência com que conversamos.	1	2	3	4	5	6
15. O modo como conversamos.	1	2	3	4	5	6
16. Os assuntos sobre os quais conversamos.	1	2	3	4	5	6
17. A frequência dos conflitos que temos.	1	2	3	4	5	6
18. O modo como resolvemos os conflitos.	1	2	3	4	5	6

19. O que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
20. O que o meu cônjuge sente por mim.	1	2	3	4	5	6
21. O modo como expresso o que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
22. O modo como o meu cônjuge expressa o que sente por mim.	1	2	3	4	5	6
23. O desejo sexual que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
24. O desejo sexual que o meu cônjuge sente por mim.	1	2	3	4	5	6
25. A frequência com que temos relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
26. O prazer que sinto quando temos relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
27. O prazer que o meu cônjuge sente quando temos relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
28. A qualidade das nossas relações sexuais.	1	2	3	4	5	6
29. O apoio emocional que dou ao meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
30. O apoio emocional que o meu cônjuge me dá.	1	2	3	4	5	6
31. A confiança que tenho no meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
32. A confiança que o meu cônjuge tem em mim.	1	2	3	4	5	6
33. A admiração que sinto pelo meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
34. A admiração que o meu cônjuge sente por mim.	1	2	3	4	5	6
35. A partilha de interesses e actividades.	1	2	3	4	5	6
36. A atenção que dedico aos interesses do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
37. A atenção que o meu cônjuge dedica aos meus interesses.	1	2	3	4	5	6
38. Os nossos projectos para o futuro.	1	2	3	4	5	6
39. As minhas expectativas quanto ao futuro da nossa relação.	1	2	3	4	5	6
40. As expectativas do meu cônjuge quanto ao futuro da nossa relação.	1	2	3	4	5	6
41. O aspecto físico do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
42. A opinião que o meu cônjuge tem sobre o meu aspecto físico.	1	2	3	4	5	6
43. As características e hábitos do meu cônjuge.	1	2	3	4	5	6
44. A opinião que o meu cônjuge tem sobre as minhas características e hábitos.	1	2	3	4	5	6

EDI (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006)

Pense na sua relação conjugal e utilize a *escala de resposta* para expressar o que sente relativamente a cada item, indicando o seu grau de concordância ou discordância com cada frase, rodeando o número correspondente. Por exemplo, se concorda totalmente com o item 10, “Valorizo as ideias e sentimentos da minha companheira”, deverá rodear o número 6 da escala.

Escala de resposta	Discordo			Concordo		
	1 = Discordo totalmente	2 = Discordo muito	3 = Discordo moderadamente	4 = Concordo moderadamente	5 = Concordo muito	6 = Concordo totalmente

Itens

1. Tenho aprendido muito com a minha companheira.	1	2	3	4	5	6
2. Tenho medo que a minha companheira possa mudar.	1	2	3	4	5	6
3. Gosto de ouvir a opinião da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
4. Admiro a minha companheira.	1	2	3	4	5	6
5. Considero que esta relação me faz crescer.	1	2	3	4	5	6
6. Se estou em desacordo com a minha companheira, prefiro não mostrá-lo.	1	2	3	4	5	6
7. Aprecio as qualidades da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
8. Quando tenho algum problema, procuro o apoio da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
9. Sinto-me inferior à minha companheira.	1	2	3	4	5	6
10. Valorizo as ideias e sentimentos da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
11. Preciso que a minha companheira me elogie sempre.	1	2	3	4	5	6
12. Gosto de abraçar e ser abraçado pela minha companheira.	1	2	3	4	5	6
13. Gosto que a minha companheira me fale dos seus sentimentos.	1	2	3	4	5	6
14. Quando ela precisa, dou-lhe todo o meu apoio.	1	2	3	4	5	6
15. Sinto-me inseguro quando ela está longe.	1	2	3	4	5	6
16. Acho importante que a minha companheira partilhe comigo as suas preocupações e receios.	1	2	3	4	5	6
17. Preocupo-me com o bem-estar da minha companheira.	1	2	3	4	5	6

18. Sinto que não mereço o amor da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
19. Neste momento, a minha companheira é a única que me pode fazer feliz numa relação amorosa.	1	2	3	4	5	6
20. Sou demasiado ciumento.	1	2	3	4	5	6
21. Aceito a minha companheiro como ela é.	1	2	3	4	5	6
22. Penso na minha companheira quando não estamos perto um do outro.	1	2	3	4	5	6
23. Mesmo quando não estou de acordo com ela, tento compreender o seu ponto de vista.	1	2	3	4	5	6
24. Tenho medo que ela não me aceite como sou.	1	2	3	4	5	6
25. Acaricio e beijo a minha companheira frequentemente.	1	2	3	4	5	6
26. Gosto de partilhar actividades de lazer com a minha companheira.	1	2	3	4	5	6
27. Sinto-me seguro em relação aos sentimentos que a minha companheira tem por mim.	1	2	3	4	5	6
28. Quando existe conflito na nossa relação, sinto-me assustado.	1	2	3	4	5	6
29. Mostro muitas vezes à minha companheira o que sinto por ela.	1	2	3	4	5	6
30. A confiança que tenho em mim depende da avaliação da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
31. Confio na minha companheira.	1	2	3	4	5	6
32. Respeito a diferença da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
33. Gosto de saber o que acontece na vida da minha companheira.	1	2	3	4	5	6
34. Se a minha companheira dá muita atenção a outras pessoas, isso incomoda-me.	1	2	3	4	5	6
35. Tenho contribuído para o crescimento do amor na nossa relação.	1	2	3	4	5	6
36. Desejo fisicamente a minha companheira mesmo na sua ausência.	1	2	3	4	5	6
37. Preciso que ela me demonstre o seu amor constantemente.	1	2	3	4	5	6
38. Sinto prazer quando nos envolvemos sexualmente.	1	2	3	4	5	6
39. Gosto de seduzir a minha companheira.	1	2	3	4	5	6
40. Penso muitas vezes que a minha companheira me pode ser infiel.	1	2	3	4	5	6
41. Percebo o que a minha companheira está a sentir mesmo sem ela falar.	1	2	3	4	5	6
42. Quando magoo a minha companheira, sou capaz de lhe pedir desculpa.	1	2	3	4	5	6
43. Quando tenho que tomar decisões importantes, considero sempre as consequências para a nossa relação.	1	2	3	4	5	6

EDI (Crespo, Narciso, Ribeiro & Costa, 2006)

Pense na sua relação conjugal e utilize a *escala de resposta* para expressar o que sente relativamente a cada item, indicando o seu grau de concordância ou discordância com cada frase, rodeando o número correspondente. Por exemplo, se concorda totalmente com o item 10, “Valorizo as ideias e sentimentos do meu companheiro”, deverá rodear o número 6 da escala.

Escala de resposta	Discordo			Concordo		
	1 = Discordo totalmente	2 = Discordo muito	3 = Discordo moderadamente	4 = Concordo moderadamente	5 = Concordo muito	6 = Concordo totalmente

Itens

1. Tenho aprendido muito com o meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
2. Tenho medo que o meu companheiro possa mudar.	1	2	3	4	5	6
3. Gosto de ouvir a opinião do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
4. Admiro o meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
5. Considero que esta relação me faz crescer.	1	2	3	4	5	6
6. Se estou em desacordo com o meu companheiro, prefiro não mostrá-lo.	1	2	3	4	5	6
7. Aprecio as qualidades do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
8. Quando tenho algum problema, procuro o apoio do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
9. Sinto-me inferior ao meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
10. Valorizo as ideias e sentimentos do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
11. Preciso que o meu companheiro me elogie sempre.	1	2	3	4	5	6
12. Gosto de abraçar e ser abraçada pelo meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
13. Gosto que o meu companheiro me fale dos seus sentimentos.	1	2	3	4	5	6
14. Quando ele precisa, dou-lhe todo o meu apoio.	1	2	3	4	5	6
15. Sinto-me insegura quando ele está longe.	1	2	3	4	5	6
16. Acho importante que o meu companheiro partilhe comigo as suas preocupações e receios.	1	2	3	4	5	6
17. Preocupo-me com o bem-estar do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6

18. Sinto que não mereço o amor do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
19. Neste momento, o meu companheiro é o único que me pode fazer feliz numa relação amorosa.	1	2	3	4	5	6
20. Sou demasiado ciumenta.	1	2	3	4	5	6
21. Aceito o meu companheiro como ele é.	1	2	3	4	5	6
22. Penso no meu companheiro quando não estamos perto um do outro.	1	2	3	4	5	6
23. Mesmo quando não estou de acordo com ele, tento compreender o seu ponto de vista.	1	2	3	4	5	6
24. Tenho medo que ele não me aceite como sou.	1	2	3	4	5	6
25. Acaricio e beijo o meu companheiro frequentemente.	1	2	3	4	5	6
26. Gosto de partilhar actividades de lazer com o meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
27. Sinto-me segura em relação aos sentimentos que o meu companheiro tem por mim.	1	2	3	4	5	6
28. Quando existe conflito na nossa relação, sinto-me assustada.	1	2	3	4	5	6
29. Mostro muitas vezes ao meu companheiro o que sinto por ele.	1	2	3	4	5	6
30. A confiança que tenho em mim depende da avaliação do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
31. Confio no meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
32. Respeito a diferença do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
33. Gosto de saber o que acontece na vida do meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
34. Se o meu companheiro dá muita atenção a outras pessoas, isso incomoda-me.	1	2	3	4	5	6
35. Tenho contribuído para o crescimento do amor na nossa relação.	1	2	3	4	5	6
36. Desejo fisicamente o meu companheiro mesmo na sua ausência.	1	2	3	4	5	6
37. Preciso que ele me demonstre o seu amor constantemente.	1	2	3	4	5	6
38. Sinto prazer quando nos envolvemos sexualmente.	1	2	3	4	5	6
39. Gosto de seduzir o meu companheiro.	1	2	3	4	5	6
40. Penso muitas vezes que o meu companheiro me pode ser infiel.	1	2	3	4	5	6
41. Percebo o que o meu companheiro está a sentir mesmo sem ele falar.	1	2	3	4	5	6
42. Quando magoo o meu companheiro, sou capaz de lhe pedir desculpa.	1	2	3	4	5	6
43. Quando tenho que tomar decisões importantes, considero sempre as consequências para a nossa relação.	1	2	3	4	5	6

Anexo 3

Quadros de análise: 2, 4, 6.1., 11, 12, 13,14, 15, 16, 19 e 20

1. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal ao longo do ciclo vital do casal

Quadro 2

Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos: Diferenças relativamente às várias etapas do ciclo vital do casal

Variáveis dependentes	“Até 3 anos” (n = 92)	“4 a 11 anos” (n = 114)	“12 a 25 anos” (n = 78)	“Mais de 25 anos” (n = 98)	F (3, 381)	EQP
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Satisfação conjugal global	5.04 (.50)	4.86 (.57)	4.63 (.83)	4.58 (.81)	9.04 (p = .000)	.067
<i>Dimensões e respetivas áreas</i>						
<u>Amor</u>	5.21 (.48)	5.03 (.58)	4.77 (.90)	4.69 (.91)	10.15 (p = .000)	.075
Sentimentos e expressão de sentimentos	5.38 (.51)	5.15 (.56)	4.90 (.94)	4.93 (.92)	8.05 (p = .000)	.060
Sexualidade	5.25 (.56)	5.03 (.66)	4.82 (.94)	4.33 (1.22)	19.31 (p = .000)	.133
Intimidade emocional	5.15 (.56)	4.98 (.67)	4.66 (.98)	4.70 (.84)	8.38 (p = .000)	.062
Continuidade da relação	5.22 (.66)	5.16 (.75)	4.90 (1.01)	5.08 (1.96)	1.09 (p = .354)	.009
Características físicas e psicológicas	5.08 (.60)	4.95 (.72)	4.68 (.91)	4.67 (.92)	5.89 (p = .001)	.045
<u>Funcionamento conjugal</u>	4.77 (.62)	4.59 (.65)	4.40 (.82)	4.39 (.82)	5.62 (p = .001)	.043
Funções	4.78 (.75)	4.63 (.70)	4.49 (.91)	4.42 (.97)	3.44 (p = .017)	.027
Tempos livres	4.30 (.93)	4.03 (.96)	3.98 (1.06)	3.87 (1.14)	2.92 (p = .034)	.023
Autonomia / Privacidade	4.98 (.88)	4.82 (.88)	4.61 (1.07)	4.64 (.92)	3.20 (p = .024)	.025
Comunicação e conflitos	4.87 (.83)	4.62 (.79)	4.37 (1.07)	4.31 (1.03)	6.88 (p = .000)	.052
Relações extra-familiares	4.78 (.70)	4.66 (.76)	4.45 (.87)	4.55 (.82)	2.87 (p = .036)	.022

2. Análise das diferenças de gênero e nível de escolaridade na avaliação da intimidade, nas dimensões “interdependência” e “dependência”

Quadro 4

Resultados da avaliação da intimidade inter-grupos: Diferenças de gênero

Variáveis dependentes	Sexo masculino (n = 191)	Sexo feminino (n = 191)	t-Student
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Interdependência	5.12	5.12	-.05
	(.63)	(.64)	(p = .957)
Dependência	3.06	3.07	-.10
	(1.07)	(1.02)	(p = .924)

3. Análise das associações entre a dimensão “interdependência” da intimidade e as várias áreas e dimensões da satisfação conjugal

Quadro 6.1.

Correlações entre as dimensões da intimidade e as dimensões e áreas da satisfação conjugal.

	INT	DEP	SCG	AM	FC	SES	SEX	IE	CR	CFP	FUN	TL	AP	CC	REF
INT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEP	.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SCG	.759**	.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	.793**	.049	.963**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FC	.603**	.061	.920**	.780**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SES	.784**	-.022	.897**	.912**	.751**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEX	.725**	.057	.845**	.896**	.660**	.786**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IE	.716**	.057	.903**	.914**	.760**	.818**	.755**	-	-	-	-	-	-	-	-
CR	.443**	.006	.624**	.666**	.481**	.504**	.463**	.528**	-	-	-	-	-	-	-
CFP	.702**	.081	.806**	.850**	.639**	.753**	.710**	.752**	.451**	-	-	-	-	-	-
FUN	.509**	.064	.763**	.639**	.840**	.619**	.562**	.595**	.379**	.546**	-	-	-	-	-
TL	.324**	.193	.647**	.525**	.740**	.469**	.444**	.544**	.318**	.423**	.594**	-	-	-	-
AP	.415**	-.041	.706**	.594**	.772**	.567**	.504**	.587**	.408**	.438**	.587**	.475**	-	-	-
CC	.623**	.026	.854**	.752**	.891**	.746**	.635**	.722**	.435**	.633**	.677**	.318**	.615**	-	-
REF	.492**	.041	.765**	.637**	.846**	.606**	.523**	.636**	.423**	.509**	.590**	.546**	.650**	.639**	-

Nota:** $p < .01$; * $p < .05$

3. Análise das associações entre a dimensão “interdependência” da intimidade e as várias áreas e dimensões da satisfação conjugal

Quadro 11

Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “dependência” da intimidade a partir das dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal.

Variáveis predictoras	Variável dependente	
	Dependência	
	Beta	R ² Ajustado
Satisfação conjugal		
Amor	.002	-.001
Funcionamento conjugal	.060	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

Quadro 12

Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “interdependência” da intimidade a partir das áreas correspondentes às dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal.

Variáveis predictoras	Variável dependente	
	Interdependência	
	Beta	R ² Ajustado
Satisfação conjugal - Amor		
Sentimentos e expressão de sentimentos	.39**	.67
Sexualidade	.21**	
Intimidade emocional	.14*	
Continuidade da relação	.03	
Características físicas e psicológicas	.15**	
Satisfação conjugal - Funcionamento conjugal		
Funções	.04	
Tempos livres	-.15**	
Autonomia / Privacidade	-.10*	
Comunicação e conflitos	.09	
Relações extra-familiares	.03	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

3. Análise das associações entre a dimensão “interdependência” da intimidade e as várias áreas e dimensões da satisfação conjugal

Quadro 13

Análises de regressão múltipla: Predição da dimensão “dependência” da intimidade a partir das áreas correspondentes às dimensões “amor” e “funcionamento conjugal” da satisfação conjugal.

Variáveis preditoras	Variável dependente	
	Dependência	
	Beta	R ² Ajustado
<i>Satisfação conjugal - Amor</i>		
Sentimentos e expressão de sentimentos	.29**	.06
Sexualidade	.11	
Intimidade emocional	.07	
Continuidade da relação	-.02	
Características físicas e psicológicas	.14	
<i>Satisfação conjugal - Funcionamento conjugal</i>		
Funções	.02	.06
Tempos livres	.26**	
Autonomia / Privacidade	-.15*	
Comunicação e conflitos	-.05	
Relações extra-familiares	.02	

Nota: ** $p < .01$; * $p < .05$

4. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal quanto às diferentes configurações da relação conjugal

Quadro 14

Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal

Variáveis dependentes	“União de facto e casamento civil”	“Casamento religioso”	t-Student
	(n = 124)	(n = 258)	
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Satisfação conjugal global	4.91	4.72	2.71
	(.56)	(.76)	(p = .007)
<i>Dimensões</i>			
<u>Amor</u>	5.06	4.87	2.59
	(.57)	(.83)	(p = .010)
<u>Funcionamento conjugal</u>	4.67	4.48	2.50
	(.66)	(.77)	(p = .013)

Quadro 15

Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos no período de duração da relação “até 3 anos”: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal

Variáveis dependentes	Duração da relação: “até 3 anos”		t-Student
	“União de facto e casamento civil”	“Casamento religioso”	
	(n = 56)	(n = 36)	
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Satisfação conjugal global	5.06	5.00	.55
	(.51)	(.48)	(p = .581)
<i>Dimensões</i>			
<u>Amor</u>	5.20	5.23	-.29
	(.50)	(.46)	(p = .774)
<u>Funcionamento conjugal</u>	4.85	4.66	1.41
	(.63)	(.59)	(p = .161)

4. Análise das diferenças na avaliação da satisfação conjugal quanto às diferentes configurações da relação conjugal

Quadro 16

Resultados da avaliação da satisfação conjugal inter-grupos no período de duração da relação “4 a 11 anos”: Diferenças entre as várias configurações de relação conjugal

Variáveis dependentes	Duração da relação: “4 a 11 anos”		t-Student
	“União de facto e casamento civil” (n = 46)	“Casamento religioso” (n = 68)	
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Satisfação conjugal global	4.75 (.59)	4.93 (.55)	-1.69 (p = .095)
<i>Dimensões</i>			
<u>Amor</u>	4.92 (.58)	5.11 (.57)	-1.69 (p = .094)
<u>Funcionamento conjugal</u>	4.48 (.66)	4.66 (.64)	-1.45 (p = .149)

6. Análise das diferenças de gênero associadas ao nível de escolaridade na avaliação da satisfação conjugal global

Quadro 19

Resultados da avaliação da satisfação conjugal global inter-grupos: Diferenças de gênero

Variáveis dependentes	Sexo masculino (n = 191)	Sexo feminino (n = 191)	t-Student
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Satisfação conjugal global	4.82 (.66)	4.75 (.75)	.92 (p = .356)
<i>Dimensões</i>			
Amor	4.94 (.72)	4.92 (.80)	.23 (p = .816)
Funcionamento conjugal	4.61 (.69)	4.48 (.79)	1.72 (p = .086)

Quadro 20

Resultados da avaliação da satisfação conjugal global inter-grupos: Diferenças ao nível da escolaridade

Variáveis dependentes	“Básico e secundário” (n = 202)	“Superior” (n = 180)	t-Student
	M	M	
	(DP)	(DP)	
Satisfação conjugal global	4.68 (.73)	4.89 (.66)	-2.95 (p = .003)
<i>Dimensões</i>			
Amor	4.85 (.81)	5.02 (.68)	-2.25 (p = .025)
Funcionamento conjugal	4.42 (.75)	4.68 (.71)	-3.46 (p = .001)